

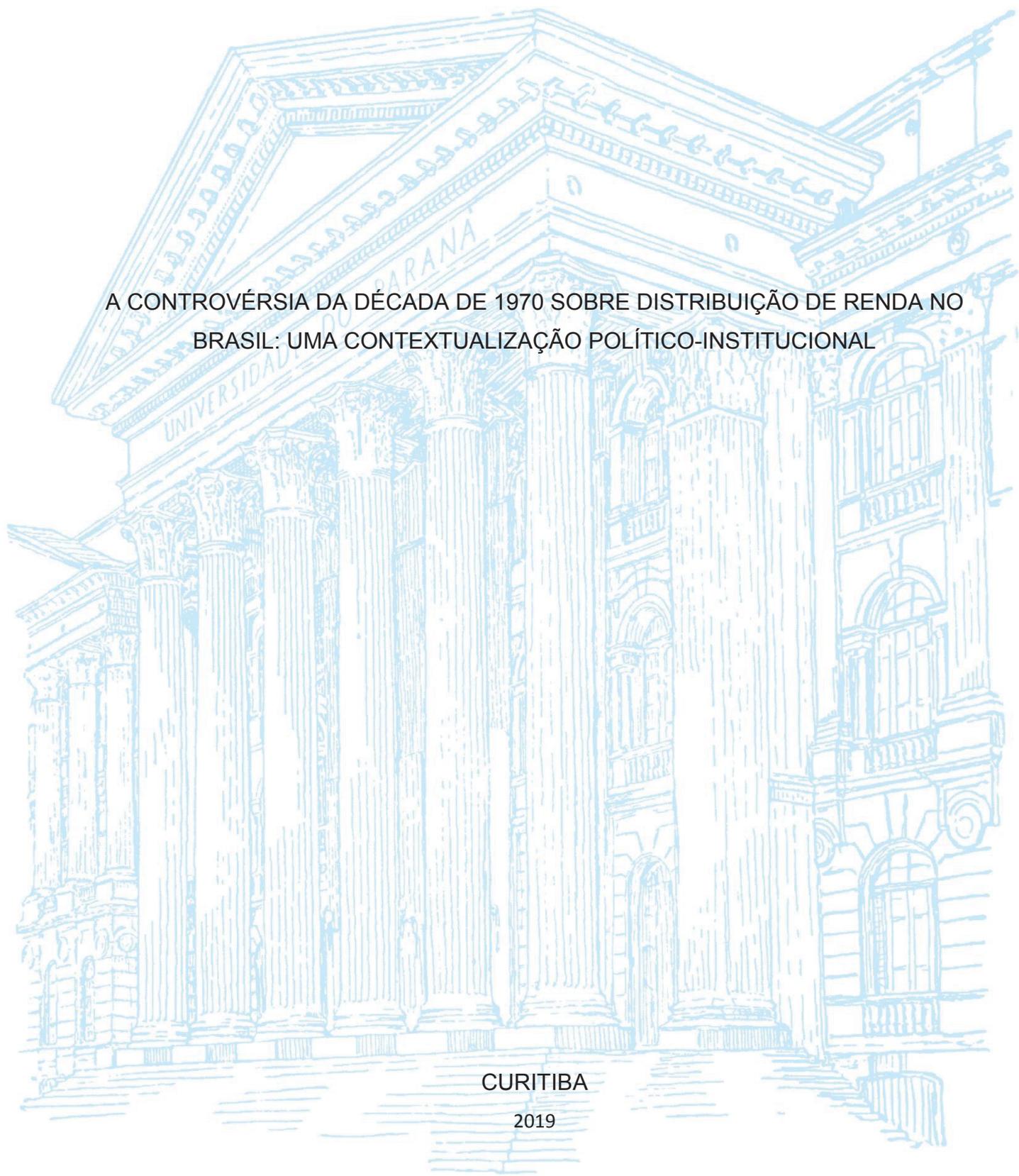
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

GUILHERME CUNHA PREZIBELLA

A CONTROVÉRSIA DA DÉCADA DE 1970 SOBRE DISTRIBUIÇÃO DE RENDA NO  
BRASIL: UMA CONTEXTUALIZAÇÃO POLÍTICO-INSTITUCIONAL

CURITIBA

2019



GUILHERME CUNHA PREZIBELLA

A CONTROVÉRSIA DA DÉCADA DE 1970 SOBRE DISTRIBUIÇÃO DE RENDA NO  
BRASIL: UMA CONTEXTUALIZAÇÃO POLÍTICO-INSTITUCIONAL

Dissertação apresentada ao curso de Pós-Graduação em Desenvolvimento Econômico, Setor de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal do Paraná, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Desenvolvimento Econômico.

Orientador: Prof. Dr. Marco Antônio Ribas Cavalieri

CURITIBA

2019

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA BIBLIOTECA DE CIÊNCIAS SOCIAIS  
APLICADAS – SIBI/UFPR COM DADOS FORNECIDOS PELO(A) AUTOR(A)  
Bibliotecário: Eduardo Silveira – CRB 9/1921

Prezibella, Guilherme Cunha

A controvérsia da década de 1970 sobre distribuição de renda no Brasil:  
uma contextualização político-institucional / Guilherme Cunha Prezibella  
. – 2019.

91 p.

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal do Paraná, Setor de  
Ciências Sociais Aplicadas, Programa de Pós-Graduação em  
Desenvolvimento Econômico.

Orientador: Marco Antônio Ribas Cavalieri.

Defesa: Curitiba, 2019.

1. Renda - Distribuição. 2. Economia - História. I. Universidade Federal  
do Paraná. Setor de Ciências Sociais Aplicadas. Programa de  
Pós-Graduação em Desenvolvimento Econômico. II. Cavalieri, Marco  
Antônio Ribas. III. Título.

CDD 330.109



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
SETOR DE CIÊNCIAS SOCIAIS E APLICADAS  
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ  
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO DESENVOLVIMENTO  
ECONÔMICO - 40001016024P0

## TERMO DE APROVAÇÃO

Os membros da Banca Examinadora designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação em DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO da Universidade Federal do Paraná foram convocados para realizar a arguição da Dissertação de Mestrado de **GUILHERME CUNHA PREZIBELLA**, intitulada: **A CONTROVÉRSIA DA DÉCADA DE 1970 SOBRE DISTRIBUIÇÃO DE RENDA NO BRASIL: UMA CONTEXTUALIZAÇÃO POLÍTICO-INSTITUCIONAL**, sob orientação do Prof. Dr. MARCO ANTONIO RIBAS CAVALIERI, após terem inquirido o aluno e realizado a avaliação do trabalho, são de parecer pela sua APROVAÇÃO no rito de defesa. A outorga do título de Mestre está sujeita à homologação pelo colegiado, ao atendimento de todas as indicações e correções solicitadas pela banca e ao pleno atendimento das demandas regimentais do Programa de Pós-Graduação.

Curitiba, 26 de Junho de 2019.

  
MARCO ANTONIO RIBAS CAVALIERI  
Presidente da Banca Examinadora

  
JOSÉ GUILHERME SILVA VIEIRA  
Avaliador Externo (UNIVERSIDADE FEDERAL DO  
PARANÁ)

  
EDUARDO ANGELI  
Avaliador Interno (UNIVERSIDADE FEDERAL DO  
PARANÁ)

## RESUMO

Esta dissertação visa compreender o que ficou conhecido como a controvérsia da distribuição de renda da década de 70, à luz do contexto histórico, político e institucional no qual se inseriam os personagens do debate. Os trabalhos em história do pensamento econômico sobre a controvérsia são poucos, e ainda mais escassos são os que se propõe a qualquer tipo de descrição da conjuntura acadêmica e política (e não somente econômica) da época, ao analisar os argumentos das partes envolvidas. Após apresentar os contextos geral e específico de tais personagens, demonstrou-se que as partes do debate estavam inseridas em esquemas políticos maiores, em parte pois na época da ditadura militar havia distinção clara entre economistas pró e contra governo, em parte pois mesmo antes do golpe já havia enorme ligação entre o debate acadêmico e político no país, que havia criado os espaços da política a qual se inseriam algumas instituições e pessoas envolvidas na controvérsia.

**Palavras-chave: Distribuição de Renda; História do pensamento econômico; Controvérsia de 70.**

## **ABSTRACT**

This dissertation aims to understand what was known as the income distribution controversy of the 1970s, in light of the historical, political and institutional context in which the debate's protagonists were inserted. Works in history of economic thought on the controversy are few, and even more scarce are those who propose any kind of description of the academic and political (and not only economic) conjuncture of the time, when analyzing the arguments of the parties involved. After presenting the general and specific contexts of such characters, they are shown to be embedded in greater political schemes, partly because in military dictatorship times there was a clear distinction between pro and anti-government economists, partly because even before the coup there were a great link between the academic and political debate in the country, that had created the political space which included some institutions and people involved in the controversy.

**Keywords: Income Distribution; History of economic thought; 70's Controversy.**

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AC-75	- Ato Complementar Nº 75
AI-1	- Ato Institucional Nº 1
AI-5	- Ato Institucional Nº 5
AESI	- Assessoria Especial de Segurança e Informação
ANPEC	- Associação Nacional dos Centros de Pós-Graduação em Economia
ANPES	- Associação Nacional de Programação Econômica e Social
ASI	- Assessoria de Segurança e Informação
BNDE	- Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico
CAE	- Centro de Aperfeiçoamento de Economistas da FGV-RJ
CEBRAP	- Centro Brasileiro de Análise e Planejamento
CENDEC	- Centro de Treinamento para o Desenvolvimento Econômico e Social
CEIS	- Comissão Especial de Investigação Sumária
CEPAL	- Comissão Econômica para a América Latina
CFE	- Conselho Federal de Educação
CISMEC	- Comissão Especial de Investigação Sumária do Ministério da Educação
CGI	- Comissão Geral de Investigações
CONSULTEC	- Sociedade Civil de Planejamento e Consultas Técnicas Ltda
CPDOC	- Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil
CPI	- Comissão Parlamentar de Inquérito
Crub	- Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras
Crusp	- Conjunto Residencial da Universidade de São Paulo.
DSI	- Divisão de Segurança e Informação
ESALQ/USP	- Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz
ESG	- Escola Superior de Guerra
EPEA	- Escritório de Pesquisa Econômica Aplicada
EPGE	- Escola de Pós-Graduação em Economia da FGV- RJ
EUA	- Estados Unidos da América

FCEA-USP	- Faculdade de Ciência Econômicas e Administrativas da USP (atual FEA- USP)
FEA-USP	- Faculdade de Economia, Administração, Contabilidade e Atuária da USP (antes de 1990, Faculdade de Economia e Administração da USP)
FF	- Fundação Ford
FGV	- Fundação Getúlio Vargas
FNDE	- Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação
FNFi	- Faculdade Nacional de Filosofia
GTRU	- Grupo de Trabalho da Reforma Universitária
Ibid.	- No mesmo lugar
IBRE	- Instituto Brasileiro de Economia
IE - Unicamp	- Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas
IMPA	- Instituto de Matemática Pura e Aplicada (IMPA)
IPE-USP	- Instituto de Pesquisas Econômicas da USP
IPEA	- Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
IPÊS	- Instituto Pesquisas Econômicas e Sociais
IPM	- Inquéritos Policial- Militares
ICA	- <i>International Cooperation Administration</i>
ITA	- Instituto Tecnológico de Aeronáutica
ONU	- Organização das Nações Unidas
PAEG	- Plano de Ação Econômica do Governo
PC do B	- Partido Comunista do Brasil
PED	- Plano Estratégico de Desenvolvimento
PUC-RJ	- Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro
PUC-SP	- Pontifícia Universidade Católica de São Paulo
RBE	- Revista Brasileira de Economia
Seplan	- Secretaria de planejamento da Presidência da República
SISNI	- Sistema Nacional de Informações
MEC	- Ministério da Educação
MIT	- <i>Massachusetts Institute of Technology</i>
Mobral	- Fundação Movimento Brasileiro de Alfabetização
SNI	- Sistema Nacional de Informação

UB	- Universidade do Brasil
UCC	- Universidade Católica do Chile
UFMG	- Universidade Federal de Minas Gerais
UFPB	- Universidade Federal da Paraíba
UFPE	- Universidade Federal de Pernambuco.
UFPR	- Universidade Federal do Paraná
UFRJ	- Universidade Federal do Rio de Janeiro
Unicamp	- Universidade Estadual de Campinas
USP	- Universidade de São Paulo
USAID	- <i>United States Agency for International Development</i>
UNE	- União Nacional dos Estudantes

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO</b> .....	<b>9</b>
<b>2</b>	<b>A CONTROVÉRSIA DA DÉCADA DE 1970 E O DEBATE</b> .....	<b>12</b>
2.1	LANGONI CONTRA FISHLOW E HOFFMANN.....	13
2.2	LANGONI CONTRA MALAN E WELLS.....	18
2.3	O COMPÊNDIO “A CONTROVÉRSIA SOBRE DISTRIBUIÇÃO DE RENDA E DESENVOLVIMENTO.....	24
<b>3</b>	<b>A CONTROVÉRSIA DA DÉCADA DE 1970 E O <i>MAINSTREAM</i> CONTEMPORÂNEO</b> .....	<b>27</b>
3.1	A HOMOGENEIZAÇÃO DO PENSAMENTO SOBRE A CONTROVÉRSIA NOS ANOS 90 EM DIANTE.....	29
<b>4</b>	<b>A CONTROVÉRSIA DA DÉCADA DE 1970 E SEU CONTEXTO POLÍTICO-INSTITUCIONAL</b> .....	<b>39</b>
4.1	O GOVERNO MILITAR E O CONTEXTO POLÍTICO-INSTITUCIONAL GERAL DA CONTROVÉRSIA.....	40
4.1.1	Repressão nas universidades .....	43
4.1.2	Modernização das universidades e a influência estadunidense.....	47
4.2	OS ENVOLVIDOS E SEUS CONTEXTOS POLÍTICO-INSTITUCIONAIS ESPECÍFICOS .....	52
4.2.1	Os governistas precursores do debate e suas instituições.....	52
4.2.2	Carlos G. Langoni, o EPGE e a Universidade de Chicago.....	60
4.2.3	O IPEA e o outro lado do debate.....	65
4.2.4	Hoffmann, Esalq-USP e outras instituições.....	70
4.3	ECONOMISTAS, TECNOCRACIA E O ESPECTRO POLÍTICO NO BRASIL.....	74
<b>5</b>	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	<b>78</b>
	<b>REFERÊNCIAS</b> .....	<b>81</b>

## 1 INTRODUÇÃO

A década de 1960 foi um momento conturbado da história brasileira, em que a primeira metade foi marcada por crise econômica e inflação crônica. A nova situação política da junta militar ditatorial toma a si, a partir do golpe de 64, a tarefa de resolver a crise e gerar desenvolvimento ao país. As decisões que surgiriam nesse cenário seriam decisivas ao modelo de desenvolvimento do Brasil e, conseqüentemente, ao embate nos meios acadêmicos da época.

Um episódio ainda pouco estudado na história do pensamento econômico brasileiro é um destes embates, a chamada controvérsia da década de 1970. O tema da controvérsia gira em torno da piora na distribuição de renda do país ao longo da década de 1960, envolvendo inúmeros economistas de diferentes instituições e escolas de pensamento. Dos trabalhos já publicados sobre o tema, é comum a menção a história econômica da época, mas pouco se fala dos contextos políticos e institucionais a que se inseriam os personagens do debate.

No caso brasileiro, este tipo de análise se faz demasiadamente importante, como demonstra Loureiro (1992, p. 12), na conclusão de seu artigo “Economistas e elites dirigentes no Brasil”,

...a autonomia do campo dos economistas (como espaço acadêmico e intelectual) em relação ao campo político não se efetivará nem mesmo com sua consolidação nos anos 70 (quando se instalam os cursos de pós-graduação e surgem novos grupos concorrentes, como será mostrado em outro trabalho). Ao contrário, nesse período, a interpenetração entre os dois campos continuará forte. Este é, aliás, um dos elementos mais característicos do meio intelectual e científico no Brasil e um dos seus maiores dilemas.

Portanto, o objetivo desta dissertação é esclarecer os cenários político-institucionais dos personagens envolvidos e investigar o quanto estes permearam e afetaram o debate econômico daquele tempo, focando-se nos protagonistas do debate propriamente dito, na primeira metade da década de 70.

O embate em si tem seu estopim com os trabalhos de Albert Fishlow (1972) e Hoffman e Duarte (1972). Ambos os textos se centravam na culpabilidade, em certo grau, das políticas governamentais como causa da concentração de renda observada, como a política de salários mínimos implantada com o Plano de Ação Econômica do Governo (PAEG) de 1964, a qual os corrigia sempre abaixo da inflação.

Em resposta, o governo militar e seu ministro da fazenda, Delfim Netto, encomendariam estudo a Carlos G. Langoni, recém doutor pela Universidade de Chicago, que resultaria, em 1973, no livro “Distribuição de Renda e Desenvolvimento Econômico do Brasil”. A conclusão do livro seria mais leniente com as políticas governamentais, argumentando que a concentração era uma consequência natural do processo de desenvolvimento brasileiro e não era uma redução de bem-estar.

Inúmeras críticas seguiriam a esta interpretação. O destaque seria a contra argumentação dos próprios Fishlow e Hoffmann, da Universidade da Califórnia em Berkeley e da Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz (ESALQ-USP), respectivamente, bem como a resenha de Pedro Malan e John Wells publicada originalmente em 1973. Um fator importante era a influência de Fishlow como pesquisador internacional, muito mais evidente nos meios acadêmicos mundiais, algo sem a qual, talvez, a resposta do governo brasileiro não seria tão expressiva.

A resenha de Malan e Wells se torna importante por terem a mesma linha ideológica de Fishlow, ambos foram orientandos do mesmo, e por serem os únicos outros autores, além de Fishlow e Hoffmann, a qual Langoni se dá ao trabalho de uma réplica<sup>1</sup> e um debate efetivo tenha ocorrido. Mesmo que a questão tenha continuado até o fim da década com artigos de outros autores e outros debates, estes primeiros protagonistas do debate em si terão um foco maior neste trabalho.

Não obstante, serão ainda citados autores organizados no compêndio “A Controvérsia Sobre Distribuição de Renda e Desenvolvimento”, por Ricardo Tolipan e Arthur Carlos Tinelli, e lançado em 1975, compreendendo economistas de diversas instituições, como Unicamp, UnB e CEBRAP, além dos autores já citados e opostos a Langoni, demonstrando uma convergência nas críticas entre os mesmos e economistas de formação bastante diferentes, como Maria da Conceição Tavares e José Serra.

Além desta introdução, esta dissertação se divide em mais três capítulos e as considerações finais. No capítulo 1 se apresentará o debate, se atendo as diferenças argumentativas dos dois lados. O capítulo 2 é uma revisão de artigos mais modernos sobre distribuição de renda no Brasil (da década de 1990 em diante) e como estes mencionam Langoni e a controvérsia, para mostrar que, mesmo que pesquisadores

---

<sup>1</sup> Em sua principal réplica a Fishlow, Langoni (1974b) afirma em nota de rodapé que seu texto é também uma resposta válida a Hoffmann (1973), apesar do artigo se concentrar basicamente nos escritos de Fishlow (1974).

modernos tenham dado continuidade aos modelos econométricos usados por Langoni, os mesmos rechaçam parte importante do argumento do mesmo, parte esta que será demonstrada como a real controvérsia do debate. Já no Capítulo 3 será possível enxergar o porquê o trabalho de Carlos G. Langoni era compatível com a ditadura militar e entendê-lo, junto aos outros economistas envolvidos, como parte de espectro político complexo e, em certo grau, já estabelecido antes mesmo da ditadura.

É neste capítulo que, assim, serão identificados os autores considerados importantes ao desenvolvimento do debate, e suas instituições, para fazer uma contextualização da controvérsia à luz do ambiente ideológico, político e institucional a qual os personagens estavam inseridos. Tem-se como pressuposto não que tal contexto deva necessariamente escancarar, de maneira simplista, toda e qualquer posição ideológica de cada envolvido, mas sim que as ideias econômicas não estão isoladas de seu meio, sendo assim importante entender este ambiente como uma relação mútua entre política, academia e outras instituições.

## 2 A CONTROVÉRSIA DA DÉCADA DE 1970 E O DEBATE

O ano de 1971 foi o ano que o IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) apresentaria a primeira parte dos dados do censo demográfico de 1970. Àquela época o instituto liberava uma versão preliminar baseada em uma amostragem selecionada, neste caso, 1,3% da população (IBGE, 1973), que serviria de base de dados para os estudos de Albert Fishlow (1972), e Hoffman e Duarte (1972), sobre a distribuição de renda no Brasil.

Os dois textos concluiriam que houve concentração de renda em relação ao censo de 1960 e culpariam, em parte, a ação do governo, argumentando que a partir de 1964 a ditadura militar articulou políticas salariais restritivas e cálculos de reajuste inflacionários menores que a inflação real do período. O já citado cálculo de correção do salário mínimo do PAEG, seria acompanhado por uma forte redução do salário real das camadas mais pobres da população, cerca de 31% entre 1964 e 1967 segundo Mattos (2017), a qual usa dados modernos do IPEA para aquela época.

A reação do governo foi nítida com a encomenda do estudo realizado por Carlos G. Langoni, com a publicação de estudo em 1972, e consequente livro em 1973 “Distribuição de Renda e Desenvolvimento Econômico do Brasil”, pela editora Expressão e Cultura. De acordo com Delfim Netto, a qual ocupava o cargo de ministro da fazenda e assina o prefácio do livro, o trabalho seria uma “...resposta à superficialidade com que o assunto foi inicialmente tratado” (DELFIN NETTO, 1973, p. 9), expondo um pouco do tom com que a reação foi trabalhada.

Carlos G. Langoni já era um renomado economista no país e teria acesso exclusivo a versão final do censo demográfico de 1970, tornando seu arcabouço econométrico mais sólido em relação a base de dados. A pesquisa acabaria por concordar com Fishlow (1972) e Hoffman e Duarte (1972) no tocante ao aumento da concentração de renda, porém, a conclusão estaria longe da culpabilidade governamental e se concentraria no enorme diferencial educacional da população brasileira unido com o processo de desenvolvimento que o país experimentava.

Para melhor entendimento do debate, é interessante também apresentar o modelo de capital humano a que Langoni se utiliza para demonstrar a relação entre educação e renda. Em Langoni (1973b), o autor usa uma função log-linear em que a renda é a variável dependente, e as variáveis *educação*, *idade*, *sexo*, *atividade (ou setor)* e *região*, são as variáveis independentes. As primeiras duas se justificam pela

utilização da Teoria do Capital Humano, como visto em Mincer (1958) e Schultz (1974), a qual tem como preceito que o nível educacional resulta em maior produtividade individual e, de acordo com método neoclássico, refletem em maiores salários reais. A *idade* é usada como *proxy* para experiência, visando medir, assim, a educação informal relevante aos salários.

O trabalho demonstra as contribuições marginais de cada variável e, ao longo dos capítulos, faz análises separadas para regiões e setores da economia, podendo assim comparar a distribuição de renda dentro destes quesitos, inclusive dizer em que região, ou em que setor, a educação tem contribuição mais forte sobre a renda. O autor também faz um exercício com a variável *ocupação*, partindo da premissa que esta pode ser uma *proxy* ao acesso à propriedade, tentando, assim, captar o impacto da remuneração do capital físico na concentração de renda brasileira. Langoni (1973b) termina o livro com suas conclusões e o que considera relevante na aplicação de política econômica, dado os resultados.

## 2.1 LANGONI CONTRA FISHLOW E HOFFMANN

Antes da publicação do livro, Langoni lançaria um resumo de mesmo nome na revista Estudos Econômicos em 1972. Já na introdução o mesmo escreve uma síntese da conclusão de seu trabalho,

Uma das lições mais importantes deste trabalho é a de que existe um conjunto de forças trabalhando no sentido de aumentar o grau de desigualdade numa economia em que o nível de renda “per capita” é ainda relativamente baixo, mas as taxas de crescimento são extremamente altas. A identificação destas forças torna, porém, falaciosa a tentativa de atribuir a este aumento de concentração qualquer conotação de piora ou redução de bem-estar. É desconcertante, por exemplo, verificar que uma fração substancial do acréscimo de desigualdade observado durante o período, está associado a melhoria educacional da força de trabalho, a transferência de mão-de-obra do setor primário para o urbano e uma maior participação de jovens e mulheres no mercado de trabalho. Estas são mudanças qualitativas clássicas que acompanham qualquer processo de desenvolvimento econômico. (LANGONI, 1972, p. 5 - 6)

Demonstrando assim o carácter natural do crescimento da desigualdade. Langoni argumenta que o processo de crescimento rápido do Brasil favorece o trabalho qualificado mais que proporcionalmente. Existe uma pressão para cima na demanda relativa por trabalho qualificado causado pelos níveis de investimento e

capital crescentes, e uma pressão para baixo (ou estabilidade) na demanda relativa por trabalho não-qualificado, causado pelo fluxo constante de trabalhadores das zonas rurais às zonas urbanas que, conjuntamente com um sistema educacional ineficiente, criam-se semelhantes pressões nas folhas salariais e resulta na concentração vista na última metade da década de 60.

Este seria assim, um nítido exemplo de uma curva U invertida de Kuznets (1955), na qual se prevê uma diminuição da concentração de renda conforme o mercado de trabalho atinja o equilíbrio, ou seja, o processo de desenvolvimento e urbanização se completam. Já para relacionar educação e renda, o autor utiliza a Teoria do Capital Humano, baseando-se, como já citado, nos trabalhos de Jacob Mincer (1958) e Theodore P. Schultz (1973), ambos também da Escola de Chicago.

Em seu modelo principal, o autor chega a resultados significantes para todas as variáveis, concluindo que são suficientes, ou suficientes o bastante, para explicar um aumento na concentração de renda, independentemente do que chama de variáveis cíclicas de curto prazo (como, por exemplo, a política salarial regressiva vigente no PAEG).

Como o trabalho vinha como uma resposta implícita aos artigos de Fishlow (1972) e Hoffmann e Duarte (1972), nesta seção estarão concentrados o debate entre tais autores e Langoni. Primeiramente, Fishlow (1973) com o artigo “Distribuição da renda no Brasil: Um novo exame”, e poucos meses depois com a versão definitiva de suas críticas em Fishlow (1974), “O grande debate da distribuição de renda: uma réplica mais completa”, e Hoffman (1973) com o trabalho “Distribuição de renda e crescimento econômico: considerações sobre a evolução recente da distribuição da renda no Brasil”.

Seriam respondidos por Langoni (1973a) em “Distribuição de Renda e Desenvolvimento Econômico no Brasil: uma reafirmação”, e depois, após o lançamento do livro, em “Distribuição de Renda e Desenvolvimento Econômico no Brasil: resumo da evidência”, ambos publicados nos Ensaio Econômicos da EPGE, com um ano de diferença, lembrando que Langoni se concentra em responder às críticas de Fishlow, denotando em nota de rodapé que seus argumentos valem também para Hoffman (1973).

O debate neste caso gira em torno de dois pontos, com mais ênfase no segundo: fatores internos ao modelo e os fatores institucionais já comentados. Um dos pontos de Fishlow (1974) é que o método de variância de logaritmos, a que

Langoni (1973a, 1974b) diz ser o único possível neste caso para calcular os efeitos estruturais e de renda, acaba por subestimar as camadas mais altas da renda. O argumento é que existem diferentes índices em que cada qual atribui pesos diferentes a diferentes grupos de renda.

Este é, assim, um primeiro caso em que Langoni (1973a, 1974b) subestimaria a própria concentração. Porém a grande questão apontada tanto por Fishlow (1974) quanto por Hoffmann (1973) é a maneira como Langoni exclui a responsabilidade da fórmula salarial do PAEG como fator importante no aumento da desigualdade, mesmo admitindo que a fórmula realmente impactou na magnitude desta,

A impossibilidade de isolar, com apenas duas observações os efeitos redistributivos de políticas específicas implementadas durante a década é uma das razões para não termos dado ênfase em nosso trabalho às diversas componentes cíclicas da década. A outra razão, e esta a principal, é que estamos convencidos de que a parcela maior do aumento observado de desigualdade deve ser atribuída ao impacto diferenciado que a expansão rápida do setor urbano teve sobre a demanda de mão-de-obra de diferentes qualificações. É lógico que a política de contenção salarial contribuiu de alguma forma para a ampliação da magnitude deste impacto. Mas o importante é que, existem razões suficientemente fortes para acreditar que o aumento de desigualdade iria acontecer, independentemente do comportamento do salário mínimo urbano (LANGONI, 1974b, p. 31).

Caminhando assim ao que é, segundo esta dissertação, o ponto principal do debate. Langoni demonstra fé inabalável em seu modelo e seus pressupostos para determinar que, mesmo tendo fatores institucionais influenciado o aumento da desigualdade, este é natural ao processo desenvolvimento, logo, a questão institucional não pode ter a importância que Fishlow e Hoffmann dão a ela. Langoni também atribui à evidência histórica internacional, como no já citado Kuznets (1955) e em Paukert (1973), trabalho bastante contemporâneo à controvérsia, para apoiar seu ponto de vista.

Este último utiliza uma base de dados de 56 países para chegar num padrão de concentração de renda parabólico, similar a curva de Kuznets (1955). Fishlow (1974, p. 167) denota que tal parábola de Paukert (1973) é "...artificial ao extremo - obtida pela ligação das médias nas diferentes classes de renda e ignorando a substancial variabilidade intraclasse na desigualdade". Segundo o autor, ao se levar em consideração a variabilidade intraclasse, com um coeficiente de Gini por exemplo, não se encontra tal relação de crescimento e depois diminuição na concentração de

renda, dando ênfase a arbitrariedade ao se dividir classes de renda iguais em tantos países diferentes.

Enfim, ao final de seu texto, Langoni (1974a), resume bem seu ponto de vista em oposição ao de Fishlow, Hoffmann e outros. Ele começa com “Ao contrário do que Fishlow afirma, a essência do debate não gira em torno dos objetivos sociais relevantes que devam ser alcançados pela economia brasileira” (ibid., 1974a, p. 41), isto já que alcançar o desenvolvimento “material e cultural” é o que qualquer sociedade civilizada almeja. Depois completa que, já que o problema da pobreza é a baixa produtividade então “a única solução autêntica e definitiva é justamente a de manter uma taxa elevada de crescimento econômico, e ampliar os investimentos em capital humano, tecnológico e na modernização da agricultura” (ibid., 1974a, p. 41).

Esta visão *supply-sided* do desenvolvimento econômico é bastante coerente com o pensamento da Escola de Chicago, onde o autor de formara, e que se tornaria mais forte na academia ao longo da década. Ela também denota a inflexibilidade quanto a modelos diferentes e a já comentada fé inabalável em seus pressupostos. Fishlow (1974) critica em Langoni o fato deste encarar visões alternativas a sua como “demagógicas e paternalistas”, como demonstram os excertos abaixo

Na realidade, apesar de há muito ter a vocação desenvolvimentista e possuir todos os pré-requisitos naturais, o drama do Brasil é ver em diversas ocasiões, esta vocação se frustrar em função de erros crassos de política econômica. A aceitação sem contestação dos mitos do estruturalismo e do paternalismo como contendo as fórmulas mágicas para a eliminação do subdesenvolvimento, perpetuaram este "status quo" não só no Brasil como no resto da América Latina. São estas mesmas fórmulas que Fishlow, sem nem ao menos possuir a imaginação para dar-lhes uma roupagem nova, quer agora impingir ao Brasil. (LANGONI, 1974, p. 41)

E completa seu artigo de 1974 com,

O milagre do progresso deve ser atribuído aos homens que com habilidade e criatividade substituíram os mitos, estruturalistas e paternalistas, pelo bom senso implícito nos conceitos básicos da teoria econômica. E para frustração de muitos, e em particular de Fishlow, este sucesso torna cada vez mais difícil, no caso brasileiro, o retorno da demagogia como princípio de política econômica (LANGONI, 1974, p. 43).

Fica claro que, ao agrupar Fishlow com estruturalistas, estes a qual são propagadores de “mitos”, Langoni adere a retórica de que o aparato teórico e metodológico a qual faz parte é o único verdadeiro na ciência econômica, algo

bastante visto entre vários proponentes de Chicago e outros economistas parte do *mainstream* (KLÜGER, 2017), o que, aliás, é justificado entre os primeiros pela visão da economia positiva que será discutida no capítulo 3.

Fishlow (1974), discute nas conclusões de seu texto estes pontos, exprimindo que uma política de distribuição de renda no Brasil deve atingir os objetivos de reduzir a desigualdade e a pobreza enorme que existe no país. Completando que,

Para a consecução desses objetivos, pode-se modificar a distribuição de riqueza existente e assim a da renda; pode-se intervir para impedir maior deterioração nos níveis de renda relativa; e pode-se compensar aqueles grupos que são e permanecerão em desvantagem, a despeito do rápido crescimento econômico. (FISHLOW, 1974, p. 169).

Logo, como também atesta Hoffmann (1973), o problema da pobreza não esta ligada somente a questões estruturais do mercado e da distribuição, mas em conflitos de poder e política. Se o processo distributivo fosse realmente natural, uma política econômica somente *supply-sided* faria sentido ao desenvolvimento, mas não é a maneira como ambos Fishlow e Hoffmann enxergam o mundo, visão que ambos também demonstram evidência empírica a favor, algo que Langoni rechaça pelo simples fato de não corresponderem com seu modelo.

A seletividade com que o mesmo trata a evidência histórica e teórica na literatura, apontada por Fishlow (1974), aparece também em Carnoy (1974), professor da Universidade de Stanford a que não se enquadra entre as réplicas de Langoni, mas que fala de análises a qual Langoni não discute, como por exemplo,

Langoni ignora modelos mais recentes de competição do trabalho que enfatizam menos a oferta de trabalho na determinação do salário. Por exemplo, Thurow e Lucas propõem hipóteses de que a produtividade marginal é um atributo dos cargos, e não dos ocupantes. Cargos onde os trabalhadores operam com muito capital moderno são de alta produtividade marginal. Os trabalhadores procuram avidamente tais oportunidades. Uma vez empregado, a capacidade cognitiva para aumentar sua produtividade até a produtividade marginal do trabalho é alcançada através de programas de treinamento formal e informal. O critério principal, pois, que os empregadores usam na seleção dos trabalhadores é a "treinabilidade". Os trabalhadores que tenham características específicas que os empregadores percebem que reduzirão os custos de treinamento serão selecionados e receberão os "melhores" trabalhos. (ibid., 1974, p. 91).

O uso desse modelo, porém, acabaria por tornar a distribuição de renda exógena a oferta de trabalho, não sendo compatível com as conclusões de Langoni. Sendo o modelo explicitado válido ou não, os autores fazem parte do mesmo

*mainstream* que o economista do EPGE, sendo Robert Lucas já naquela época um grande nome da Universidade de Chicago.

Enfim, Fishlow (1974) denota que não é demagogia não compartilhar a ideia do crescimento como real motor de redução da desigualdade e seus argumentos até ali foram feitos para demonstrar isso. O mesmo termina seu artigo com a seguinte crítica,

O ceticismo sobre a suficiência da educação e do crescimento continuado para resolver as sérias distorções na igualdade da renda brasileira constitui certamente a heresia máxima. Todavia, qual é a evidência concreta para tal conclusão otimista: relações parabólicas que não existem na realidade? E quanto demorará para se adquirir tal melhoria? Os problemas da pobreza brasileira são por demais sérios, variados e imediatos para depender de tal credo. Maiores análises e estudos são obviamente exigidos, não meramente de dados mas de políticas alternativas. Este debate estabelece, portanto, o começo e não o fim da questão. (ibid., 1974, p. 170)

O diagnóstico dado ao trabalho de Carlos G. Langoni como algo de conclusões muito otimistas é também evidenciado por Malan e Wells (1973; 1975). Tal debate será menor em número de artigos e páginas escritas por cada um, mas seria ainda mais ácido.

## 2.2 LANGONI CONTRA MALAN E WELLS

Em 1973 os economistas Pedro Malan e John Wells, doutorandos alunos de Albert Fishlow<sup>2</sup>, lançariam uma resenha do livro recém-lançado de Carlos G. Langoni. Na resenha de Malan e Wells (1973; 1975), os autores se concentram na crítica tanto aos pressupostos teóricos de Langoni e, portanto, da tradição neoclássica, como ao modelo econométrico utilizado, usando uma linguagem irônica para se referir a algumas escolhas do autor. Assim como nos argumentos de Fishlow e Hoffmann, denota-se uma convergência da crítica destes autores quanto aos principais problemas da análise de Langoni.

A resenha também seria incluída, dois anos depois, no compêndio “A Controvérsia Sobre Distribuição de Renda e Desenvolvimento”, organizado pelos economistas Ricardo Tolipan e Arthur Carlos Tinelli, em 1975, que será discutida na

---

<sup>2</sup> John Wells já se encontrava em Cambridge, mas fora orientado por Fishlow em seu mestrado na Universidade da Califórnia em Berkeley.

próxima seção. A convergência das críticas também é característica entre os autores deste trabalho.

Entre elas estão a não neutralidade distributiva da política econômica do governo, o fato que não se pode reduzir a concentração de renda aos desequilíbrios no mercado de trabalho ou que nem todos os salários podem estar atrelados a produtividade (ou nível educacional), bem como a crítica a causalção unidirecional entre educação e renda da Teoria do Capital Humano, pois uma causalção inversa pode ser verdadeira.

Assim como Carnoy (1974), os autores escrevem,

É importante aqui deixar claro que Langoni simplesmente ignora, de forma deliberada, a existência de interpretações alternativas à sua para as causas deste aumento de desigualdade, em particular aquelas enfatizando a condução da política econômica durante a década. Suas razões para tal parecem ser não só problemas de dados para o período intercensitário, como também a crença do autor em que “as consequências negativas de curto prazo (da política anti-inflacionário) foram compensadas pelos benefícios da retomada do crescimento a partir de 1966” (*sic*) (p.78) (MALAN e WELLS, 1973, p. 1108).

Os autores citam a proposta de Langoni em analisar as tendências de longo prazo invés das “...importantes componentes cíclicas deste período (1960-1970)” (LANGONI, 1973b, p. 77), já que é impossível isolar os efeitos da inflação na concentração de renda para todos os diferentes períodos da década. Os mesmos continuam como na já citada passagem em Langoni (1974b), que o principal motivo é que o Malan e Wells (1973, p. 1108) chamam de “visão de livro-texto”,

É estranho que esta visão de livro-texto de desenvolvimento econômico – de que as “mudanças” acima mencionadas [mudanças alocativas e qualitativas do mercado de trabalho] levam a um aumento na desigualdade – seja apresentada como “a conclusão mais importante (do trabalho)”, isto é, como o resultado de sua investigação empírica, e não como um simples e genérico ponto de partida no quadro de um esquema mais amplo de análise. (*ibid.*, 1973, p. 1108-1109)

Constituindo assim, em mais uma crítica voltada ao argumento naturalista de Langoni (1973b), que conseqüentemente se desenvolverá em uma crítica ao otimismo do autor em acreditar que a distribuição virá conforme o processo de desenvolvimento se completa. Importante à crítica de Malan e Wells (1973) é a observação que os mesmos fazem ao modelo econométrico do livro, sendo complementar ao argumento

dos autores anteriores sobre a importância de fatores institucionais, Malan e Wells (1973, p. 1111) escrevem,

Entretanto, acreditar na expansão apropriada da oferta como “solução” para o longo prazo é seriamente discutível, por várias razões, umas das quais, derivada dos resultados empíricos do próprio Langoni, queremos mencionar aqui em particular. Com efeito, (ver p. 93), do aumento da variância total da renda entre 1960 e 1970 “explicado” pela variável educação, 35% são devidos simplesmente a mudanças na composição educacional da força de trabalho, 23% a mudanças nas rendas relativas entre diferentes níveis de educação e 42% à crescente desigualdade na distribuição para um *dado* nível de escolaridade, isto é, educação é uma importante variável explicativa, principalmente devido à crescente diferenciação da renda entre indivíduos com o *mesmo* nível de educação. É *precisamente* sobre este fenômeno que o mecanismo de oferta e procura é incapaz de dizer qualquer coisa, e que, não obstante o otimismo de Langoni pode persistir e intensificar-se a longo prazo.

Outros pontos negativos identificados pelos autores concernem às *proxies* utilizadas do modelo, como por exemplo, os dados de “ocupação” serem usados como *proxy* da distribuição de capital físico, que o próprio Langoni (1973b) admite ser subestimadora da real concentração, e o fato do *status* social ser relegado à própria variável da educação, em que o autor acredita que grande parte do poder explicativo do *status* é absorvido por ela, o que é consistente com o seu uso de um modelo de capital humano.

A réplica de Langoni em 1974 seria tão áspera quanto a própria resenha, a rotulando de ingênua e radical. Na primeira seção, sobre a “crítica ingênua” dos autores, os argumentos começam com explicações sucintas e claras sobre algumas das críticas acerca do modelo econométrico. Primeiramente o mesmo começa identificando que Malan e Wells acreditam que a explicabilidade das variáveis é o mais importante quando o principal é a significância estatística, sendo a explicabilidade das variáveis de 59% (para a 1970), algo bom para o que o modelo se propõe. O mesmo continua

Assim, não faz o menor sentido julgar a relevância de nosso modelo pela capacidade de reproduzir a distribuição observada. Ele simplesmente não foi construído para objetivo. O interesse nos perfis estimados a partir das regressões é unicamente o de qual seria o grau de desigualdade na distribuição da renda, caso as diferenças individuais fossem somente as representadas pelas variáveis do modelo. Daí o porquê da distribuição dicíclica ter sido gerada reordenando os indivíduos com base nas suas rendas *estimadas* e não nas efetivamente *observadas*. Portanto, a comparação dos perfis estimados com os observados não nos diz nada

acerca dos resíduos em sentido econométrico, invalidando uma das principais críticas de Malan e Wells (LANGONI, 1974a, p. 169).

Apesar de ser um ponto válido, a crítica de Malan e Wells quanto ao modelo e sua explicabilidade era mais voltada ao fato de não ser possível excluir os fatores institucionais pela simples consistência (levando em conta a explicabilidade) do modelo em si, não sendo possível, então, entender o modelo econométrico como uma evidência tão forte para a obtenção de um equilíbrio distributivo de longo prazo, como atesta Langoni em todos os seus textos sobre o assunto.

Langoni (1974a) comenta que a grande evidência do modelo é que as variáveis já mencionadas do nível educacional, sexo, idade, região e atividade, são suficientes para gerar concentração de renda de maneira acentuada. O autor também critica a resenha no sentido de ter dado demasiada importância aos fatores não explicados dentro de níveis iguais de escolaridade, já que estes estão no capítulo 4, que faz um exercício com regressões simples usando cada uma das variáveis, uma por vez. Nos capítulos 5 e 6 ele segue com as regressões com todas as variáveis tornando mais complexa a tarefa de demonstrar a não explicabilidade dentro de cada variável individualmente.

O autor segue em citar várias relações empíricas para demonstrar a validade do modelo e da aceleração do crescimento do país como estopim para maior concentração. São citados o maior crescimento do setor industrial em relação ao agrícola no período (6% e 3,5% ao ano, respectivamente), as diferenças de qualificação entre o setor primário e o urbano, em que mesmo dentro deste último houve maior crescimento de setores mais modernos e mais intensivos em mão-de-obra qualificada, que o aumento significativo da desigualdade ocorreu no setor urbano, o fato da contribuição normalizada da variável educação na explicação das diferenças de renda individuais (33%), o fato que a desigualdade se acelerou logo após 1967, o que Wells (1975) irá discordar na próxima seção, e a evidência histórica na literatura internacional como os já citados Kuznets (1955) e Paukert (1973), destacando a contemporaneidade deste último.

Lembrando que com relação a este último ponto, Malan e Wells (1973, p. 1118) tinham isto a dizer,

Na verdade, a experiência de qualquer país capitalista indica claramente que não há qualquer tendência, mas consequência de atividades organizadas politicamente por parte dos grupos e classes interessadas no

controle ou na influência sobre a intrínseca para o sistema distribuir *automaticamente*, seja riqueza, seja renda, sejam oportunidades. *Que isto tenha de fato ocorrido em vários países avançados é um fato infraestrutura de poder da sociedade, consubstanciada no aparato institucional do Estado* [grifo do autor].

A segunda seção da réplica de Langoni (1974a) é a parte que ele chama de “crítica radical” por parte dos autores da resenha e a que se refere como um “rompimento” com a teoria econômica. O mesmo começa dizendo que a crítica de Malan e Wells (1973) equivale a negar a possibilidade em fazer uma análise baseada em teoria, já que os mesmos “consideram ser impossível submeter a qualquer teste empírico a teoria da produtividade e, conseqüentemente, a teoria do capital humano, sua extensão mais recente.” (ibid., 1974a, p. 178), o mesmo continua no parágrafo seguinte,

Esta afirmação surpreendente é contrariada por uma respeitável herança cultural, que afinal de contas levou a Economia ao *status* de ciência. Apenas como ilustração citaria os trabalhos de Hansen e Hopper, que dizem respeito justamente ao teste da teoria da produtividade em economias subdesenvolvidas (ibid., 1974a, p. 178).

É importante deixar claro que Malan e Wells (1973) dizem ser, em geral, impossível *medir* a produtividade dos indivíduos, logo, testes empíricos acabam tendo que usar pressupostos como, por exemplo, que os rendimentos individuais refletem tal produtividade. Acredita-se aqui que esta afirmação seja verdadeira, independente de linhas e escolas de pensamento econômico.

Langoni (1974a, p. 178) continua, acusando os autores da resenha a estarem, implicitamente, interpretando o fenômeno com o que chama de *teoria da improdutividade*, que “nos afigura a reedição de velhos dogmas acerca da apropriação do excedente capitalista”, e completa indagando quem seriam os improdutivos ao ver de Malan e Wells, autores que, Langoni (1974a) destaca, admitem eles mesmos que a consistência de tal argumento é “...imprecisa ou pouco rigorosa” (MALAN e WELLS, 1974, p. 1122). Para um proponente da economia positiva da Escola de Chicago esta seria prova contundente contra qualquer argumentação. Porém os autores Malan e Wells definitivamente percebem uma dicotomia existente entre consistência e realismo, já que é exatamente esta a sua frase, sobre sua visão do que realmente ocorreu na década de 60,

O capitalismo brasileiro permite claramente uma ampla distribuição do excedente, via criação de empregos públicos e privados, a relativamente elevados níveis de remuneração para um vasto segmento de “trabalhadores”, sob certo sentido “improdutivos”, que são, entretanto extremamente funcionais para o sistema tal como este opera. *Não importa quão imprecisa ou pouco rigorosa seja uma abordagem deste tipo, quando se aproxima muito mais do real que as surrealistas abstrações da “teoria do capital humano”* [grifo do autor] (MALAN e WELLS, 1974, p. 1122).

Os autores explicam em nota de rodapé que o sentido de “improdutivos” é o fato de certas ocupações criarem sua própria remuneração (e a remuneração de parte significativa da hierarquia abaixo), bem como se vê em Bacha (1975) e Bacha e Taylor (1978), da próxima seção. Langoni (1974a) termina sua réplica reiterando a consistência e validade de seu modelo, reforçando que a evidência de sua análise permite dizer que a redução da desigualdade é a expectativa correta para o longo prazo na economia brasileira, conforme os desequilíbrios gerados no processo de desenvolvimento sejam eliminados. O que não deve ser interpretado, completa, como sugestão de uma completa abstinência do Estado, que pode sim influenciar o desenvolvimento com políticas que tornem o processo de ajustamento mais rápido, como discutido no capítulo 10 de seu livro, e remetem as políticas *supply-sided* já discutidas na seção anterior.

Houve ainda uma tréplica, desta vez assinada somente por Pedro Malan, ainda em 1974 pela Revista de Administração de Empresas, da Fundação Getúlio Vargas. Curiosamente, o mesmo relata em entrevista que a revista original em que a resenha e a réplica de Carlos Langoni foram publicadas, a revista de Pesquisa e Planejamento Econômico, não aceitaria mais tréplicas sobre o assunto (MALAN, 2005). O texto faz reforçar alguns argumentos da resenha inicial e trata de algumas das críticas da réplica de Langoni, discutindo principalmente o que seria “romper” com a ciência, dado suas críticas iniciais, e reforça que, o fato de não utilizar o mesmo arcabouço teórico de Langoni não significa que estaria deixando implícito a impossibilidade de analisar a situação com teoria econômica, muito pelo contrário, análise com teoria econômica é, sim, o que ele e outros estariam fazendo.

Faz-se claro nas duas últimas sessões o quanto o argumento naturalista de Langoni, apoiado principalmente na evidência da curva de Kuznets e derivados, foi o ponto de maior contenção entre o economista e críticos ao seu trabalho. Para os economistas do compêndio a seguir, não foi diferente.

### 2.3 O COMPÊNDIO “A CONTROVÉRSIA SOBRE DISTRIBUIÇÃO DE RENDA E DESENVOLVIMENTO”

A cristalização definitiva de vários artigos críticos ao trabalho de Carlos G. Langoni veio com o compêndio “A Controvérsia Sobre Distribuição de Renda e Desenvolvimento”, organizado pelos economistas Ricardo Tolipan e Arthur Carlos Tinelli, em 1975. Nota-se que autores de diferentes formações e *background* acadêmico convergem em alguns pontos, principalmente em relação a crítica a Teoria do Capital Humano e a maneira neoclássica de discutir distribuição.

O livro é dividido em quatro partes, além do prefácio por Fernando Henrique Cardoso. A primeira são os textos de Maria da Conceição Tavares (1975), e Luiz G. M. Belluzzo (1975), ambos na Universidade Estadual de Campinas àquela época, a qual tratam de maneira mais teórica do tema, utilizando a teoria Kaleckiana e cepalina no primeiro caso, bem como Sraffa e Marx no segundo, para definir alguns pontos de contraste em relação aos argumentos neoclássicos de distribuição de renda, principalmente no tocante a modelos econômicos circulares, em oposição a “avenida unidirecional” dos modelos neoclássicos.

A segunda parte é uma tentativa de analisar mais teórica do que empiricamente o caso brasileiro, porém dados empíricos também são apresentados. Nesta está o artigo de Hoffman (1975), na qual continua o debate iniciado em Hoffman & Duarte (1972), dando destaque ao processo de desenvolvimento histórico da agricultura no Brasil e quão concentrada são as terras (e quão numerosos são as pessoas pobres) do meio rural por causa disto. Paul Singer (1975) destaca o desenvolvimento histórico-estrutural do país na importância da análise da renda e sua distribuição no Brasil. O texto de Edmar Lisboa Bacha (1975) demonstra a importância da consideração dos cargos gerenciais das firmas na consideração da distribuição de renda, já que estes teriam maior capacidade de ditar seus próprios salários, que estariam mais atrelados aos lucros das empresas do que ao nível de subsistência dos trabalhadores. O trabalho seria ainda expandido em 1978 junto com economista do Instituto de Tecnologia de Massachusetts (MIT), Lance Taylor. Este fora citado nos agradecimentos do trabalho inicial de Carlos G. Langoni de 1972, antes do lançamento do livro de mesmo nome, pelas críticas feitas a uma versão preliminar do trabalho.

O artigo era também uma excelente revisão do que já tinha sido debatido e publicado até então, citando alguns trabalhos desta segunda metade da década que contribuíram para o debate de uma forma ou outra. Como Morley e Williamson (1975), a que tem como principal argumento a inadequação dos dados e metodologias usadas, tendo como opinião que o debate era sem sentido por esse motivo. O próprio artigo de Bacha e Taylor (1978), bem como Wells (1976) e Hoffmann (1976), criticam a metodologia destes autores e rechaçam sua crítica principal no tocante a invalidade dos estudos de distribuição de renda, já que Morley e Williamson (1975) cometem erros estatísticos em sua análise, mais precisamente no cálculo de seus índices de Atkinson. Bacha e Taylor (1978) ainda usam metodologia econométrica própria chegando a resultados que contradizem a curva de Kuznets para o caso brasileiro,

Both our findings and parallel results reported by Fishlow (1974) are rather surprising in views of Langoni's insistence upon the importance of compositional changes in explaining the increase in the variance of log income in the period. In the first place, population movements between regions and between sectors of activity had an equalising influence on the overall variance, in spite of the fact that migrations from the rural sector to urban activities and from poorer to richer regions were substantial between 1960 and 1970. This result seems to contradict the original version of Kuznets' hypothesis for the Brazilian case. On two other population dimensions, sex and age, the compositional changes contributed to increase the overall variance, but only slightly so (BACHA e TAYLOR, 1974, p.280).

Na terceira parte tem-se os artigos de Albert Fishlow (1975), da Universidade de Berkeley, e de Peter Wells (1975), que obteve o mestrado em Berkeley e agora era doutorando na Universidade de Cambridge. O primeiro é o artigo inicial, de 1972, traduzido para o português, enquanto o segundo tenta replicar alguns dos aspectos de Fishlow (1972) e Hoffman e Duarte (1972), porém endereçando algumas limitações de ambos os trabalhos no tocante a base de dados da Lei dos 2/3, para tentar resultados mais consistentes. É neste trabalho que são apresentadas evidências em que a maior parte da concentração de renda da época foi durante a aplicação do PAEG, de 1964 a 1967, em oposição a Langoni (1974b), o que entra de acordo com dados modernos do IPEA demonstrados por Mattos (2017).

A quarta e última parte é onde se encontra a já discutida resenha de Pedro Malan e John Wells (1975) do livro de Carlos G. Langoni, originalmente publicada na revista Pesquisa e Planejamento Econômico, em 1973. Como já explicitado, Wells se doutorava em Cambridge após ter passado por Berkeley, Malan se doutorava em Berkeley e era orientando de Fishlow.

Além do texto de Malan e Wells, o livro se encerra com um artigo de José Serra (1975), professor da Facultad Latinoamericana de Ciencias Sociales (FLACSO), e um de José Sérgio Leite Lopes (1975), economista da FINEP (Financiadora de Estudos e Projetos S.A.), além de ser um doutorando em antropologia social da Universidade Federal do Rio de Janeiro. O primeiro tratando de vários fatores empíricos e teóricos como a crítica a visão neoclássica da renda e mercado de trabalho, e o segundo como uma leitura crítica do artigo de Fishlow (1972), resumindo-se ao que o autor define como um “fetichismo da estatística”, por parte dos economistas em geral, o que é interessante, já que tentou-se demonstrar aqui uma exagerada confiança de Carlos G. Langoni em seu modelo econométrico.

### 3 A CONTROVÉRSIA DA DÉCADA DE 1970 E O *MAINSTREAM* CONTEMPORÂNEO

Os trabalhos envolvidos na controvérsia de 70 são um ponto de partida para a discussão moderna sobre a desigualdade de renda no Brasil, esta que usa dados censitários e modelos estatísticos para a verificação empírica das hipóteses e argumentos propostos. Este capítulo visa fazer um breve exercício historiográfico sobre como o debate da desigualdade de renda se desenvolveu após aquela época e, principalmente, como a controvérsia é vista pela literatura moderna.

Podendo, assim, esclarecer o que realmente aconteceu na década de 60 e servir como um primeiro alicerce para o objetivo de pesquisa desta dissertação, pois ao se demonstrar quais argumentos prevaleceram e quais estão de acordo com a experiência histórica pós anos 70, abre-se caminho para, no próximo capítulo, uma sugestão do porquê os dois lados da controvérsia, e principalmente Langoni, argumentavam o que argumentavam, baseando-se em suas posições no contexto político e institucional vigente.

Poucos foram os trabalhos com algum cunho historiográfico sobre o estudo da desigualdade de renda no Brasil e temáticas adjacentes. Em ordem cronológica, os principais são: Ramos e Reis (1991), os primeiros da década de 1990 a fazerem um breve panorama de como o debate se encontrava no Brasil; Coelho e Corseuil (2002), e Corseuil e Servo (2002), que se tratam de *surveys* a respeito, respectivamente, de estrutura salarial e do salário mínimo em relação ao bem-estar e desigualdade; Gandra (2004), que faz uma análise da controvérsia de 70 e suas implicações para o pensamento dominante sobre a desigualdade de renda na década de 90; Malta (2010, 2011), o mais próximo a este trabalho no sentido de trazer a conjuntura política da época à análise do debate; Santiago (2013), uma análise devidamente histórica sobre o tema a partir da década de 70 até o início da atual década; Barone et al.(2015), a qual faz um balanço dos argumentos da controvérsia com uma análise de história econômica sobre a época; e Mattos (2017), o mais abrangente, que engloba o tema da distribuição de renda no Brasil desde de seus primórdios no início do século XX até os dias atuais.

Estes artigos, apesar de não completamente extensivos em suas bibliografias coletadas, são textos fundamentais e um guia para os pontos principais a serem demonstrados neste capítulo, principalmente os trabalhos de Gandra (2004), para

demonstrar o consenso a que os economistas brasileiros chegaram, Santiago (2013), o único autor que enfatiza o erro em considerar a controvérsia como um mero antagonismo dual entre as variáveis da educação e política salarial na explicação da desigualdade, e Mattos (2017), o mais atual dos trabalhos, sendo inclusive, junto com Malta (2010, 2011) e Barone et al. (2015), um artigo de cunho mais heterodoxo.

A partir da literatura brasileira sobre o tema desde a década de 90, é possível concluir-se dois pontos importantes, direta e indiretamente, a esta dissertação, que serão melhor desenvolvidos ao longo deste capítulo:

1. A literatura da década de 90, até os dias de hoje, apresenta um consenso em relação a algumas conclusões tanto de Langoni (1973b) quanto de críticos da época, mas também não raro demonstram ter uma visão estilizada da controvérsia de 70 que, por vezes, não representa seu real conteúdo;

2. A conclusão mais importante para este trabalho é o fato que o *mainstream* abandona a curva de Kuznets, já identificada como parte da real *controvérsia* dos debates daquela década, como uma boa previsão para o comportamento da economia brasileira, até pela experiência histórica das décadas de 80 e 90;

A partir daqui o texto seguirá, então, a seguinte proposta: demonstrar que o pensamento moderno não enxerga vencedores ou perdedores na controvérsia, simplesmente pois a maioria dos autores estiliza o debate como um dualismo entre educação e política salarial. Porém, conforme demonstrado no capítulo anterior, o cerne da controvérsia era a tendência a correção automática da desigualdade, que segundo Langoni aconteceria no longo prazo de acordo com a curva de Kuznets, e retirar qualquer responsabilidade do governo simplesmente porque uma regressão explicava metade do aumento da desigualdade, ambos argumentos que Fishlow e outros achavam demasiadamente otimista.

A ironia é que é justamente a curva de Kuznets que seria rechaçada pelo *mainstream* a partir da década de 90, tornando, portanto, questionável a noção de pensadores modernos de que tenha ocorrido um “empate”. É da visão desta dissertação que os argumentos críticos a Langoni estavam corretos em enxergá-lo como otimista demais, o que, tendo a vantagem do olhar histórico, não é uma conclusão difícil de ser tirada, já que a desigualdade piorou durante a década de 80 e continuaria estável em níveis bastante altos, em torno do 0,60 no índice de Gini, até o início dos anos 2000 (BARROS et. al., 2006).

### 3.1 A HOMOGENEIZAÇÃO DO PENSAMENTO SOBRE A CONTROVÉRSIA NOS ANOS 90 EM DIANTE

Gandra (2004) é o primeiro a demonstrar que o pensamento da década é de homogeneização em relação às ideias propostas nos debates da década de 70, criando-se um *mainstream* com absorção de ideias de ambos os lados, apesar de núcleo metodológico bastante Langoniano, principalmente no que concerne aos modelos econométricos junto a utilização da Teoria do Capital Humano. Assim, o autor identifica que as discussões na década de 90 giram em torno de um grande modelo estrutural, na qual teve como principais formuladores Ricardo Paes de Barros, Rosane Mendonça, Lauro Ramos, José Guilherme Almeida Reis entre outros, muitos ligados de uma forma ou outra ao Instituto de Pesquisa em Economia Aplicada (IPEA) e/ou ao Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Exemplos são os artigos seminais Barros e Reis (1990), Barros e Ramos (1992), e Barros e Mendonça (1995), todos diretamente relacionados aos desenvolvimentos da teoria do capital humano desde então. Este último reconhecido por Gandra (2004) como tendo uma importância ímpar, por apresentar o modelo de corridas intergeracionais segmentado, onde separa-se a trajetória de vida de uma geração em etapas, uma de acumulação de capital humano, portanto onde os indivíduos se preparam para o mercado de trabalho, usualmente na infância e adolescência, e outra de competição no mercado, ambas também precedidas por uma espécie de pré-etapa, onde são decididas as regras de distribuição dos recursos privados e públicos, demonstrando uma sintonia maior com outros problemas de mercado não relacionados somente ao esquema educação/nível de salários.

Assim, os modelos da década de 90 se apresentam expandidos em relação ao modelo de Langoni, por apresentarem as variáveis de segmentação do mercado de trabalho, método que seria utilizado ao longo dos próximos anos. Os três artigos seminais citados, todos com participação de Ricardo Paes de Barros, fazem menção a autores da controvérsia de 70, principalmente aos trabalhos de Langoni (1973b) e Fishlow (1972). O artigo de 1995, logo na seção sobre educação e aumento no grau de desigualdade salarial, Barros e Mendonça expõe os argumentos dos dois e terminam com a seguinte passagem,

Embora as causas do aumento da sensibilidade dos salários à educação ao longo da década de 60 ainda sejam discutíveis, suas consequências não o são. É simplesmente um fato que o aumento da desigualdade educacional e da sensibilidade dos salários à educação nos anos 60 explica metade do aumento na desigualdade que ocorreu no período. (BARROS e MENDONÇA, 1995, p. 52-53).

Demonstra-se, então, que há uma aceitação por parte destes autores com relação ao modelo econométrico de Langoni e suas conclusões. O problema na interpretação moderna da controvérsia se encontra no início do mesmo parágrafo, quando os autores resumem o argumento do doutor da Universidade de Chicago,

Langoni (1973) argumenta que este fato ocorreu porque a expansão educacional foi lenta vis-à-vis as alterações tecnológicas ocorridas no período, isto é, para Langoni o sistema educacional perdeu a corrida contra a expansão tecnológica e, como consequência, a demanda por trabalhadores qualificados expandiu-se mais rapidamente do que a oferta, levando a um aumento na sensibilidade dos salários à educação. Para Fishlow (1973), no entanto, a razão [...] é muito mais a ver com as mudanças institucionais ligadas ao mercado de trabalho que foram implementadas pelo regime militar na segunda metade da década de 60. (Ibid., 1995, p. 52-53).

Como visto no capítulo 1, o fato central à controvérsia não é o exposto acima, autores como Fishlow e Hoffmann não criticavam exatamente a ineficácia da educação na explicação da desigualdade de renda. A grande crítica ao que, na verdade, seria a continuação do argumento de Langoni exposto, era o fato que a desigualdade deveria cair uma vez que tais processos de expansão tecnológica e desenvolvimento se completassem, bem como que a educação explicar metade do aumento da desigualdade não tira responsabilidade nenhuma da política governamental neste aumento.

Em Ramos e Reis (1991), os autores apontam alguns problemas em ambos os lados do debate. Uma crítica óbvia seria aos argumentos de autocorreção de Langoni, pela vantagem do olhar em retrospecto, mas os autores também denotam o exagero de Langoni em algumas suposições relativas ao desequilíbrio do mercado de trabalho,

Já em 1973 Fishlow criticava fortemente a suposição de desequilíbrio no mercado de trabalho, mostrando que, dadas as elasticidades de substituição plausíveis entre grupos de trabalhadores com distintas qualificações, o crescimento do viés tecnológico em favor dos trabalhadores mais qualificados necessário para conciliar à tese de Langoni com os dados observados teria que estar entre 6 e 12% ao ano, números muito elevados quando comparados com a taxa média de crescimento do PIB *per capita* no período, da ordem de 3% ao ano. Visto sob o prisma de hoje, o ceticismo

acerca da hipótese de desequilíbrio é reforçado. Em primeiro lugar, o aumento na concentração de renda no Brasil esteve longe de ser transitório, como atestam os dados agora relativamente mais abundantes. Mais importante ainda, não há evidências de que taxas de retorno à educação tenham se reduzido nos últimos anos de forma significativa. (RAMOS e REIS, 1991, p.37).

Apesar do olhar favorável às críticas ao trabalho de Langoni, os autores também destacam alguns problemas nestas, como na modelagem de Bacha e Taylor (1978), que acabam por subestimar o papel da educação na maneira como as variáveis foram desenhadas. A crítica à um argumento de Fishlow (1972), no entanto, demonstra um problema parecido com os já citados Barros e Mendonça (1995). O autor escreve,

Fishlow decompõe a variação na desigualdade utilizando uma outra medida de concentração, o índice de Theil, e encontra que o efeito das mudanças nas rendas relativas passa a ser mais importante que a melhoria educacional. Conclui, então, que “alteramos toda a substância das conclusões de Langoni”. Ora, a conclusão substantiva do trabalho de Langoni depende apenas do fato de que parte importante do aumento da desigualdade decorre de mudanças na composição educacional da força de trabalho, e não de que o efeito composição tenha sido mais importante que as mudanças nas rendas relativas. (RAMOS e REIS, 1991, p. 38).

O ponto central do debate era justamente a união dos resultados referentes à composição educacional ao argumento de desequilíbrio de mercado (e, portanto, autocorreção no longo prazo), defendida por Langoni e negada por Fishlow, Hoffman e outros. Não parece correto definir como “conclusão substantiva” da obra de Langoni “apenas do fato de que parte importante do aumento da desigualdade decorre de mudanças na composição educacional da força de trabalho” (ibid., 1991), pois assim se estaria separando os argumentos explicitados acima, estes sim, em conjunto, são o núcleo do trabalho de Langoni e que gerou a controvérsia em si.

A ideia da controvérsia de 70 como uma dicotomia entre educação e política salarial na explicação da desigualdade de renda é o que, ao longo deste capítulo, chamou-se de estilização do debate. Apesar de Ramos e Reis (1991) terem uma interpretação mais rebuscada que tal reducionismo, vê-se neste artigo, já em 1991, parte do que se tornará mais comum em alguns textos ao longo dos anos 2000 e a atual década.

Outros trabalhos ao longo da década de 90, como Bonelli e Ramos (1995), Neri (1997), Neri e Gonzaga (1998), Neri, e Camargo (1999), entre outros, serviram

para estabelecer o consenso quanto a falta de capacidade de diminuição natural da desigualdade brasileira e o papel do salário mínimo como instrumento importante de aumento de renda dos trabalhadores não qualificados e informais. Como Hoffmann denota em seu artigo, originalmente publicado em 2001 e republicado em 2007 para o livro “Ensaio de História do Pensamento Econômico no Brasil contemporâneo”, de organização por Tamás Szmrecsányi e Francisco da Silva Coelho,

De acordo com estas duas “teorias” [os dois lados da controvérsia], seria de se esperar uma redução da desigualdade quando os “fatores” explicativos mudassem. Depois de quase 30 anos, e após longo período de crescimento lento, a oferta de mão-de-obra qualificada não se tornou relativamente menos escassa? E por que a abertura política não trouxe uma diminuição da desigualdade econômica? Tudo se passava como se a desigualdade, depois de estabelecida, tivesse forte inércia para variações no sentido decrescente. (HOFFMANN, 2007, p. 133)

Inércia esta que também seria exposta um ano antes, no dossiê “Desigualdade e pobreza no Brasil: Retrato de uma estabilidade inaceitável”, publicado por Ricardo Paes de Barros, Ricardo Henriques e Rosane Mendonça em 2000. Como já dito, a vantagem da perspectiva histórica dos autores do período é o que demonstra objetivamente o abandono do argumento da curva de Kuznets, apesar da identificação de Ricardo Paes de Barros e outros com o modelo econométrico de Langoni (1973b), a insistência deste último na desigualdade como um processo natural do rápido crescimento da época e consequente previsão de redução, é uma interpretação abandonada pelo *mainstream*.

Entretanto, importantes trabalhos publicados nos anos 2000 sedimentariam Langoni (1973b) como o pioneiro na análise da educação como explicação da desigualdade de renda. Ferreira (2000), faz um trabalho bastante diferente aos demais da época, ao usar um arcabouço de equilíbrio geral para demonstrar um modelo que possibilita uma direção bicausal entre educação e renda, logo, ao contrário da metodologia da teoria do capital humano, maiores níveis de renda gerariam maiores níveis educacionais, culminando num “equilíbrio estável de alta desigualdade e pouca eficiência, [modelo que] poderia ter bom desempenho em descrever o mecanismo de determinação da distribuição de renda do Brasil.” (FERREIRA, 2000, p. 27).

O autor já na segunda seção discute o estado do debate no Brasil, comentando os desenvolvimentos já explicitados de mercado segmentado desenvolvidos por Barros e Mendonça (1995), entre outros, mas também comenta

sobre a controvérsia de 70. Parece ser da visão do autor que muitos dos antagonismos criados na época tinham um cunho mais político que científico, “Para averiguar a importância dessas duas visões [de Fishlow e Langoni], que nunca foram mutuamente exclusivas, mas cujos defensores, no calor de discussões repletas de implicações políticas e no bojo de uma ditadura militar, muitas vezes assim as apresentavam, [...]” (FERREIRA, 2000, p. 10).

Como se verá no capítulo 3, a controvérsia realmente sempre esteve permeada pela política da época. Porém, o autor por vezes também reduz o debate no dualismo estilizado,

A diferença não é só de tom. Enquanto Langoni vê na distribuição da educação, e na estrutura de seus retornos, a principal causa da desigualdade no Brasil, Fishlow e –principalmente – seus seguidores, a procuravam numa espécie de “luta de classes” cuja principal arena era o mercado de trabalho. (ibid., 2000, p. 10).

Como já defendido aqui incessantemente, o debate girava mais nos argumentos de fatores explicativos *além* da educação, do que a magnitude do poder explicativo da educação em si. Ferreira (2000, p. 10-11), logo no parágrafo seguinte completa,

É claro que, em se tratando de dois pesquisadores responsáveis, suas posturas nunca foram, de fato, tão completamente opostas quanto gostariam alguns seguidores de ambos os lados. Fishlow, por exemplo, examina uma clássica decomposição estática do índice T de Theil e conclui, como concluiríamos posteriormente todos aqueles que repetimos este exercício, que “In the first instance, age, sectoral, regional, and educational differences succeed in explaining something more than half the observed income inequality. These variables define the most important discriminants of productivity...” (Fishlow, 1972, p.396.). E dentre elas, eram justamente as diferenças educacionais as que tinham maior poder explicativo

Exatamente um dos motivos, e ponto proposto por este capítulo, que a interpretação da controvérsia de 70 como um debate de órbita muito mais em torno da questão de mais ou menos educação como fator explicativo é uma interpretação errônea e estilizada, e que esta questão tem natureza mais secundária ao debate. A ênfase do autor nos “seguidores” e como estes foram mais responsáveis pelos antagonismos da controvérsia é também deveras exagerado, acredita-se aqui que foram as interpretações mais modernas, a partir da década de 90, que criaram uma visão estilizada do debate, como já explicitado.

Santiago (2013), o único trabalho de cunho historiográfico a mencionar estes problemas com as interpretações da controvérsia, define bem o que já foi falado ao longo deste capítulo,

É importante mencionar que a caracterização do debate Fishlow-Langoni como uma mera dicotomia entre educação e mercado de trabalho explicando o acréscimo de desigualdade se configura uma análise superficial e equivocada. Fishlow (1973) defende que juntamente com a idade, o setor de atividade e o fator regional, as diferenças na educação explicam mais da metade da desigualdade de renda observada. O autor argumenta que a educação é mais importante do que diferenças setoriais, mas não explica sozinha a distribuição de renda na década de 1960. (SANTIAGO, 2013, p. 2)

Continuando nos anos 2000, é interessante citar o compêndio lançado pelo IPEA em 2006 (volume I) e 2007 (volume II), chamado “Desigualdade de Renda no Brasil: Uma análise da queda recente”, organizado por Ricardo Paes de Barros, Miguel Nathan Foguel e Gabriel Ulyssea. O livro reuniu vários dos principais estudiosos em desigualdade de renda para estudar e analisar os resultados que o próprio IPEA já havia lançado como nota técnica sobre o assunto. Entre eles estão os próprios organizadores, Rodolfo Hoffman, Francisco H. G. Ferreira, Lauro Ramos, Rosane Mendonça, entre muitos outros. São 34 capítulos em 2 volumes, sobre vários temas relacionados a desigualdade, muitos artigos com os mesmos objetivos, mas de métodos diferentes.

Carlos G. Langoni assina a contracapa do livro, onde exalta o papel que o *boom* da educação da década de 90 estava tendo na redução da desigualdade, mas também que o desenvolvimento do país só poderá ocorrer com uma nova agenda de reformas para diminuir várias das características regressivas do estado brasileiro na economia, como o sistema tributário ineficiente e as distorções na alocação dos gastos públicos, o que reflete algumas de suas recomendações em política econômica ainda em seu livro de 1973.

É evidente nos textos do compêndio que Langoni (1973b) se fundamenta como a gênese dos trabalhos sobre educação e desigualdade. Já na nota técnica, vigésima nona página do livro, no Encarte 1, o livro exalta Fishlow (1972), Hoffman e Duarte (1972) e Langoni (1973b) como pioneiros, mas no último parágrafo, ao retratarem a importância que a educação ganhou em certos trabalhos, fazem menção a Langoni como o pioneiro,

Na verdade, após o estímulo provido por esses trabalhos pioneiros o Brasil assistiu a uma grande proliferação de estudos sobre a sua desigualdade de renda. Inicialmente, o tema central foi a relação entre salário mínimo e desigualdade. Em seguida, ganharam importância estudos que corroboravam a forte relação entre educação e desigualdade retratada por Langoni. (ENCARTE 1, p. 29)

Este tipo de reconhecimento ao trabalho de Langoni virá mais vezes ao longo do livro. Ainda na nota técnica lê-se numa nota de rodapé “A análise da importância da educação para explicar a desigualdade de rendimentos do trabalho no Brasil remonta ao trabalho pioneiro de Langoni (1973b).” (ENCARTE 1, p. 30). Um dos trabalhos mais importantes do livro, em escopo, é o capítulo 28, assinado por Ricardo Paes de Barros, Samuel Franco e Rosane Mendonça, e que usa metodologia econométrica similar à de Langoni, como os próprios autores afirmam.

O livro ainda fornece mais informações a algumas das questões levantadas à época da controvérsia como a importância do salário mínimo no combate a desigualdade e o papel do governo com programas de transferência direta de renda. (SABÓIA, 2007; FIRPO e REIS, 2007). Já a Parte V inteira é sobre os rendimentos do trabalho e os papéis da educação e da experiência, com quatro capítulos ao todo. Os resultados são todos favoráveis ao *boom* da educação dos anos 90 e o quanto este influenciou em grande medida a queda da desigualdade de renda na primeira metade dos anos 2000, por ter sido responsável na diminuição do efeito-preço na distribuição da educação, logo diminuindo a sensibilidade do trabalho não qualificado a esta.

Vale notar que o bojo dos escritos do compêndio representa o *mainstream* e o método neoclássico corrente na academia. Mattos (2017) divide o debate moderno sobre a desigualdade nas últimas duas décadas como defensores de políticas públicas focadas, nos moldes da “escolha pública eficiente”, e os defensores de políticas universalizantes, que enxergam o combate à pobreza como parte de uma questão muito maior de enfrentamento às estruturas que a reproduzem. Obviamente o *mainstream* neoclássico se enquadra mais na primeira vertente, enquanto a segunda engloba mais heterodoxos modernos.

Assim, Mattos (2017) denota no compêndio do IPEA dois autores que se destacam como *outliers* neste grupo neoclássico. Dedecca (2006) ressalta exatamente que, apesar de medidas focalizadas serem importantes, elas deveriam estar sempre inseridas em políticas com objetivos econômicos maiores, de

crescimento e desenvolvimento, parecido com os argumentos de Malan e Wells (1973, 1975) quanto ao que chamam de análise de “livro-texto” de Langoni.

O outro autor, Salm (2006) faz críticas parecidas em relação a nota técnica do IPEA, argumentando que o método neoclássico desta estava se concentrando demais em indicadores de pobreza para avaliar o perfil distributivo, sem considerar os cenários maiores do crescimento e estrutura econômica, também citando a falta na nota técnica de fatores importantes como o crescimento do salário mínimo e de uma análise dos preços relativos citando, por exemplo, como o câmbio valorizado certamente influenciou em uma cesta básica mais barata ao consumidor pobre.

É interessante a comparação de Mattos (2017) do debate moderno com o debate da controvérsia de 70, ainda existindo uma questão entre economistas mais focados em variáveis matemáticas concretas e modelos estatísticos, e outros mais preocupados nas hipóteses e contextos a qual esses modelos estão inseridos, o que parece algo realmente similar entre as duas épocas.

Por fim, tem-se que os níveis de desigualdade continuariam a cair até o fim do primeiro governo Dilma (MATTOS, 2017). Vários seriam os trabalhos analisando a queda, não se diferenciando muito das pesquisas feitas já ao início da década, quando a diminuição foi mais íngreme. Ainda tem-se trabalhos como Neri e Souza (2012) exaltando a metodologia empregada por Langoni já há muitas décadas atrás e destacando sua contemporaneidade, porém Mattos (2017) também implica que a pesquisa já se encontra mais multifacetada em tempos modernos, como Dedecca (2007) propunha, levando em consideração, por exemplo, a questão tributária, a qual regressividade entra em contradição direta com as políticas aplicadas nos governos Lula e Dilma, ou questões de natureza metodológica quanto ao levantamento de dados de renda e suas limitações.

Neste capítulo tentou-se mostrar que uma parte essencial do núcleo argumentativo de Langoni, a curva de Kuznets e a tendência a diminuição da desigualdade no longo prazo, já não fazem mais parte do entendimento do *mainstream* acadêmico sobre o assunto, além de que a controvérsia de 70 e os trabalhos nela envolvidos, tiveram importância ímpar na construção da pesquisa acadêmica sobre a desigualdade de renda no Brasil, mesmo que em tempos modernos o entendimento do debate seja de certa forma estilizado.

Vários podem ser os motivos, certamente o fato da metodologia e conclusão sobre o papel da educação em si serem tão contemporâneos, pode ter ajudado a criar

a imagem de críticos a Langoni (1973b) como críticos da magnitude deste papel, quando não era bem o caso. A variável educação sempre foi explicativa mesmo para os críticos de Langoni, que também consideravam contextos e hipóteses diferentes para explicar a desigualdade, algo que muitas vezes batia de frente com as hipóteses neoclássicas de mercado de trabalho e desenvolvimento. Algumas destas rechaçadas mesmo pelo *mainstream* neoclássico moderno, como visto, em função dos desenvolvimentos históricos das décadas de 80 e 90.

É interessante uma referência bastante anedótica de Gustavo Franco em seu artigo sobre o desenvolvimento do departamento de economia na PUC-Rio para o livro “Ensaio de História do Pensamento Econômico no Brasil Contemporâneo”, em que fala da controvérsia de 70, a qual ocorria em seu tempo de graduação,

Minha recordação temática mais significativa, e muito sintomática, dos tempos de estudante de graduação era a “controvérsia sobre a distribuição da renda”, onde se misturavam vários tipos de críticas à política econômica dos governos militares, procurando associar o alto crescimento, que era, em si, difícil de atacar, à concentração de renda, geralmente medida através dos inesquecíveis “coeficientes de Gini”. Boa parte da polêmica se desenrolou em torno dos resultados do Censo de 1970, da tese segundo a qual o crescimento era alto mas “concentrador” e de diversos textos de Carlos Geraldo Langoni sobre a “rentabilidade social” do investimento em educação. Anos mais tarde, lembro de ter ouvido do próprio Langoni, que nunca consegui entender bem a “controvérsia”, pois tudo o que fez foi replicar resultados internacionais consagrados no terreno da correlação entre escolaridade e renda, que levavam à inofensiva recomendação de maiores investimentos em educação. Como foi possível, ele perguntava, que um trabalho como esse gerasse tanta polêmica? (FRANCO, 2007, p. 230-231).

Impossível atestar a veracidade do caso, mas não seria nenhuma surpresa saber que o ocorrido exposto fora real. O fato relevante é que o debate de 70, como admitido também por Ferreira (2000), ocorreu em um período político totalmente diferente, em que era clara a distinção entre economistas a favor e contra o sistema dominante, inclusive tornando a heterodoxia, ou corrente de pensamento contrária a ditadura, muito mais heterogênea, unindo pensadores como Maria da Conceição Tavares e Edmar Bacha, que hoje em dia se encontram em espectros totalmente diferentes do debate acadêmico em geral.

O próprio Gustavo Franco inicia o parágrafo seguinte com, “Bem, Langoni não era propriamente apartidário, seu livro era prefaciado pelo próprio Delfim e, é claro, havia muito mais em jogo do que um modelo econométrico” (ibid., 2007, p. 231). E como tentou-se deixar claro até aqui, seu estudo não teve como conclusão somente

uma “inofensiva recomendação de maiores investimentos em educação.” (ibid., 2007, p. 231).

Enfim, Langoni (1973b) se tornou um grande pilar da academia sobre o tema da desigualdade de renda e sua importância para o *mainstream* não pode deixar de ser enfatizada. Os trabalhos de Fishlow (1972) e Hoffmann e Duarte (1972) têm sua importância reconhecida, inclusive parte das críticas propostas por eles e outros, finalmente assimiladas, mas demonstrou-se aqui que, pelo caráter da importante metodologia e estilização do debate em tempos modernos, realmente o trabalho de Langoni tem destaque em sua importância ao núcleo duro do pensamento sobre desigualdade de renda, sendo a controvérsia em si usualmente vista como um debate sem vencedores, o que espera-se ter sido esclarecido neste capítulo que não foi bem o caso.

Entretanto, realmente havia muito mais em jogo do que um modelo econométrico naquela época. São as características político-institucionais que permearam a controvérsia de 70 que podem trazer à luz tal fato, seja o cenário político da ditadura, sejam a evolução das instituições governamentais e acadêmicas, nacionais e internacionais, suas influências sobre o *mainstream* e como este se formaria nas décadas seguintes a controvérsia. Tratar do contexto político-institucional do debate é a tarefa do próximo capítulo.

#### **4 A CONTROVÉRSIA DA DÉCADA DE 1970 E SEU CONTEXTO POLÍTICO-INSTITUCIONAL**

As décadas de 60 e 70 foram momentos conturbados na história da política brasileira. Em meio a uma crise econômica e política, o governo do presidente João Goulart se tornaria cada vez mais fragilizado e alvo fácil de seus opositores, processo que culminaria em 1964 com um golpe de Estado, exílio do presidente e a instalação de um governo ditatorial militar. Muitos são os fatores que explicam estes desenvolvimentos, o cenário pré-golpe é uma questão deveras complexa e não cabe aqui fazer uma descrição global e extensa do ocorrido.

O que é importante a este capítulo, e ao objetivo desta dissertação, é entender como o cenário político e institucional do Brasil ao início da década de 70 permeava o debate econômico. Portanto, mesmo sendo a primeira seção voltada ao contexto mais geral da ditadura, o foco serão as instituições acadêmicas/governamentais relevantes, nacionais e internacionais, conforme o aparato governamental se fundamentava e a dinâmica política se desenvolvia.

A primeira seção será, então, voltada primariamente a história das universidades e como estas foram afetadas pelo governo militar, começando pelos primeiros expurgos e perseguições, passando pela reforma de 1968, o endurecimento do regime com o AI-5, e finalmente o estado das coisas em meados da década de 70, quando a controvérsia da distribuição de renda se intensificava. Também será importante enfatizar como a heterogeneidade do governo, e seus apoiadores, influenciava essa relação com a academia.

Ainda nesta seção, também será exposto de maneira geral o papel de instituições de fomento estrangeiras, basicamente americanas, neste cenário de expansão acadêmica e científica no país. O livro de Rodrigo Patto Sá Motta, “As Universidades e o Regime Militar” de 2014, será imprescindível a este texto, sendo bastante detalhista em relação ao contexto político, aparelhamento e intervenções do Estado nas instituições superiores do País.

A segunda seção tratará dos envolvidos na controvérsia, bem como das instituições específicas a qual faziam parte, inserindo-os no contexto exposto na seção anterior, buscando definir seus posicionamentos nos arranjos de conflito da época, seja ortodoxia/heterodoxia e/ou situação/oposição ao governo, concluindo em

certa configuração de ideias no tocante a semelhanças e diferenças com a ideologia dos próprios militares e situacionistas.

Serão apresentadas breves biografias focadas nas carreiras de cada um, com seus passados acadêmicos e atuação no período em questão, utilizando fontes primárias como a biblioteca digital do CPDOC para tal, e entrevistas de diferentes fontes. Esta inserção resultará em algumas questões mais específicas como, por exemplo, as diferenças políticas entre as universidades estadunidenses de Berkeley e Chicago, representadas no debate principalmente por, de um lado, Albert Fishlow e Pedro Malan, e de outro por Carlos G. Langoni, os dois últimos que retornavam de seus respectivos doutorados fora do país em torno do mesmo período.

Importante também serão as peculiaridades da FGV e seu departamento de pós-graduação EPGE, bem como da USP e o departamento de economia FEA, contando com seus respectivos ex-diretores e, à época do debate, funcionários governamentais, Mario Henrique Simonsen e Antônio Delfim Netto, a qual criavam redes sociais importante destes dois departamentos dentro do Estado, bem como figuras importantes na gênese da controvérsia em si.

Textos como a tese de doutorado de Elisa Klüger “Meritocracia de Laços: gênese e reconfiguração do espaço dos economistas no Brasil”, de 2017, é excelente fonte de informação para a seção, bem como a dissertação de Ian Coelho de Souza Almeida, “Disseminação do pensamento marxista durante a ditadura civilmilitar: uma abordagem de história oral”, contando inclusive com entrevistas de alguns envolvidos na controvérsia, demonstrando suas opiniões quanto ao envolvimento dos militares com seus respectivos departamentos.

A terceira seção será mais breve e trará um fechamento sobre a inserção política de Langoni e seus opositores, utilizando principalmente o livro de Maria Rita Loureiro de 1997, “Os Economistas no Governo”, a qual demonstra que os mesmos estavam posicionados dentro de espectro político em parte já estabelecido antes mesmo da ditadura militar.

#### 4.1 O GOVERNO MILITAR E O CONTEXTO POLÍTICO-INSTITUCIONAL GERAL DA CONTROVÉRSIA

Ao falar de política no período do regime militar é importante deixar claro um fato por vezes ignorado pelo senso comum: o Estado era autoritário, mas não era um

corpo maciço e homogêneo, livre das tensões de disputas políticas e ideológicas mais comuns a uma democracia. Isto, em parte, devido ao aparato institucional anterior que continuava funcionando, mesmo que por vezes frustrados e debilitados em diferentes magnitudes a cada período, mas tão importante quanto é o fato que o golpe ou “revolução”, como seus adeptos a chamavam, estava longe de ser perpetuada e apoiada por grupos de pensamento homogêneo (MOTTA, 2014; GASPARI, 2002).

Não somente os militares em si eram divididos entre “moderados” (“Castelistas” ou ainda “linha-branda”) e a “linha-dura” (que mesmo assim não garantiam ideais totalmente uníssonos entre seus representantes), como os mais diferentes grupos que viriam apoiar e legitimar o golpe variavam de democratas liberais e reformistas à literais fascistas com passagem pela antiga Ação Integralista Nacional décadas antes (MOTTA, 2014). Grandes pensadores e acadêmicos como Gilberto Freyre e Eugênio Gudin apoiaram a intervenção militar.

A explicação para esta pluralidade é a união em torno de uma ideal básico: o anticomunismo, que coordenava importante parcela da sociedade civil, entre empresários, acadêmicos, políticos, líderes religiosos e editoriais das grandes mídias do país, e também, é claro, os militares com sua Doutrina de Segurança Nacional, corpo ideológico de carácter anticomunista que governava as ações do regime, “Os principais elementos deflagradores do golpe tinham natureza política: o medo, a insegurança, e a reação ao processo de esquerdização ou “comunização” supostamente em curso no país.” (ibid., 2014, p. 23).

Entre o cenário internacional da guerra fria, a crescente propaganda americana com a “Aliança para o Progresso” de Kennedy e a mobilização dos setores mais elitizados da sociedade contra a “ameaça comunista”, existia o setor representado pelos estudantes universitários que se radicalizava nos anos 60, demonstrando afinidade com ideais radicais e socialistas, se bem que pouco apreço pelo comunismo ao estilo soviético e pouca definição para o tipo de socialismo requerido (ibid., 2014).

Não obstante, o carácter exagerado de medo e ameaça por parte de setores anticomunistas da sociedade não se deve deixar de ser enfatizado, nas palavras de Gaspari (2002, p. 221),

O anticomunismo da roda do pensamento conservador era uma mistura de medo real com uma espécie de industrialização do pavor, a fim de permitir que bandeiras simplesmente libertárias ou reformistas fossem

confundidas com o “perigo vermelho”. No centro da questão, no Brasil, estavam as incertezas do regime de 1964 e sua crise, provocada pela difícil convivência entre o sufrágio universal e a questão social projetada sobre o funcionamento do Estado.

Era evidente o carácter retroalimentador do medo, enfatizado pelas mídias, consumido pelas elites empresariais, militares e políticas, compartilhado e enfatizado novamente por todos de maneira sucessiva, como o autor bem coloca, em uma “industrialização do pavor”. O que por vezes fazia o “perigo vermelho” morar simplesmente onde era conveniente aos apavorados, seja por diferenças ideológicas menores ou mesmo questões pessoais. Era esse o clima de “caça às bruxas” que seria instaurado no país de maneira generalizada a partir de 1964, por vezes intensificado ou arrefecido a depender do período e lugar analisados, inclusive dentro das universidades, alvos importantíssimos nos esforços anticomunistas.

Seja este o fator que une tantos grupos de pensamentos diferentes a um mesmo objetivo, denota-se que havia entre os apoiadores desejo real por reformas, que não raro se assemelhavam a reformas da dita esquerda, mesmo que as justificativas trocassem “justiça social” por “eficiência produtiva”, como seria o caso da necessidade de reforma agrária no país, defendida tanto por João Goulart como por Castello Branco, e vários pontos relevantes do que viria a ser a reforma universitária de 1968 (MOTTA, 2014).

Com a pluralidade e o ímpeto de diferentes grupos golpistas por reformas, planejamento e desenvolvimento, evidencia-se mais um episódio de modernização conservadora no país, Motta (2014) descreve esse processo,

São recorrentes na história brasileira e fazem parte de sua cultura política as experiências de modernização conservadora autoritária – processos de mudança contraditórios, em que o novo negocia com o velho, que mantêm em vigor e atualizam certos traços do passado, enquanto outros são transformados. Pode-se chamar isso de arte de fazer mudanças conservando, processo que teve momentos culminantes nas duas grandes ditaduras do século XX: o Estado Novo e o regime militar. Durante o Império, dizia-se que os conservadores implantavam as reformas propostas pelos liberais. Algo do gênero ocorreu no regime de 1964, pois os militares apropriaram-se de algumas ideias lançadas por progressistas e reformistas, mas as adaptaram e sobretudo as aplicaram de maneira autocrática e elitista. (MOTTA, 2014, pg 12)

O autor ainda denota características da cultura política brasileira comuns a literatura, descrevendo-a com características de tendência conciliatória e personalista. A conciliação seria uma estratégia acomodativa para evitar conflitos agudos, enquanto

os personalismos são a prática de uma política que valoriza mais laços e fidelidades pessoais que normas universais. Mesmo que os militares idealizassem o combate a corrupção e ao tipo de “politicagem” que consideravam danosa ao país, tal cultura se manteve em vários aspectos (ibid., 2014).

A cultura política brasileira, junto com o que foi exposto até aqui, é fator importante para entender alguns paradoxos da ditadura, inclusive dentro das universidades. É fato que no período do regime militar, expurgos e aposentadorias forçadas ocorreram em grandes quantidades, principalmente logo após ao golpe, em 1964, e logo após a promulgação do AI-5, em 1968/69. Sem contar a perseguição terminada em tortura e morte, a qual teve entre seus principais alvos estudantes e intelectuais do país.

Porém, é interessante notar idiosincrasias e contradições no *modus operandi* do governo e cenário político geral da época. Por exemplo, não somente houve uma continuidade de disciplinas marxistas em várias universidades, mas também sua expansão na academia (ALMEIDA, 2015; MOTTA, 2014). Houveram também inúmeros casos mais específicos de professores perseguidos em certo período, aceitos novamente na academia em outro período, enquanto outros de mesma ideologia eram cassados (MOTTA, 2014).

A hipótese compartilhada por Motta (2014) é que a cultura política conciliadora/personalista no país valorizava as redes sociais das camadas mais abastadas da população a que se inseria a classe política, nestas também incluídos, em grande medida, os docentes e discentes universitários, significando que cassações e impugnações geralmente contém especificidades que requerem uma análise maior do caso a caso, do que fazer generalizações baseando-se somente no clima político. Enfim, longe da pretensão de passar uma ideia de leniência e defesa do regime militar, o objetivo dos últimos parágrafos foi principalmente demonstrar que a política brasileira continuou a política brasileira e mesmo um novo regime autoritário antidemocrático a ela estava sujeito, de uma ou outra maneira.

#### 4.1.1 Repressão nas universidades

A repressão nas universidades começa logo com a vitória do golpe e estabelecimento de Inquéritos Policial-Militares (IPMs), procedimento já existente na Justiça Militar, mas aqui usado para investigações de cunho político de maneira

generalizada, no que ficou conhecido como “operação limpeza” entre os militares. Ainda se consolidava o aparato da inteligência do governo com o SNI (Serviço Nacional de Informação), a qual chefe era Ministro de Estado, as DSIs (Divisão de Segurança e Informação) que demorariam mais 3 anos para serem estabelecidas e trabalhavam dentro dos ministérios como assessoria e fonte de informação ao SNI (ALMEIDA, 2015). Foi na tentativa de organização das inúmeras IPMs surgidas no país, porém, que se criou a Comissão Geral de Investigações (CGI), que duraria pelo mesmo tempo que os seis meses do Ato Institucional Nº 1, e que voltaria a funcionar à época do Ato Institucional Nº 5.

Tais IPMs seriam fonte de animosidade dentro do próprio governo, pois seriam o instrumento da “linha dura” do exército no combate mais intenso ao comportamento e ideologia “subversivos”, já que consideravam o governo Castelo Branco, o primeiro da ditadura, como moderado demais. Diversas universidades como a USP, Unb, UFRJ (na época chamada Universidade do Brasil), entre várias outras, sofreram com investigações ligadas a IPMs. O fato é que faltavam bases legais aos inquéritos e grande parte delas acabariam consideradas inconsistentes pelo Poder Judiciário, o que não significou, porém, uma ineficácia total, já que suas ocorrências causariam demissões sem justa causa e ataques a reputação dos investigados, criando um clima de medo, insegurança e constrangimento. (MOTTA, 2014).

Não obstante, as IPMs não eram a única forma de “caça às bruxas”. Como *ibid.* (2014, p. 51) denota,

É significativo que as autoridades tenham entendido caber também aos próprios órgãos da administração pública a tarefa de investigar seus servidores, quiçá porque o aparato repressivo não tivesse condições materiais de enfrentar a magnitude desse trabalho em escala nacional, mas igualmente porque se desejava dividir responsabilidades e comprometer as chefias intermediárias. Por toda a parte, com maior ou menor entusiasmo, as autoridades públicas abriram processos de investigação contra “subversivos” e “corruptos”. Inquéritos administrativos contra faltas cometidas por servidores são parte da tradição do serviço público, mas agora se tratava de processos sumários, visando a expurgar inimigos políticos e corruptos, em clima de exceção e “caça às bruxas”.

Fica evidente que dentro do arcabouço ideológico do governo era importante a participação das próprias instituições anteriormente democráticas na “operação limpeza”, e nas universidades não seria diferente. Precedendo até a criação da CGI em uma semana, mas que segundo Almeida (2015) acabaria sob a tutela deste órgão, o ministro do MEC e professor catedrático da UFPR, Flávio Suplicy de Lacerda,

baixaria a portaria nº 259 para determinar a instauração de inquéritos administrativos nas universidades. (MOTTA, 2014; CUNHA, 2009).

Na UFRGS, por exemplo, existe ampla evidência sobre o funcionamento destes inquéritos. Já na USP, *ibid.* (2014) descreve a ação destes como algo muito mais oculto. Lembrando que após 1967 Delfim Netto se tornaria Ministro da Fazenda, conferindo a parte do corpo docente de economia, os “*Delfim boys*”, grande influência no governo. O mesmo diria em entrevista a Almeida (2015) que não houve interferência do governo pós-golpe na faculdade de economia da USP.

O caso mais extremo foi o da UnB, universidade criada desde o começo como um modelo de ensino superior moderno, era também idealizada pelos “esquerdistas” Darcy Ribeiro e Anísio Teixeira, ambos cassados imediatamente à promulgação do Ato Institucional Nº 1 (ALMEIDA, 2015). A reitoria passaria deste último para Zeferino Vaz, o nome que se tornaria primeiro reitor da Unicamp já na década de 70. Zeferino era apoiador do golpe, mas aos poucos passaria de interventor para defensor das causas da universidade, o que também o faria na Unicamp. Seja pelo fato de quem eram seus criadores, pela falta de cooperação de parte do corpo docente e discente, ou pela proximidade com o centro do governo, a UnB sofreria várias invasões militares ao longo dos anos. No pior episódio, a universidade chegaria a perder 80% do seu corpo docente em um só mês do ano de 1965 (MOTTA, 2014).

A segunda metade da década de 60 vinha, porém, se tornando mais amena e com isso havia alguma normalização da vida universitária. Parte organizada do governo tinha até como objetivo o retorno dos vários acadêmicos e pensadores brasileiros que se refugiaram em outros países, na chamada “Operação Retorno” (*ibid.*, 2014). Aos poucos, porém, a redução no prestígio do governo com derrotas políticas e aumento dos protestos estudantis, o novo governo de Costa e Silva iria voltar atrás com seu discurso de negociação com a oposição e promulgaria o AI-5 em 13 de dezembro de 1968, sedimentando o caráter repressivo do regime,

O AI-5 autorizou o presidente da República, independentemente de qualquer apreciação judicial, a decretar o recesso do Congresso Nacional e de outros órgãos legislativos, a intervir nos estados e municípios sem as limitações previstas na Constituição, a cassar mandatos eletivos e a suspender por dez anos os direitos políticos de qualquer cidadão, a decretar o confisco de “bens de todos quantos tenham enriquecido ilícitamente” e a suspender a garantia de habeas-corpus. Ainda no dia 13 de dezembro, o AC-38 decretou o recesso do Congresso Nacional por tempo indeterminado. (CALICCHIO; [Online])

Poucos meses depois, as universidades sofreriam mais um choque com o Decreto nº 477, considerada o “AI-5 das universidades” como denota Queiroz (2018). Este expandia o conceito de “subversivo” para simples atos como distribuir panfletos ou aparecer em passeatas (ALMEIDA, 2015). Fica óbvio, assim, o principal alvo do decreto, o movimento estudantil e seu desmantelamento (MOTTA, 2014).

Entre os próprios apoiadores do golpe, houve grande discordância com tais níveis de repressão. Várias figuras-chave do exército (na maioria liberais castelistas), diplomatas americanos e acadêmicos viam a medida como algo desnecessário e fruto da incompetência e extremismos por parte de setores “linha dura” dos militares, existindo até o medo entre alguns que a perseguição se estendesse a ala castelista do golpe (MOTTA, 2014). Enfim, entre os acadêmicos em geral, inclusive os apoiadores do governo, também havia grande frustração já que o novo aparato repressivo simplesmente anulava todos os esforços da “Operação Retorno” (ibid., 2014).

Vale citar a diferenciação que Mansan (2013) faz sobre o perfil de vigilância do regime, dividindo-o em três períodos: o Colaborativo, entre 1964 e 1967; o Internalizado, entre 1967 e 1979; e o Dissimulado, entre 1979 e 1988. Aqui nos interessam somente os dois primeiros. É evidente como na primeira fase a colaboração das instituições existentes fora importante para os objetivos do regime, principalmente na área da educação, com reitores, servidores e estudantes participando das delações e já faladas comissões de investigação sumárias.

Com relação ao segundo período, o autor denota que, apesar do último tipo de vigilância não ter desaparecido em 1967, ela perde a centralidade para as instituições específicas com tal objetivo, como as famosas ASIs e AESIs, usualmente chefiadas por militares de alto escalão, e que no caso das universidades se subordinavam ao DSI/MEC e ao CISMEC (Comissão Especial de Investigação Sumária do Ministério da Educação), bem como sempre em regime de colaboração com o SNI.

Enfim, as perdas para a academia foram grandes em questão humana e científica, e o clima de proibição e insegurança rondava as instituições de ensino no início da década de 70. Neste contexto de repressão, o governo conseguiria passar reformas, inclusive a tão discutida reforma universitária, que ocorreria em 1968. Esta, em boa medida consonante com o que os próprios estudantes reivindicavam desde o início da década de 60, na presidência de João Goulart, também por mérito do próprio

movimento estudantil e seus diversos protestos ao final da década de 60. Vale notar, também, que a reforma seguiu muito do que já era aplicado na UnB, uma das universidades mais perseguidas pelos golpistas.

#### 4.1.2 Modernização das universidades e a influência estadunidense

As universidades brasileiras à época do golpe ainda tinham grandes arcaísmos que tanto o movimento estudantil, como alas mais progressistas de políticos e grande parte de docentes e servidores, visavam corrigir. Tais eram o sistema de cátedras que eram comuns a maior parte das instituições de ensino superior do país, com a exceção do Instituto Tecnológico de Aeronáutica (ITA) e da recém-criada UnB. Neste sistema, haviam professores catedráticos que detinham poder quase absoluto sobre suas áreas de saber, inclusive sobre contratação de pessoal e grade dos cursos.

Existiam ainda outros problemas, como a enorme descentralização em que as universidades funcionavam, sendo faculdades esparsas e independentes, com pouca coordenação entre si. Exemplo não raro era a existência de cursos duplicados na mesma universidade, como uma cátedra de biologia na Faculdade de Medicina e outra na Faculdade de Filosofia e Ciências, gerando custos dobrados ao Estado (ibid., 2014). A falta de vagas também era pauta dos protestos estudantis.

Em geral, os clamores por reforma envolviam o fim das cátedras e um ambiente mais democrático dentro das universidades, dando mais ênfase à pesquisa e oferecendo cargos em regime de tempo integral, com salários correspondentes, algo quase inexistente no ensino federal (ibid., 2014). As duas universidades citadas como exceções, ITA e UnB, seguiam justamente este molde.

Com a tomada do poder pelos militares, muitas incertezas reinaram sobre o futuro do ensino superior. Como já demonstrado neste capítulo, o golpe de 64 foi um golpe conservador, mas não antirreformista, com grupos heterogêneos possuindo diferentes graus de anseios por reformas. Denota-se que grande parcela da sociedade, independentemente de filiação política, clamava por modernização, o problema era como e o que modernizar (MOTTA, 2014; GASPARI, 2002).

No tocante as universidades, a falta de direção era clara e o a opinião geral de militares, políticos e acadêmicos era que o MEC não estava à altura da tarefa. O próprio ministro da educação até 1966, o já citado Flávio Suplicy, não parecia tão

ávido por reformas (MOTTA, 2014). Entretanto, era fato que, como demonstra Rothen (2008), algum trabalho já era feito desde 1962 pelo Conselho Federal de Educação (CFE), essencialmente na criação de jurisprudência para reformas.

O CFE se caracterizou pelo embate acirrado de ideias, principalmente nas questões relacionadas a centralização pela União do processo educativo, se o ensino deveria ser público ou privado e as atribuições do ensino ao desenvolvimento econômico. Outra característica importante foi a continuidade basicamente inalterada de seu funcionamento, já que o golpe de 64 não gerou empecilhos às reuniões correntes do Conselho, que continuou praticamente com sua formação original ao longo de toda a sua existência entre 1962 e 1968, tornando-o em instituição fundamental às reformas (ibid., 2008).

Com a intensificação diplomática Brasil-EUA a partir do governo Castello Branco, diversos projetos de parceria entre os dois países foram criados, enquanto que outros já existentes foram intensificados. Este foi o caso da participação do Usaid na educação brasileira, o órgão já vinha atuando no Brasil desde a década de 50 sob o nome *International Cooperation Administration* (ICA) e agora, já sob a sigla Usaid, o objetivo dos acordos com o MEC eram exponencialmente maiores.

Somente a partir da entrada dos militares no poder que os funcionários da agência tiveram maior liberdade de ação sobre suas atuações. Sendo firmado então, o acordo entre o MEC e a Usaid, em 1964, um dos principais projetos teria a reforma e modernização do ensino superior como objeto de estudo e debate, visando sua realização nos próximos 5 anos e contando com comissão mista de 10 pessoas, metade brasileiros, metade norte-americanos.

Tal corpo não seria, porém, o principal propagador da reforma, já ficando claro o quanto a realização desta foi multifacetada e ancorada por vários grupos. O acordo MEC-Usaid ainda geraria grandes críticas na academia e movimento estudantil, e como denota Motta (2014, p. 120), as críticas eram um misto de legítimas preocupações com exageros decorrentes do contexto político da época,

Nos meios universitários e intelectuais, a assinatura dos acordos gerou imediatamente desavenças e críticas que logo alcançariam repercussão pública. [...] É fácil hoje apontar os exageros da retórica nacionalista, que desconsiderava o lado vantajoso dos acordos. No entanto, levando em conta o contexto político, em um regime militar apoiado pelo governo dos Estados Unidos, a reação contrária à ingerência estrangeira na política educacional tinha sobradas razões. Sobretudo porque os Estados Unidos não queriam apenas ajudar na modernização, eles desejavam

também influenciar na política brasileira, disseminar os seus valores e dar o tom da reforma universitária.

Além das reformas gerais, é importante notar as parcerias feitas diretamente entre universidades americanas e brasileiras. As maiores foram firmadas nas áreas da agricultura, como o caso da Esalq-USP, de Rodolfo Hoffman, e a Universidade de Ohio. A ciência econômica, porém, também obteve grandes parcerias, principalmente a Universidade de Vanderbilt, do Tennessee, com a USP e a Universidade de Chicago com a FGV, tendo o financiamento da Usaid, bem como da Fundação Ford, como fatores essenciais (FERNÁNDEZ e SUPRINYAK, 2015a; 2015b; MOTTA, 2014).

A Fundação Ford foi outra instituição afinada com as necessidades do ensino superior no Brasil e na América Latina. Um fator que a diferenciava da Usaid seria o papel fundamental que daria ao desenvolvimento das ciências sociais para a modernização de uma sociedade, enquanto a Usaid focava mais no conhecimento técnico e de exatas. Outra diferença é que suas ações se davam basicamente por doações, enquanto a Usaid trabalhava com empréstimos de juros bastante baixos (MOTTA, 2014). Sendo assim, a Fundação Ford terá papel singular na criação de uma academia moderna de ciência econômica no Brasil, sendo os acordos com a Universidade de Vanderbilt tendo ocorrido, inclusive, pois emissários da Fundação, Reynold Carlson e Werner Baer, eram economistas daquela universidade (FERNÁNDEZ e SUPRINYAK, 2015).

Obviamente os termos com que estas instituições queriam que as reformas ocorressem seria, como a já citada passagem em Motta (2014, p. 120), em direção ao modelo americano, significando a eliminação do modelo de cátedras com “centralização administrativa, profissionalização da gestão das universidades, criação de departamentos, autonomia em relação ao Estado, diversificação das fontes de recursos, investimento em campi universitários, entre outras medidas” (MOTTA, 2014, p. 77). Vale notar que a crescente “americanização” do estudo da economia no país, também acontecera em boa parte do mundo ocidental (e países que partilhavam seus valores), já que ela se confunde com o que era considerado “modernização” para ciência econômica em geral (LOUREIRO, 1997a).

A reforma que viria em 1968 estava chegando a sua fase final, o CFE já legislava sobre seu conhecimento acumulado e os projetos MEC-Usaid se encontravam a todo vapor. Relatórios anteriores do Plano de Ação Econômica do Governo (PAEG), lançado pelo governo de Castello Branco, tinham chegado a delegar

10% dos gastos com educação do país à instituição estrangeira. Agora, porém, o plano econômico era outro, o governo Costa e Silva se iniciava em 1967, com Delfim Netto no posto de ministro da fazenda e assim, do Plano Estratégico de Desenvolvimento (PED). Gerava-se uma intensificação dos esforços desenvolvimentistas do regime militar e também mais demanda por um sistema universitário capaz de atender as necessidades do PED (MOTTA, 2014).

Não obstante, o último passo chegaria das ruas, com as reivindicações dos movimentos estudantis. Como já citado anteriormente, os acordos MEC-Usaid eram fonte de grande descontentamento para acadêmicos em geral e se acumulava com a insatisfação deste grupo com o já prolongado período ditatorial. O período final do Governo Castello Branco, bem como o inicial de Costa e Silva, foi de liberalização e tentativa de diálogo, mas a insatisfação tomava as ruas do país.

Dada a inabilidade política do MEC e as polêmicas crescentes girando em torno da reforma, o comando militar interferiria no problema criando duas comissões para resolver a questão: a comissão Meira Mattos, em dezembro de 1967, e o Grupo de Trabalho da Reforma Universitária (GTRU), em julho de 1968 (MOTTA, 2014; ROTHEN, 2008).

Motta (2014) denota que a primeira não foi tão eficaz quanto o governo pretendia, já que suas sugestões não tinham nada novo a propor, bem como seu relatório final ter apresentado várias propostas de cunho autoritário, como maior controle sobre os dirigentes universitários por exemplo, que não soavam bem ao meio acadêmico. Carlos Meira Mattos, cabeça da comissão, era um coronel do exército afinal, e sua comissão pouco tinha de verdadeiros especialistas na questão.

O verdadeiro toque final para uma lei de reforma finalmente ser apresentada foi o GTRU, criado logo após as grandes manifestações de junho/julho de 1968. Primeiramente, o grupo era formado por acadêmicos realmente especialistas na questão da reforma universitária e que já a estudavam há anos, como o caso dos Professores Newton Sucupira e Valnir Chagas, ambos membros do CFE que detinham experiência legislativa com os Decretos-lei nº 53 e nº 252, o primeiro que estabelecia a unidade entre ensino e pesquisa, e o segundo que estabelecia as funções de colegiado de curso com suas funções de gestão das atividades de ensino (ROTHEN, 2008).

Também haviam Roque Spencer Maciel de Barros, importante professor na discussão de reformas da USP, o dirigente da PUC-RJ, padre Fernando Bastos

D'ávila, e o economista João Paulo dos Reis Velloso, um dos fundadores do IPEA e agora chefiando a Seplan (secretaria de planejamento) (MOTTA, 2014). Aliás, segundo Motta (ibid., 2014), o mesmo declara em sua autobiografia que foi quem deu a ideia inicial de criação do GTRU.

Unindo, então, grandes pensadores reformistas sob o mesmo grupo, a grande estratégia metodológica adotada foi a de sintetização entre os ideais humanistas e idealistas da educação, proveniente das lideranças acadêmicas, com a visão mais tecnicista e utilitarista dos técnicos, até porque estes eram importantes ao custeio da operacionalização da reforma, através, por exemplo, da criação do FNDE (Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação), que serviria para custear a implantação da nova carreira de docentes com regime de trabalho integral (ibid., 2014)

O Congresso também já havia discutido a reforma anteriormente, através de uma CPI (Comissão Parlamentar de Inquérito) criada logo após os protestos estudantis em 1967. Logo, este já estava bem afinado com a questão e tratou de passar rapidamente a Lei nº 5.540, que finalmente estabelecia a reforma. Enfim, foram vários os avanços. As críticas viriam sobre alguns pontos, como o fato da Lei prever a possibilidade de universidades públicas virarem fundações, algo que o movimento estudantil temia que se tornasse o mais próximo que o governo conseguiria chegar de uma privatização. Porém, foram preocupações não concretizadas.

A reforma universitária, enfim, geria sentimentos ambíguos tanto nas universidades como nas alas conservadoras do governo. Os primeiros, pois, viram a ditadura que tanto combatiam outorgar mudanças que já vinham há anos lutando em nome, como o fim das cátedras e o vestibular unificado. Já do outro lado, conservadores viam seu governo que tanto apoiam acabar por ceder às demandas “esquerdistas” e destruir a conjuntura arcaica a qual muitos faziam parte (ibid., 2014).

Conclui-se que a reforma universitária de 1968 foi um processo complexo e multifacetado, com grupos de diferentes posições políticas e áreas do saber lutando por anos acerca de suas convicções. O movimento estudantil, que não teve participação direta em comissões e estudos governamentais, teve influência suficiente para barrar alguns acordos MEC-Usaid, e mesmo ideias bastante defendidas pelos estadunidenses, como mensalidades para as universidades. Não somente isto, a onda de protestos foi o estopim para a movimentação final do governo que geraria finalmente a Lei nº 5.540 (ibid., 2014).

As mudanças seriam sentidas principalmente na década seguinte, com aumento de vagas nas universidades, crescimento exponencial das verbas para criação de cursos e pós-graduações (não esquecendo aqui os papéis de fontes externas como a Fundação Ford) e uma carreira mais justa e voltada à pesquisa para os docentes.

O número de universitários entre 1964 e 1984 cresceriam surpreendentes 1000%, foram criados quase 350 cursos de pós-graduação somente entre 1968 e 1974 e houve um enorme esforço de construção de campi e cidades universitárias ao longo do período. As ciências sociais também seriam beneficiadas e teriam expansão importante, algo que diferenciou em grande medida o regime militar brasileiro de outros países da América Latina (ibid., 2014). Os departamentos de economia dos envolvidos na controvérsia de 70, bem como os próprios e suas inserções neste contexto de repressão e modernização é assunto da próxima seção.

## 4.2 OS ENVOLVIDOS E SEUS CONTEXTOS POLÍTICO-INSTITUCIONAIS ESPECÍFICOS

Como visto na introdução deste trabalho, a controvérsia sobre a distribuição de renda teve sua gênese com o censo de 1970 do IBGE e a reação do governo e da academia quanto ao que ele implicava. As figuras principais dos dois lados do debate estariam profundamente enraizadas no desenvolvimento institucional da ciência econômica do país, sejam em *think tanks* governamentais ou na própria academia, e é importante deixar isto claro. Lembrando também que nem sempre a filiação com órgãos do governo significava apoio ao regime militar, o que a seção anterior demonstra não ser absurdo, apesar do que o senso comum possa supor.

### 4.2.1 Os governistas precursores do debate e suas instituições

O trabalho seminal de Langoni (1973b) seria encomendado diretamente pelo Ministro da Fazenda da época, Delfim Netto, quando as críticas sobre o crescimento da desigualdade de renda brasileira começaram a surgir. O mesmo veria necessário “esclarecer” o assunto pela via acadêmica, sendo ele próprio inelegível ao posto pelo simples fato de seu cargo no governo ser um viés óbvio a situação governista, bem como sua rede de “Delfim boys”, muitos também no aparato estatal. Carlos G.

Langoni, que Delfim conheceu na USP, era uma escolha interessante, um jovem bem treinado na Universidade de Chicago e recém doutor, para manter mínima a conotação política da controvérsia.

Delfim Netto se tornaria Ministro da Fazenda ao início da presidência de Costa e Silva e ficaria no cargo até 1974, já no governo Médici, quando se tornaria embaixador do Brasil na França até 1978 e Ministro-Chefe da Seplan (Secretaria de Planejamento da Presidência da República), após uma breve passagem pelo Ministério da Agricultura como Ministro (CORREIA et. al., [Online]).

Acabou se destacando para cargos governamentais ainda no fim da década de 50 pela excelência acadêmica, seu papel na consolidação do curso de economia da USP e seu centro de pós-graduação IPE (Instituto de Pesquisa Econômica). Seguindo carreira inteira na USP desde sua formação como estudante até a docência, Delfim acabaria por criar um grupo enorme de pupilos que lhe eram fiéis, os já citados “Delfim boys” (KLÜGER, 2017).

Delfim, porém, não é o único desta lista de precursores. Mario Henrique Simonsen, também em cargo no governo, fazia declarações contrárias às críticas, como citaria Hoffmann (2007, p. 135), um dos autores originais da controvérsia, quase quarenta anos depois em um de seus artigos modernos sobre desigualdade de renda,

Inicialmente houve quem colocasse em dúvida os resultados estatísticos [com base no censo de 70]. Um economista da estatura de Mario Henrique Simonsen, citando os trabalhos de Hoffmann & Duarte [de 1972], afirmou que “o debate sobre o aumento de concentração de rendas de 1960 para 1970 só pode ser sustentado com uma boa dose de leviandade estatística” (HOFFMANN, 1972: 50).

A inclusão de Simonsen nesta subseção não se faz apenas por seus comentários irônicos voltados aos críticos e sua participação ativa no governo, afinal outros governistas também as fizeram, mas pela sua importância ímpar na academia com a consolidação da Escola de Pós-Graduação em Economia da FGV-RJ (EPGE), sendo, ao lado de Delfim, grande nome da ciência econômica brasileira.

Mais essencial ainda, sua atuação no governo militar não fora menos importante. Antes de 1967 e segundo suas próprias palavras, trabalhara como colaborador do Ministro da Fazenda, Roberto Campos, de maneira quase que informal (SIMONSEN, 1996), sendo o autor da fórmula de ajuste salarial instituída pelo PAEG (GUIDO e KELLER, [Online]), política essencial para os argumentos críticos da

controvérsia que viria. Em entrevista, João Paulo dos Reis Velloso, na época na direção do EPEA (Escritório de Pesquisa e Economia Aplicada), afirma que a maioria dos capítulos da parte Macroeconômica do PAEG foram escritos por Simonsen (VELLOSO, 2005).

Após um interregno atuando somente como empresário e acadêmico, de 1967 a 1970, Simonsen ainda seria presidente da Fundação Movimento Brasileiro de Alfabetização (Mobral), e sucederia a Delfim como Ministro da Fazenda em 1974 (GUIDO e KELLER, [Online]).

Uma seção conjunta sobre os dois grandes nomes, Delfim Netto e Simonsen, se torna interessante à propósito das várias características análogas entre suas carreiras e nos desenvolvimentos de suas respectivas instituições, USP e FGV, no tocante a matematização e modernização de seus cursos de economia, bem como na criação dos respectivos cursos de pós-graduação a qual lecionavam. Outra semelhança entre as duas instituições foi o fato de terem suas pós-graduações criadas com verbas advindas da Usaid e Fundação Ford (KLÜGER, 2017).

A autora denota a importância e algumas das semelhanças entre os dois,

Nos anos 1960, Delfim Netto dividiu com Mario Henrique Simonsen a mais decisiva influência sobre a conformação do ensino de economia no Brasil e a responsabilidade pela introdução na academia brasileira do tratamento matemático da economia que se tornara hegemônico no pós-guerra. Há semelhanças no papel desempenhado pelos dois na academia e na política. Mário Henrique e Delfim fizeram toda a sua carreira no espaço nacional e, assim mesmo, foram os precursores da instalação no Brasil das visões matematizadas da economia que ecoava no cenário internacional. Os dois foram ministros do planejamento e da fazenda no governo militar, tendo a chance de reger a economia de acordo com convicções cultivadas na academia (ibid., 2017, p. 371-372).

A USP era uma instituição que já na década de 40 possuía professores estrangeiros, principalmente franceses, que puderam trazer a experiência da academia externa para a universidade. Porém foi a partir da década de 60, com influência de Delfim e seu principal mestre Luiz Freitas Bueno, que o FCEA (Faculdade de Ciência Econômicas e Administrativas, e a partir de 1969, FEA, Faculdade de Economia e Administração), se tornaria cada vez mais quantitativista, valorizando disciplinas como a econometria e eliminando algumas das características institucionalistas que detinha até então (GARÓFALO e RIZZIERI, 2007).

Antes de sua tese de doutorado em 1961, Delfim fora professor assistente de Luiz Freitas Bueno por quase dez anos, este que era o grande economista do

FCEA. Ao atingir a Cátedra em 1963, Delfim Netto já tinha se estabelecido como grande economista da instituição, sendo o primeiro catedrático da universidade com formação totalmente interna a ela (KLÜGER, 2017; COELHO, 2007).

Sua futura atuação no governo federal será semeada principalmente com a criação da Associação Nacional de Programação Econômica e Social (ANPES), instituto criado em 1964 por patrocínio de banqueiros e empresários paulistas, aos quais Delfim mantinha boas relações, recebendo convite para o secretariado geral da instituição (COELHO, 2007). Ressalta-se que muitos destes faziam seu patrocínio ao ANPES pelo Instituto de Pesquisas Econômicas e Sociais (IPES), criado pelo empresariado brasileiro em 1962 como forma de articulação contra o governo de João Goulart, tendo participação ativa no golpe 64 ao ser peça-chave na construção entre uma aliança entre empresários, militares e técnicos (KLÜGER, 2017).

Foi, então, no primeiro texto publicado por ele junto a alguns Delfim *Boys* (Affonso Pastore, Eduardo Pereira de Carvalho e Pedro Cippolari) em 1965 pela Associação, que se demonstraria a maior afinidade destes pensadores da USP com os economistas de Castello Branco, Roberto Campos e Octávio G. de Bulhões. “Alguns aspectos da Inflação brasileira” era artigo que caracterizava a inflação do país em contraposição com o pensamento cepalino,

[...]a ligação contemporânea entre as taxas de inflação e de expansão monetária, de um lado, e as evidências empíricas de que a taxa de expansão monetária era provocada fundamentalmente pelo déficit público, reduziam, ou eliminavam, as dúvidas sobre a direção de causalidade, e permitiam atribuir a inflação ao déficit público. Nesse sentido a magnitude da taxa de inflação não podia ser explicada pela tese da CEPAL de que a inflação era produzida pelos gargalos estruturais como a inelasticidade de oferta de alimentos e os efeitos da deterioração dos termos de intercâmbio (PASTORE, 1996 apud COELHO, 2007, p. 439).

Indicando o déficit público como maior causa da inflação, o relatório da ANPES encaixava perfeitamente com as premissas do PAEG, pelo menos neste quesito. Não obstante, também seria um prelúdio ao ministério de Delfim já que o texto falava em financiamento de parte do déficit público e investimento com endividamento externo, tentando conciliar o combate à inflação com o crescimento, algo que Campos era crítico. (KLÜGER, 2017; CAMPOS, 1996).

Como já falado alguns parágrafos acima, Mario Henrique Simonsen também tinha grandes conexões com o PAEG, mais diretamente até que Delfim, trabalhando lado a lado com Roberto Campos em seu desenho. Quase 30 anos depois admitiria

que o seu sistema de correção salarial aplicado pelo Plano resultara em uma redução de 25% dos salários pagos pela indústria (GUIDO e KELLER, [Online]), entre 1964 e 1967, o que entra de acordo com as observações de Fishlow (1972) e, mais contemporaneamente, Mattos (2017).

A parceria com Roberto Campos começara anos antes com a entrada de Simonsen na Sociedade Civil de Planejamento e Consultas Técnicas Ltda. (CONSULTEC) em 1960, outro *think tank* na forma de consultoria, criado por Campos e Lucas Lopes com objetivo de trazer suas *expertises* adquiridas em cargos governamentais para o mercado privado. Assim como o IPES, a CONSULTEC é apontada como instituição que lutou a favor do golpe, Klüger (2017, p. 160-161) aponta três justificativas para essa visão,

A escolha de Campos para o Ministério do General Humberto Castello Branco é uma das razões pelas quais a CONSULTEC é frequentemente associada ao golpe de 1964. A segunda razão é a participação de alguns membros da consultoria, como Jorge Oscar Flôres e Roberto Campos, no Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPÊS), que forjou a aliança entre empresários, militares e técnicos contra o governo de João Goulart. Uma pessoa chave no IPÊS era Glycon Paiva, amigo de DNPM e de BNDE dos sócios da CONSULTEC (LOPES, 1991, p. 281). A terceira razão é que em 1960 a CONSULTEC foi contratada pelo professor da universidade de Harvard, Lincoln Gordon, para produzir estudo que ajudou a subsidiar o programa norte-americano para a América Latina batizado “Aliança para o Progresso”. Gordon foi embaixador dos EUA no Brasil de 1961 a 1966, posição que lhe rendeu atuação destacada na promoção do apoio norte-americano ao golpe de 1964.

Apesar de Roberto Campos e Lucas Lopes repudiarem esta perspectiva, as conexões com o IPES eram claras. Demonstra-se mais um ponto em comum de Simonsen com Delfim: a sua ligação com o empresariado aliado ao golpe civilmilitar. Foi a partir dessa rede social, aliás, que Simonsen seria convidado a lecionar na FGV em 1961. Teve sua formação como economista feita na Universidade do Rio de Janeiro (futura UFRJ), após ter completado o curso de Engenharia Civil na mesma universidade e já lecionar há dois anos como professor do Instituto de Matemática Pura e Aplicada (IMPA).

A FGV começa com características diferentes das outras universidades brasileiras,

[...] Fundação Getúlio Vargas (FGV), a think tank created in 1944 to support the modernization of Brazilian public administration, and which had the above-mentioned Gudin as one of its leading figures. The Foundation,

whose original purpose was to train high-level public employees, soon took the lead in designing the Brazilian system of national accounts, in particular after the creation, within its structure, of the Brazilian Institute of Economics (IBRE) in 1951. The Vargas Foundation was also responsible for launching the first Brazilian academic journal of economics – *Revista Brasileira de Economia* – in 1947. (FERNÁNDEZ e SUPRINIÁK, 2015b, p. 4)

Sendo uma instituição voltada à pesquisa, a Fundação não possuía cursos de bacharelado. Simonsen se tornaria professor do recém-formado Centro de Aperfeiçoamento de Economistas (CAE), centro ligado ao IBRE feito com objetivos de expandir as atividades já feitas pelo instituto até então, no tocante a oportunidades de formação no exterior para os alunos egressos dos cursos de economia do país, bem como oferecer uma base adicional antes de qualquer intercâmbio. Os escritórios da Aliança para o Progresso no país foram definitivos para a criação do CAE, bem como a fundação Rockefeller, para a obtenção de bolsas de estudo no exterior (KLÜGER, 2017; FERNÁNDEZ e SUPRINIÁK, 2015b). O centro se tornaria, junto com o curso do Centro CEPAL-BNDE, os embriões da pós-graduação em economia do país (KLÜGER, 2017).

Simonsen rapidamente se tornaria o professor mais importante do CAE, dado a sua habilidade matemática e conhecimento de todas as matérias ministradas no Centro. A partir daqui, tanto Simonsen quanto Delfim Netto se tornariam peças chave na criação de suas respectivas pós-graduações, EPGE e IPE, junto aos escritórios da Usaid, Fundação Ford e outras fontes de verba, sendo os dois conhecidos de Werner Baer, consultor da Fundação Ford (FERNÁNDEZ e SUPRINIÁK, 2015b).

No caso da USP, o prestígio de Delfim com políticos paulistas lhe deu a verba inicial para fazer o IPE em 1964, que ainda não tinha um curso de pós-graduação. Este viria em 1966 com o acordo Usaid-Vanderbilt, em que traria não somente verbas para manter o curso, mas uma gama de professores-visitantes da Universidade de Vanderbilt, no Tennessee, para compor o quadro docente, bem como bolsas de estudos para estudantes completarem seus doutorados na mesma universidade (FERNÁNDEZ e SUPRINIÁK, 2018; 2015a).

Na FGV, o CAE foi facilmente transformado em EPGE em 1966, com os próprios recursos já garantidos nos primeiros acordos com órgãos americanos, já possuindo também um forte quadro de professores e transformando, assim, o curso em uma estrutura moderna de pós-graduação de dois anos de duração, invés do ano

único do CAE, bem como um processo seletivo baseado em provas de matemática, estatística e teoria econômica (KLÜGER, 2017).

Sendo assim, a FGV teria sua pós-graduação dada pelo EPGE e suas atividades de pesquisa feitas pelo IBRE, este último que garantiria verbas da Fundação Ford para desempenhar dois grandes projetos de pesquisa. Os objetivos da FF eram de concentração do desenvolvimento da pós-graduação em economia do país neste eixo Rio-São Paulo, tendo em mente a propagação deste corpo acadêmico moderno ao resto do país num período de médio-longo prazo (FERNÁNDEZ e SUPRINIÁK, 2015b).

Enfim, Mario Henrique Simonsen se tornaria o primeiro diretor do EPGE e, como nos tempos do CAE, o curso girava extremamente ao seu entorno. O mesmo só sairia da direção da instituição para assumir seus novos cargos no governo, transferindo a diretoria para Carlos G. Langoni em 1973. Delfim Netto nunca teve a mesma centralidade no curso do IPE, era uma figura importantíssima, mas nunca se propôs a dar qualquer ou todas as matérias se necessário, visto que seu papel em cargos governamentais já ocupava grande parte de sua carga horária (KLÜGER, 2017). Em 1970 se dedicaria exclusivamente ao cargo de ministro. Exemplificando bem a situação e seu desenvolvimento para o EPGE, José Luiz Carvalho, outro doutor pela Universidade de Chicago que voltaria à FGV, relata em entrevista as consequências da ascensão de Langoni na diretoria da Escola,

Mario Henrique Simonsen é a origem da EPGE. Na primeira fase, antes de ele ir para o governo, a EPGE era a “escola do Mario”, assim como a Fipe era a “escola do Delfim”. A Fipe mudou, deixou de ser a escola do Delfim, e a EPGE deixou de ser a escola do Mario. Passou a haver uma influência grande da “escola de Chicago”, porque Langoni, Kogut, Haddad e eu éramos de lá. José Júlio Senna era da Johns Hopkins, que sofre grande influência de Chicago, e Fredricka Pickford Santos era da Colúmbia, prima irmã de Chicago. Chicago, naquela época, tinha influência em todos os Estados Unidos e no mundo: falava-se em “escola de Chicago” em oposição a todas as demais. (CARVALHO, 1999, p. 198).

Um aspecto que marca, porém, uma grande diferença entre os caminhos seguidos pelo IPE-USP e o EPGE-FGV, pode ser exemplificado em episódio ocorrido após o surgimento da Associação Nacional dos Centros de Pós-Graduação em Economia (ANPEC) no país, legalmente em 1973, porém já atuante desde de 1971. O órgão teve seus pilares lançados ainda em 1966 com o chamado Seminário de Itaipava, a qual reunia vários economistas de diversas instituições para discutir temas

envolvendo a maior conexão e intercâmbio entre os centros de economia do país, visando elevação de trabalhos regionais ao âmbito nacional e a discussão e promoção da fronteira da ciência, tudo patrocinado pela Fundação Ford (FERNÁNDEZ & SUPRINIÁK, 2016; 2015b; VERSIANI, 2007).

Os dois economistas mais proeminentes presentes ali, Simonsen e Delfim, apresentaram os dois trabalhos mais importantes do Seminário, dando bases a associação que viria. Já formada a ANPEC, como mostrado em parágrafos anteriores, os dois economistas já não eram tão ativos em seus respectivos departamentos, no EPGE, Carlos Langoni já era o diretor. Foi em 1973, quando o recém-formado DEPE (Departamento de Economia e Planejamento Econômico) da Unicamp se candidatou ao ingresso na ANPEC, que o EPGE foi contrário a tal adesão. Fernández e Supriniak (2016, p. 19), descrevem os motivos pelo qual o EPGE acabou se retirando da ANPEC neste período,

The “programs recently promoted [by ANPEC]” were a veiled reference to the University of Campinas’ Department of Economics and Economic Planning (DEPE), a fledgling graduate program that had been admitted to ANPEC’s membership earlier in the year. The Campinas program explicitly promoted heterodox theoretical traditions, in particular Marxism and ECLAC structuralism, and counted among its members with several scholars aligned to the political left, such as João Manoel Cardoso de Mello, Luís Gonzaga Belluzzo, Jorge Miglioli, and Wilson Cano. Two important economists from Rio de Janeiro holding strong links with ECLAC, Maria da Conceição Tavares and Carlos Lessa, would join the program shortly thereafter. As a stronghold for both orthodox economic theory and political conservatism in Brazil, the Vargas Foundation initially resisted, and later reacted against DEPE’s admission to the ranks of ANPEC.

Vendo como um compromisso ao pluralismo, a Associação defenderia a entrada da Unicamp e rechaçaria a ideia de que estariam criando um viés heterodoxo na instituição, o que a Fundação Ford concordava (Ibid., 2016). Parte importantíssima desta decisão foram os economistas do IPE, “Delfim boys” como Affonso Celso Pastore e Miguel Colassuonno. Sendo a USP a principal entidade da ANPEC junto com a FGV, esta que agora se retirava, sua defesa a pluralidade de ideais foi essencial a manter a Associação como um corpo acadêmico diverso, num momento ainda de gênese da instituição (Ibid., 2016).

De fato, como exemplificado no trabalho citado anteriormente que Affonso Pastore publicou junto com Delfim Netto e outros “Delfim Boys”, a posição de grande parte desses economistas era contrária ao pensamento cepalino, muito evidente na

Unicamp, e mesmo assim estes foram a razão principal pela qual esta conseguiu sua posição junto à ANPEC, segundo palavras do próprio João Manuel Cardoso de Mello, proeminente economista do DEPE já naquela época (MELLO, 1999).

Demonstra-se, assim, que uma diferença fundamental entre o IPE-USP e o EPGE-FGV era a divergência entre os dois centros quanto à pluralidade e sua importância na ciência econômica, o que não deixava de ser um reflexo dos próprios cursos de mestrado dos dois, como exemplificado pelo próprio Werner Baer em um de seus relatórios pela Fundação Ford sobre a USP,

A special effort has been made by the staff of IPE to offer courses such as history of economic thought, economic history, and sociology of development, in an attempt to provide economics students with a broader vision. In effect, IPE has made pioneering efforts in breaking out of the traditional mechanistic-type of economics teaching (BAER 1974, apud. FERNÁNDEZ & SUPRINIÁK, 2016, p. 21)

Enquanto o EPGE de Carlos G. Langoni se tornava cada vez mais próximo da Escola de Chicago, com noções metodológicas mais rígidas e um curso muito mais ortodoxo (KLÜGER, 2017; VERSIANI, 2007). Segue-se, assim, a próxima subseção sobre este contexto.

#### 4.2.2 Carlos G. Langoni, o EPGE e a Universidade de Chicago

Carlos G. Langoni se formou em economia em 1966 pela UFRJ, tendo participado do movimento estudantil em 1964 dentro de coalização de centro-esquerda contra os diretórios acadêmicos pró-ditadura da época (LOPES, [Online]). Em 1967 começa o curso do Centro de Treinamento para o Desenvolvimento Econômico e Social (CENDEC) do Ministério do Planejamento, e devido ao seu bom desempenho ali, ganharia uma bolsa da Fundação Ford para cursar pós-graduação no exterior. Se formaria, então, doutor pela Universidade de Chicago em 1970 (ibid., [Online]).

Quando volta ao Brasil, se torna professor do IPE-USP, tendo importante papel na reestruturação do curso de economia, visando a equiparação com a estrutura das universidades americanas, particularmente Chicago (LANGONI, 1999), o que, como já visto especificamente para o IPE, não significou perda de pluralidade, sendo mais uma questão estrutural. É também onde criaria os laços necessários com Delfim

Netto para ser convidado a realizar o estudo sobre a desigualdade de renda da controvérsia. Pouco tempo depois, em 1971, já entraria na FGV como professor do EPGE a convite de Edmar Bacha, a quem tinha conhecido no exterior e já havia entrado na mesma instituição um ano antes (ibid., 1999).

Em pouco tempo, Langoni se tornaria subdiretor técnico do EPGE e finalmente, com a saída de Mario Henrique Simonsen, diretor da instituição, cargo que ficaria até 1979. Para entender o trabalho e influência de Langoni, bem como sua posição na controvérsia, é interessante entender sua formação como primeiro PhD brasileiro da Universidade de Chicago, e a relação desta com a América Latina, principalmente por meio de Arnold Harberger.

Harberger foi o professor da Universidade de Chicago com mais influência sobre a América Latina, sendo sua fluência em espanhol um dos fatores pelo qual teve papel central nos acordos da instituição com outras da região, que começariam ainda na década de 50 com a UCC (Universidade Católica do Chile) (KLÜGER, 2017). O professor expressava bem o ideal chicaguista, como mostra nas duas entrevistas,

[...]profundo respeito pelos mercados você adquiria através de Milton, tanto no que diz respeito à moeda quanto ao preço. Você adquiria de T. W. Schultz, você adquiria de D. Gale Johnson, Deus sabe, você adquiria de Gregg Lewis, você adquiria de Gary Becker, Harry Johnson... Você vê o que eu quero dizer? Não importa onde fosse, não importa como esses caras votam. Não há ninguém que eu conheça que seja um competidor sério em Chicago que não exale, em um sentido ou outro, este profundo respeito pelas operações de mercado. De modo que eu acho que esse é o verdadeiro elemento que caracteriza a verdadeira "Escola de Chicago"(HARBERGER, 2003, apud KLÜGER, 2017, p. 347).

E,

As forças do mercado são apenas isso: elas são forças; elas são como o vento e as marés; são coisas que, se você quiser tentar ignorar, você ignora correndo seu próprio risco; e se você entender que estão lá, agindo a sua maneira, se você encontrar uma maneira de ordenar sua vida que seja compatível com essas forças, que aproveite essas forças em benefício de sua sociedade, este é o caminho a se seguir (HARBERGER, 2000).

Esta característica naturalística dada às forças de mercado é uma constância entre vários teóricos da Escola de Chicago, vide o respeito pelos mercados a que Harberger fala, bem como a valorização inabalável da teoria econômica (neoclássica) para tratar de problemas complexos de maneira organizada (KLÜGER, 2017). A grande confiança da Escola no arcabouço neoclássico também traz bom contexto às

argumentações de Langoni (1974) contra Malan e Wells (1974), quando o mesmo os acusa de “rompimento” com a teoria econômica, como visto no capítulo 1.

Outra questão fundamental para entender Chicago é sedimentado no trabalho seminal de Milton Friedman “*The Methodology of Positive Economics*” em 1966, denotando a metodologia da escola como positiva e instrumentalista, o que significa a pretensão de uma ciência “pura”, livre de valores, e a rejeição do realismo das hipóteses no arcabouço teórico, em que Friedman (1966) argumenta não só que existe uma impossibilidade na obtenção de um realismo completo, mas que a obtenção de um realismo “suficiente” é algo completamente arbitrário.

Klüger (2017) discute a possibilidade de uma ciência, por mais matematizada que for, estar livre de qualquer lógica e dogma políticos, principalmente no caso de Milton Friedman, altamente politizado com suas ideais liberais, como demonstra em seu livro mais vendido “*Capitalismo e Liberdade*” de 1962, algo que até mesmo levava Harberger a declarar haver uma separação real entre o Friedman político e o acadêmico, o que Klüger (2017, p. 148) critica,

Mas como separar as duas coisas, se o próprio Harberger afirma que a ideia de Friedman de que não se deveria intervir na moeda derivava de sua profunda desconfiança em relação aos burocratas e ao Estado, de suas premissas político-filosóficas ou, como diz Harberger acima, de seu lado “economia como religião”? Não haveria uma convicção, derivada do profundo respeito aos mercados como a forma mais adequada à liberdade humana, subjacente à ideia que as forças de mercado são elementos da natureza que não devem ser abalados? Cabendo indagar se seria possível dissociar as teorias e as técnicas apresentadas como científicas das lógicas políticas e do conjunto de valores à elas subjacentes?

Schliesser (2010) vai mais longe, argumentando que a avidez com que na década de 70 Friedman tenta provar que a ciência econômica não é embebida por valores, estes que decorreriam do fato das teorias lidarem com comportamento humano, se dá principalmente pelo contexto político a qual se encontrava, já que era veementemente criticado tanto na academia quanto fora, pelo seu envolvimento com os *Chicago Boys*, grupo que se tornaria famoso pelo seu papel central no golpe e política do ditador chileno Augusto Pinochet, bastante análogos aos economistas que se reuniam na CONSULTEC, ANPES e IPES (KLÜGER, 2017).

Langoni inclusive se envolve neste contexto quando em 1975 é convidado por Harberger e Friedman para seminário organizado pela *Fundación de Estudios Económicos* (FEE) do Chile, onde em sua conferência falaria das proezas do combate

à inflação do PAEG, incluindo o arrocho do salário mínimo e a diminuição dos gastos públicos (ibid., 2017).

Pode-se explicar o envolvimento destes economistas por Emmet (2010, p. 1) e como este define a visão da escola, “[the school] understood economics to be an applied policy science, and, with some exceptions, have not been afraid to suggest that their scientific findings had relevance to policy debate”. Não sendo estranho, então, o envolvimento de expoentes da Universidade nos desenvolvimentos políticos de diversos países e governos, como os de Ronald Reagan, Margaret Thatcher e o já comentado, Augusto Pinochet (Ibid., 2017). Fica, também, mais clara a confiança do Ministério da Fazenda brasileiro na encomenda de tamanho estudo à Langoni no início da década de 70, a qual obra resultante em 1973 teria grandes implicações para a política econômica do país

A assimilação científica das forças de mercado como forças naturais é o que Klein (2008) identifica como justificativa principal da ideologia da Escola de Chicago na interferência com a política pública. Seu livro, “Doutrina do Choque: a ascensão do capitalismo de desastre”, é uma crítica interessante ao analisar como proponentes desta ideologia, e similares adeptos da economia positiva liberal, encaram desastres como oportunidades únicas de implantação de política pública, pois o “natural”, mesmo que ruim no curto prazo, seria facilmente aplicável em casos em que o caos social e a fragilidade política garantiria a não interferência na aplicação de tais medidas, demonstrando um arcabouço ideológico que muitas vezes se sobrepõe ao pensamento democrático, até por identificarem tais políticas como necessárias ao desenvolvimento de uma democracia em si (KLÜGER, 2017; KLEIN, 2008).

Malta (2010; 2011) por sua vez, identifica no método neoclássico várias congruências com o pensamento positivista dominante da ESG (Escola Superior de Guerra), instituição central na ideologia propagada entre o exército brasileiro. A já citada Doutrina de Segurança Nacional tinha como premissa a rejeição da divisão da sociedade em classes, já que era fundamental a noção de unidade política nacional. O uso de indivíduos como ponto de partida na análise do comportamento econômico em contraposição ao uso de classes sociais, é um dos grandes diferenciadores da teoria neoclássica, dando ao pensamento de Chicago grande aporte com os princípios centrais do governo brasileiro da época, mesmo que este, ironicamente, fosse um Estado intervencionista.

Langoni (1999), segundo suas próprias palavras em entrevista, não tinha a pretensão de formar um corpo acadêmico reflexo de Chicado. Entre a diretoria existia a preocupação em manter a personalidade da FGV e não a tornar simplesmente em uma reprodução de Chicago, por isso haviam diretores diferentes entre o EPGE, IBRE e o setor administrativo.

Não obstante, o fato é que muitos foram os alunos e discípulos de Langoni que seguiriam suas carreiras internacionais naquela universidade, e com a saída de outros professores em 1977 que não se entendiam com o grupo de Langoni, a diferença foi maior ainda. Tanto Langoni (1999), como Dionísio Dias Carneio Netto (2000), um dos que se desentenderam com o grupo de Langoni, e José Luís Carvalho (1999), parecem concordar que a disputa se deu muito mais por questões pessoais do que grandes diferenças em metodologia ou teoria econômica.

Foram Francisco Lopes, Dionísio Dias Carneiro Netto e Rogério Werneck que deixariam o EPGE para se unir à PUC-RJ, enquanto Edmar Bacha já o havia feito muitos anos antes por razões similares, indo para a UnB. A razão principal era o desentendimento destes professores, que se uniram ao EPGE convidados por Mario Henrique Simonsen, com os convidados por Langoni, segundos os mesmos por questões pessoais e de política departamental.

Porém pareceram existir, também, questões políticas maiores. Carneiro Netto (2000) contradiz em certo ponto o relato de Langoni (1999), explicando que parecia haver neste a pretensão de criar um grupo seu, sua rede social que talvez se elevasse aos cargos maiores que a direção do EPGE sempre levava. A questão é como a posição de diretor era disputada, pois era o ponto de partida para carreiras governamentais de alto calibre, exemplo de Simonsen virando Ministro da Fazenda.

José Luis Carvalho (1999, p. 200) complementa a situação,

Não me pareceu que houvesse qualquer óbice em relação à Fundação ou ao projeto da escola. Minha percepção é que foi algo muito pessoal. Francisco Lopes e Langoni tinham projetos distintos que extrapolavam a vida acadêmica, e ambos usavam a escola como instrumento de projeção pessoal. Aliás, esse é o maior mal da Fundação: as pessoas a usam em benefício próprio. Passei aqui oito anos em tempo integral brigando, e não atinava por que brigava tanto. Só descobri quando decidi sair. Eu brigava com as pessoas porque queria construir um centro acadêmico de excelência. E as pessoas, não só na EPGE, usavam a Fundação em benefício próprio, como um trampolim.

Langoni (1999, p. 191-192), em outra seção da entrevista, também denota o ganho que o cargo trazia à carreira dentro do governo, quando perguntado se não havia disputa pelo cargo, o mesmo responde,

Acho que em parte era isso. Havia realmente um componente de disputa pelo poder, porque criou-se a ideia de que o diretor da escola era sério candidato a um cargo no governo, e na época eu já estava bastante presente no debate econômico nacional. Mas eu diria que o que mais me preocupou no momento foi, de fato, o risco de a divergência interna prejudicar a qualidade do programa que eu dirigia com tanto cuidado e entusiasmo. Afinal, muita gente duvidava da possibilidade de a escola manter o seu nível sem a direção do Simonsen.

Enfim, o contexto a qual Carlos G. Langoni participou do debate sobre a distribuição de renda no Brasil era permeado principalmente pelo pensamento de sua escola de formação e a política de conexão entre as diretorias da FGV e o resto do governo. Mesmo o convite de Delfim tendo sido feito ainda na época em que Langoni era do IPE-USP, a docência na FGV poderia render bons cargos no governo futuramente, o que acontece a partir de 1979 quando o mesmo se torna diretor, e depois presidente do Banco Central.

#### 4.2.3 O IPEA e o outro lado do debate

Pode-se dizer que uma boa parte do outro lado da controvérsia de 70 teve suas raízes institucionais na criação do IPEA (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada), que antes de atingir o status de Fundação era conhecido como EPEA (Escritório de Pesquisa Econômica Aplicada), bem como na concomitante e já duradoura perda de centralidade e prestígio do BNDE (Banco Nacional de Desenvolvimento) nos rumos da economia brasileira, desde o fim do governo de Juscelino Kubitschek, quando a instituição fora centro formulador do Plano de Metas. Klüger (2017, p. 398-399), denota a transferência de importância no planejamento econômico no país entre os dois órgãos,

Durante os governos Jânio e Jango, além de experimentar uma queda no volume de recursos, o Banco foi dirigido por figuras que não eram especialistas em economia de renome e chegou mesmo a ficar um ano sem um presidente oficial. No primeiro governo militar o BNDE foi dirigido por um monetarista do grupo de Bulhões, sendo a função de formulador e centralizador da implementação dos planos de desenvolvimento para o país transferida para o EPEA. Ainda que haja um crescimento dos recursos, eles

estavam vinculados a fundos especiais que, imaginava-se, com o tempo, serem retirados do orçamento da União.

A fragilidade interna do BNDE significou, entre outras coisas, o rompimento do convênio BNDE-CEPAL que já existia desde 1953. Segundo Furtado (2009) o acordo havia surgido na ideia que Raul Prebisch, na época diretor da CEPAL, arranhou para conseguir conciliar a demanda que ambos órgãos tinham pelo próprio Celso Furtado, a qual tinha acabado de ser convidado por Roberto Campos para fazer parte da diretoria do Banco, mas era ao mesmo tempo figura importante na instituição das Nações Unidas. Não obstante, o Grupo Misto BNDE-CEPAL, como ficou conhecido, foi muito mais, se tornando grande propagador das ideias cepalinas dentro do Estado e pensamento econômico brasileiros, sendo efetivamente o braço da instituição latina no país (ibid., 2017).

Dada sua importância, foram vários os economistas que se engajaram em não deixar o escritório da CEPAL morrer no Brasil, e foi João Paulo dos Reis Velloso, um dos pais fundadores do IPEA, que, junto a Hélio Brandão, na época ministro do Planejamento, socorreram o acordo e providenciaram espaço à instituição junto aos escritórios do IPEA, bem como verbas para continuação de suas atividades, pagas pelo próprio ministério, em troca de estudo sobre a promoção das exportações de manufaturados no Brasil (VELLOSO, 2005).

O IPEA em si, foi criado em 1964 com o objetivo de formar um *think tank* em análise de políticas públicas e economia aplicada no país, criado por Roberto Campos, então Ministro do Planejamento e João Paulo dos Reis Velloso que, como aluno do CAE da FGV, havia conseguido bolsa da USAID para cursar parte do seu doutorado na Universidade de Yale nos EUA. Em suas próprias palavras,

A ideia era constituir um órgão pensante de governo, fora da rotina da administração, pois dentro da rotina já havia os grupos setoriais do Planejamento. Pretendíamos que o Ipea fizesse pesquisa econômica aplicada, ou seja, *policy-oriented*, e que ajudasse o governo a formular o planejamento, numa visão estratégica de médio e longo prazos (ibid., p. 21).

Acabou por achar a proposta tão atraente que não terminou a tese de doutorado para poder se dedicar a construção do programa. Primeiramente, ainda sob a tutela do Ministério do Planejamento e sigla EPEA, a função do escritório foi auxiliar na revisão do PAEG e, segundo o próprio Velloso, elaborar grande parte do segundo volume de 400 páginas (ibid., 2005).

Foi, então, a partir de 1967 com o Decreto-Lei nº 200 que o órgão foi elevado a nível de fundação e passou a ser chamado IPEA. Nesta época e instituição, ocorriam dois fatos importantes ao estudo da controvérsia de 70: a já mencionada aderência do Cepal pelo IPEA e a Missão Califórnia. O primeiro, pois as ideias cepalinas foram parte do corpo teórico crítico ao trabalho de Langoni, diretamente com Maria da Conceição Tavares e José Serra, e podendo-se imaginar que, indiretamente, com outros diversos autores de orientação mais heterodoxa. O segundo, pois é com esta missão que entra em cena Albert Fishlow, um dos principais autores críticos à obra de Langoni e cujo artigo, junto com o texto de Hoffmann e Duarte, impeliu o Ministério da Fazenda a encomendar a pesquisa que resultaria no Livro “Distribuição de Renda e Desenvolvimento Econômico no Brasil”.

A “Missão Califórnia” foi uma colaboração da Universidade de Berkeley com a equipe do IPEA a partir de 1965, também patrocinado pela USAID. O grupo inicialmente trabalhou no Plano Decenal de Desenvolvimento Econômico 1967-1976, a qual Roberto Campos havia encomendado ao IPEA, mas que logo seria suplantado pelo PED, aproveitando muito do trabalho já feito em questão macroeconômica, a partir da entrada de Delfim Netto na Fazenda (KLÜGER, 2017; VELLOSO, 2005; MALAN, 2005). A proposta de um plano decenal para o Brasil foi recebida em tom curioso, já que se vivia em uma ditadura anti-comunista, como denota Velloso (2005, p. 28),

Naquele tempo, o Campos acreditava em planejamento global, quantificado, de longo prazo, muito mais do que eu. Um dia, ele me chamou: “Velloso, está na hora de fazermos uma espécie de plano estratégico para o governo”. Argumentei: “Mas isso não é coisa que lembra a União Soviética?” E ele: “Não, não. Vamos fazer um plano decenal, a Rússia fez um plano de 25 anos”. Discutimos um pouco a ideia, ele insistiu, e começamos a elaborar um plano decenal.

Enfim, o plano em sua proposta original não vingou, mas Fishlow e sua equipe acabaram sendo os autores, enquanto Simonsen o revisor, da parte macroeconômica do PED (AZEVEDO, 2016; VELLOSO, 2005). Albert Fishlow era professor bem estabelecido na Universidade de Berkeley, na Califórnia, tendo se formado Doutor pela Universidade de Harvard. Azevedo (2016, p. 1) resume bem uma característica importante de Fishlow,

Quando ingressou em Harvard, Fishlow aparentemente não tinha em mente se voltar para a história econômica. O contato com Gerschenkron, entretanto, despertou seu interesse pela área, que passava por um momento profícuo devido à incorporação de ferramentas estatísticas. Fishlow fez parte de um seleto grupo de economistas – entre os quais Douglass North e Robert Fogel – que engendrou uma mudança no estudo da história econômica que veio a ser conhecida como revolução cliométrica.

Assim, Fishlow prezava muito a história econômica como forma de pesquisa, mas sempre atrelada ao método matemático e estatístico da chamada revolução cliométrica. Ao entrar no Brasil em 1965, o economista daria entrada em o que seria sua linha principal de pesquisa pelo resto de sua vida, a economia brasileira, se tornando um dos mais famosos brasilianistas dos EUA (KLÜGER, 2017).

A equipe do IPEA acabou se tornando bastante plural, não somente em nacionalidades, como Fishlow, Paul Rosenstein-Rodan, europeu radicado nos EUA, Benjamin Higgins, do Canada, Willy van Ryckingham, da Holanda, entre outros, mas ideologicamente, tendo um historiador econômico politicamente de esquerda, como Fishlow, que segundo alguns tinha um quadro de Che Guevara pendurado em seu escritório em plena ditadura (VELLOSO, 2005), um liberal como Og Leme e um economista que muitos consideravam comunista, Arthur Candal (KLÜGER, 2017; VELLOSO, 2005).

Essa liberdade de trabalho em tempos de ditadura é comentada não somente por Velloso, mas por vários economistas que ali trabalharam (KLÜGER, 2017, BONELLI, 2005; MALAN, 2005). Fishlow (2005, p.55) relata em entrevista “Havia, realmente, completa liberdade intelectual naquele período, sobretudo antes do Ato Institucional nº 5”. Klüger (2017) faz lembrar que, se de um lado havia Albert Fishlow enviando estagiários do EPEA/IPEA para Berkeley, também existia Og Leme enviando outros à Chicago.

Foi na equipe de Arthur Candal que Fishlow conheceria Pedro Malan e Régis Bonelli, ambos jovens economistas ainda sem passagem por instituições estrangeiras e que já tinham feito, em 1966, curso da Cepal sobre desenvolvimento econômico. O segundo não se envolveria diretamente na controvérsia, mas ambos foram admitidos em Berkeley, a convite de Fishlow, para fazerem seus PhDs. Pedro Malan ainda estava desenvolvendo sua tese quando o debate sobre a distribuição de renda acontecia, tendo ficado em Berkeley de 1969 a 1973, tese esta também bastante pautada na história econômica.

A “Missão Califórnia” também já havia se encerrado quando a controvérsia acontecia, demonstrando uma diferença fundamental entre as duas principais universidades americanas envolvidas, Berkeley e Chicago. Em 1968, quando o AI-5 foi instituído, os economistas de Berkeley se negaram a continuar no país,

Meu tempo no Brasil já estava se esgotando. Em setembro de 68 fui aos Estados Unidos para começar a contratar outras pessoas que pudessem manter o convênio funcionando. Mas, depois da edição do Ato Institucional nº 5, decidi que era necessário mostrar que a Universidade da Califórnia não poderia manter o convênio com o governo brasileiro, que se transformara numa ditadura. E o intercâmbio foi encerrado (FISHLOW, 2005, p. 55).

Denota-se em Berkeley um ativismo democrático muito maior que entre os economistas de Chicago. Enquanto a primeira se negou a continuar no Brasil ao ver as liberdades civis serem cerceadas, economistas da segunda, como os já falados Friedman e Harberger, viram o mesmo acontecendo no Chile como uma oportunidade de aplicação de políticas econômicas liberais. Berkeley sempre foi uma instituição mais voltada a esquerda progressista, com vários casos de ativismo anti-guerra do Vietnã ou anti-intervenção em outros países pela política externa americana. A cidade de mesmo nome onde a universidade se instala foi até mesmo um dos berços do movimento hippie nos Estados Unidos (KLUGER, 2017, RORABAUGH, 1990).

A situação em que os acadêmicos de Berkeley se encontraram com o AI-5 e o crescente endurecimento do regime remete, de certa maneira, ao artigo de Fernández e Supriniak (2015a) acerca da comunicação interna na Fundação Ford sobre o mesmo assunto. Era evidente o desconforto de muitos associados ao fato de qualquer investimento feito pela instituição no país significar inescapavelmente uma ajuda ao um Estado ditatorial e violento. Era 1971 quando Werner Baer tentava convencer colegas da Fundação a investirem na nova Universidade de Brasília, como já visto, uma universidade criada a moldes departamentais modernos e muito voltada a pesquisa, portanto atraindo a atenção da FF.

O grande problema é que as demissões em massa de 1965 da UnB tinham ocorrido há apenas 6 anos e uma ajuda direta da Fundação Ford significava efetivamente ajudar o governo a reconstruir algo que tinha destruído pela via autoritária, correndo o perigo desta reconstrução constituir num forte viés ideológico aos moldes que a ditadura preferia, criando um dilema ético bastante óbvio. A Fundação decidiu, por fim, em garantir a doação à UnB em 1972. Os economistas de

Berkeley, porém, representando outro tipo de instituição e sob as próprias diretrizes políticas (e principalmente as de Fishlow) decidiram por encerrar a “Missão Califórnia”. Enfim, à época do debate Fishlow já não era oficialmente ligado ao IPEA, mas seus artigos e críticas tinham peso provavelmente maior à de economistas proeminentes ligados ao mesmo.

Com a apresentação de seu texto “*Brazilian Size Distribution of Income*” em 1971 na *American Economic Association*, Fishlow fez a questão ultrapassar barreiras muito maiores que as nacionais, causando boa impressão acadêmica em órgãos internacionais de fomento como o Banco Mundial, órgão para qual trabalharia a partir de 1977, mas má impressão ao Brasil e seu governo, que já estava em evidência por suas fortes taxas de crescimento.

#### 4.2.4 Hoffmann, Esalq-USP e outras instituições

Como já demonstrado na seção 4.1, a Universidade de Brasília foi enormemente prejudicada durante a ditadura, chegando a sofrer demissão em massa de quase 80% de seu corpo docente em 1965. Edmar Bacha entraria na FGV -EPGE em 1969, antes de Carlos G. Langoni, mas não ficaria muito tempo ali por discordâncias na maneira como a Escola funcionava, girando demais em torno de Mario Henrique Simonsen (CARNEIRO NETTO, 2000).

Acabaria aceitando convite de Isaac Kerstenetzky, na época presidente do IBGE, para criar um programa de pós-graduação na UnB, esta que já havia recuperado boa parte do corpo docente já em 1972, quando Bacha finalmente se muda para Brasília. Sua ideia era a de criar

[...] um mestrado "alternativo" aos dois então existentes: o da FGV, de Simonsen, e o da USP, de Delfim Netto. Um mestrado que usasse a técnica da academia americana para a análise dos temas relevantes da economia brasileira e latinoamericana, conforme descortinados pela CEPAL. Em 1972 mudei-me para Brasília e em 1973 abri meu mestrado, tendo Lance Taylor como professor visitante, Pedro Malan como professor itinerante, e um bando de jovens professores no quadro permanente, entre os quais se destacavam Dionísio Carneiro, Francisco Lopes, Charles Mueller, Luís Paulo e Elca Rosenberg (esses chegaram em 1974), Flavio e Tereza Versiani, além de um boliviano e outro americano, ambos recém-graduados de Vanderbilt (BACHA, 2014, p. 74, apud KLÜGER, 2017, p. 460)

Vê-se que o plano era criar um corpo bastante plural e moderno, bem como oposto politicamente a ditadura, mesmo Maria da Conceição Tavares também daria

aulas por lá. Porém, apesar das garantias do vice-reitor, o oficial da marinha José Carlos Azevedo, de que o programa teria total liberdade, não foi essa a realidade. Já no seminário de inauguração, em 1973, a qual Bacha convidaria um corpo diverso de palestrantes, como Maria da Conceição Tavares, Albert Fishlow, Mario Henrique Simonsen, Delfim Netto e outros, o programa acabou sendo advertido pelo SNI de que ali se enquadravam alguns “subversivos”, então somente os aliados do governo foram permitidos. Fishlow, que veio ao Brasil para o seminário, acabou sendo avisado por Pedro Malan que era melhor não ir a Brasília. Ele aceitou, temendo que qualquer rebeldia sua acarretasse no pior para quem era da instituição (KLÜGER, 2017).

Enfim, o cenário instável da UnB com as intervenções do SNI e o movimento estudantil se agitando novamente, acaba cansando Bacha e o propelindo a voltar a estudar no exterior, ficando em Harvard de 1975 a 1977 como *visiting scholar*. Depois voltaria a UnB, mas não por muito tempo. Pela maior parte do debate sobre a distribuição de renda, então, Bacha esteve em Brasília ou no exterior. Outra questão, era que o mestrado da Unicamp tinha sido aberto, e a atratividade da UnB como um curso “alternativo” sofria com a ditadura, portanto muitos alunos agora iam para Universidade Estadual de Campinas (BACHA, 1998). Sobre tal “concorrência” o mesmo responde em entrevista,

Toda a minha reinserção no Brasil depois do doutorado teve muito a ver com a luta contra a ditadura. É basicamente nesse contexto. A atuação naquele tempo era muito politizada e havia concorrência nesse sentido. Delfim [Netto] e [Mário] Simonsen estavam ligados ao governo militar e a UnB representava uma alternativa. Tem um claro sentido político aí. Essa é a coisa mais importante, porque uma vez que se tire a nuvem da ditadura da frente, as diferenças propriamente de teoria econômica aparecem com muito menor relevância. Havia uma sobreênfatização de diferenciações de questões teóricas em Economia, mas o que estava realmente “pegando” era a questão da luta pela democracia (BACHA, 1996, p. 234)

Segundo Cano (2007), o Instituto de Economia da Unicamp (IE) surgiu pela união de algumas circunstâncias especiais. Primeiramente, a existência de um grupo de professores da Cepal no Rio de Janeiro, desgostosos com o baixo nível do ensino dos cursos de economia do país, bem como sua incapacidade de lidar analiticamente com os problemas nacionais. Existia, porém, outro grupo de economistas em São Paulo ministrando o Curso de Planejamento Econômico da Cepal, e foi com a união destes dois grupos e a boa vontade de Zeferino Vaz, fundador e reitor da Unicamp, que um dos principais corpos acadêmicos críticos ao regime militar foi formado.

Como já explicado na seção anterior, Zeferino Vaz era um apoiador convicto da ditadura e foi o primeiro reitor da UnB no período militar, ainda na época quando as demissões em massa ocorreram. Ainda que nesta universidade, Vaz tenha uma reputação mais mista e tenha sido parte dos problemas enfrentados naquela instituição, na Unicamp ele é lembrado com carinho, sendo o principal fator a deixar o centro de humanidades da universidade funcionando como uma entidade crítica em plena ditadura (MOTTA, 2014).

Luiz G. M. Belluzzo, autor do primeiro artigo no compêndio “A Controvérsia Sobre Distribuição de Renda e Desenvolvimento”, foi um dos fundadores da instituição, enquanto Maria da Conceição Tavares, autora do segundo artigo no mesmo livro, entraria ainda na Unicamp ainda no início década de 70. Denota-se aqui, mais uma vez, como as especificidades de uma instituição à época da ditadura podiam fazer a sua relação com os militares ser muito diferente de outras, mesmo que esta se mostrasse politicamente muito avessa ao governo. Pode-se dizer que a Unicamp teve a “sorte” de ter um reitor alinhado tanto ao governo militar quanto aos interesses de seu diverso corpo acadêmico, sabendo o jogo político que isto demandava.

Outro exemplo neste quesito foi a Esalq-USP e sua relação com o economista mais importante desta subseção, Rodolfo Hoffman, por ter, junto com João Carlos Duarte, da mesma instituição, escrito um dos primeiros textos com roupagem estatística moderna sobre a distribuição de renda no Brasil, uma das causas do estopim da controvérsia de 70 junto com o artigo de Albert Fishlow.

Molina (2016) identifica na Esalq-USP a gênese do agronegócio brasileiro moderno. Gênese esta que foi iniciada durante a ditadura, como mais um ato de modernização conservadora por parte do governo civilmilitar, principalmente pelo convênio da instituição com a Universidade Estadual de Ohio, uma das mais conservadoras dos Estados Unidos, inclusive na área de Ciências Sociais. Motta (2014) demonstra que os convênios da USAID na área agrícola estiveram entre os primeiros realizados pela ditadura nos esforços de modernização do país. Molina (2016, p. 282) escreve quanto a este fenômeno,

Sabe-se que este acordo formou a maior parte dos pesquisadores ligados ao atual agronegócio, e teve o objetivo de alinhar os pesquisadores brasileiros com a “Revolução Verde”, ou seja, moldar indivíduos para aceitar e difundir o processo de modernização capitalista do campo, principalmente do ponto de vista extensionista, como foi o caso do cerrado brasileiro. Apesar de serem a hegemonia no pensamento político na condução econômica do

país, contraditoriamente, esses convênios possibilitaram a formação de intelectuais críticos ao sistema da ditadura brasileira. Na ESALQ/USP, por exemplo, podemos citar os professores Rodolfo Hoffmann e Oriowaldo Queda.

Rodolfo Hoffmann foi estudante de agronomia na escola, se formando doutor em Economia Agrária pela mesma instituição, enfim se tornando professor. Sua história com a universidade é bastante peculiar, já que seus ideais socialistas lhe renderam várias perseguições ao longo de sua carreira estudantil. Quando em 1964, seu nome foi encontrado em caderno de anotação de outro colega, Paulo Marcomini, na época filiado ao Partido Comunista do Brasil (PC do B), Hoffman seria preso e passaria 50 dias no cárcere (ibid., 2016). Relata à Molina (2016), inclusive, que a polícia revistou seu quarto em busca de provas para incriminá-lo, entretanto seus livros de Marx, Lenin e outros “subversivos” estavam escondidos em uma mala enterrada no jardim e nunca encontrados pelos policiais.

Conseguiria, mesmo assim, completar seus estudos e até a se tornar professor da casa, escapando ao Ato Complementar Nº 75, já que ainda era estudante na época em que foi preso, não um funcionário do Estado. Ainda professor seria acusado por colegas de defender a reforma agrária e ser “subversivo”. As acusações não dariam em nada, e apesar da vigilância do SNI, Hoffman seguiria a lutar contra a ditadura pela via acadêmica, como Molina (2016, p. 376-377) relata, citando também entrevista de Maria da Conceição Tavares sobre o engajamento interno na academia,

Segundo reportou Tavares (2011), o movimento contra hegemônico também existiu dentro das universidades, o que caracterizou uma grande contradição do Estado brasileiro da época. A dedicação integral e o apoio de diversas agências financiadoras permitiam que se lutasse de dentro da universidade, atuando nas brechas “com dinheiro do governo”, “o que é uma coisa impressionante” (Ibid.) Durante os regimes ditatoriais deflagrados na América Latina, o Brasil foi “o único país em que se lutou de dentro da universidade, com dinheiro do governo, contra o próprio governo. No Chile, eles não tiveram essa sorte, nem na Argentina, nem no Peru, nem em lugar nenhum”.

Denota-se, assim, que a complexidade da política brasileira junto às instituições acadêmicas, levando-se em conta suas diversas conexões, tanto com a elite dirigente, tanto com instituições de fomento e universidades internacionais, foram fatores importantes na maneira como academia pôde se opor, abertamente, ao Estado e sua política durante a controvérsia de 70.

### 4.3 ECONOMISTAS, TECNOCRACIA E O ESPECTRO POLÍTICO NO BRASIL

Esta seção visa concluir o capítulo com uma visão mais globalizante do contexto explicitado nas últimas duas. Primeiramente, se faz importante entender a relação entre economistas e o Estado em países em desenvolvimento. Loureiro (1997b) em seu livro “ Os Economistas no Governo”, trabalha com a questão da emergência e solidificação da participação de economistas no governo brasileiro, além de análise comparativa entre vários países.

A conclusão da autora é que o tipo de participação é altamente relacionado ao sistema político vigente. Em países que possuem democracias estáveis, como boa parte dos países desenvolvidos, é mais comum que o economista atue como um assessor ou funcionário sob a responsabilidade de um político eleito, podendo mesmo ser mal visto pela academia se seu envolvimento for muito direto com o governo (Ibid., 1992). Em democracias mais voláteis e menos consolidadas (ou mesmo regimes não democráticos), é mais comum a ascensão de economistas em cargos de dirigentes políticos.

Isto acontece, pois, este tipo de governo atua sem a mesma necessidade de prestação de contas com a sociedade que nas democracias estáveis, ou seja, governam sem *accountability*, tornando cargos dirigentes mais compatíveis com técnicos, ao invés de reais políticos (Ibid., 1997b).

No caso da América Latina e do Brasil, Ibid. (1997b, p. 171) denota,

A “tecnocracia” tem origens antigas na América Latina e relativamente independentes do regime político. [...] A ideologia e o estilo tecnocrático de governo se desenvolvem com o aumento da intervenção do Estado na vida econômica, sustentando a montagem do Estado desenvolvimentista, inclusive com o respaldo e o monitoramento de *experts* do FMI e da Aliança para o Progresso. E se consolida com a ascensão dos economistas à posição de elites dirigentes.

Ainda segundo a autora, a escolha dos economistas para tais cargos políticos, se dá pela sua formação e desempenho acadêmico, com bastante preferência a formação no exterior, principalmente universidades estadunidenses. Temos que, na controvérsia da década de 1970, dentre os envolvidos no debate propriamente dito, apenas Hoffmann tinha formação exclusivamente no Brasil.

A tendência tecnocrata do Estado brasileiro discutida por Loureiro (1997b) em conjunto com a pluralidade institucional dentro do próprio aparato ditatorial, como visto

em Motta (2014), explica como a controvérsia pôde acontecer *quase* que totalmente de dentro do próprio Estado autoritário, com economistas de uma instituição como o IPEA criticando abertamente pesquisa encomendada pelo próprio Ministério da Fazenda<sup>3</sup>.

É interessante notar, porém, que o espectro político nesse debate já estava, em parte, definido desde antes da ditadura. Loureiro (1992, 1997b) identifica que os posicionamentos no Brasil entre heterodoxia/“progressismo” e ortodoxia/“conservadorismo” nas ciências econômicas e seu impacto na política, surgiram ainda na década de 50. Década que o IBRE da FGV foi fundado e Eugênio Gudin, economista liberal, dirigia a Fundação. Foi, também, quando Celso Furtado publicaria artigos próprios, bem como de Raúl Prebisch, na Revista Brasileira de Economia (RBE) sobre as ideias cepalinas.

Na época em que havia um fluxo de economistas refugiados da Segunda Guerra Mundial, como Alexandre Kafka e Richard Lewinsohn, o centro também era inundado por estrangeiros de vários países devido a acordo feito com as Nações Unidas (KLÜGER, 2017). Entre eles veio Jacob Viner, o grande nome da Universidade de Chicago da época, a convite de Gudin. Visita que é tida como o marco definitivo do afastamento da FGV aos preceitos cepalinos.

Furtado, ao comentar o episódio, diz que depois de publicar o Manifesto latino-americano de Prebisch na RBE, Gudin convidou os amigos Viner e Haberler a enviarem comentários sobre o texto. Werner Baer, que foi aluno de Haberler em Harvard, conta que em seu curso de economia internacional Gottfried “atacava as teorias do Prebisch/CEPAL” de maneira “veementemente” (BAER, 1998, p. 768). Jacob Viner, quando veio ao Brasil, dedicou uma de suas conferências inteiramente a desdizer as “heresias” de Prebisch. Isso era parte, segundo Furtado, de “um esforço para restabelecer a verdade em pontos essenciais da teoria [ortodoxa], particularmente no que respeita à teoria do comércio internacional”, caracterizando uma “cruzada de purificação ideológica” (ibid., p. 117).

Diz-se que Gudin era um grande admirador de Prebisch mas deixou de concordar com suas teorias após as críticas de Viner (ibid., 2017). É importante destacar, então, que é no acirramento das disputas existentes entre economistas desta época, nos anos 50 e 60, entre monetaristas<sup>4</sup> e estruturalistas, que Loureiro

---

<sup>3</sup> É claro que Fishlow, sendo um estrangeiro, se enquadra diferentemente do resto, mas suas contribuições ao IPEA e a então presença de Pedro Malan no Instituto, seu orientando, reforça o argumento.

<sup>4</sup> Apelido dado aos economistas da FGV por enfatizarem os fatores monetários na explicação da inflação (LOUREIRO, 1997b)

(1992, 1997b) identifica a gênese e delimitação do campo político, com a formação das posições de esquerda e direita dos economistas brasileiros. Em relação ao que viria nas décadas de 60 e 70, a autora destaca

O acirramento dessas lutas implicara intensa mobilização política por parte dos grupos aí envolvidos. Basta lembrar que o grupo da FGV apoiara iniciativas como o IPES (Instituto de Pesquisas Econômicas e Sociais). Segundo Dreifus (1981), este órgão foi um dos centros mais importantes de articulação política, ideológica e financeira do movimento golpista de 1964. Além de Garrido Torres, um de seus líderes mais destacados, também prestaram grande apoio ao IPES outros integrantes da FGV, como Bulhões, Dênio Nogueira, Mario Henrique Simonsen, Alexandre Kafka, Julian Chacel e ainda figuras como Roberto Campos, Lucas Lopes, Glycon de Paiva etc. Tal iniciativa, como se sabe, facilitará, com a instalação do primeiro governo militar em abril de 1964, a ascensão de vários deles aos postos de ministro da Fazenda e do Planejamento e à presidência e à diretoria do Banco Central. Por outro lado, o acirramento dessas lutas responderá também pela cassação, após o golpe militar de 1964, dos direitos políticos de Celso Furtado, Rômulo Almeida, Jesus Soares Pereira e outros (LOUREIRO, 1992, p.12).

Demonstra-se, então, o quanto o debate econômico em si mesmo gerava os espaços ideológicos políticos dos envolvidos e, quando a controvérsia de 70 ocorria, tais espaços já tinham sido criados e reforçados, num ciclo virtuoso (ou vicioso) entre o pensamento acadêmico e o político. Como destacado na citação na introdução deste trabalho, Loureiro (1992) denota que estes espaços são mesmo consolidados neste período, e é realmente claro ao longo de todo este capítulo a ligação dos economistas com o aparato estatal, ou a “elite dirigente”, nas palavras da autora.

Conclui-se que, o contexto político-institucional específico da controvérsia da década de 1970 era primeiramente um contexto de tecnocracia latino americana e brasileira, em que estavam embebidos tanto o contexto mais plural dos críticos ao governo, quanto um contexto determinado pelos desenvolvimentos da década 50 e início de 60. O contexto plural dos críticos ao governo se deve a inserção de economistas como Fishlow, Malan, Bacha e outros, na mesma posição política que estruturalistas, esta que já havia sido formada desde a década de 50.

Foi esta década que, também, parcialmente determinou tanto o posicionamento político dos vários expoentes da Fundação Getúlio Vargas a favor da ditadura militar, bem como a afinidade entre a Fundação e a Escola de Chicago, a qual Carlos G. Langoni havia se formado. A sugestão é que a junção destes aspectos explica o posicionamento deste economista tanto pelo lado acadêmico, quanto pelo lado político, o que, unidos a metodologia neoclássica e a normalidade com que

expoentes desta Escola intervém no debate da política pública, demonstra que Langoni era o homem certo na época certa, para o trabalho que fez e as conclusões que tirou.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A controvérsia de 70 sobre a distribuição de renda ocorreu em tempos de muita polarização política, modernização (conservadora) e insegurança na sociedade brasileira, especialmente em suas universidades. Não é admirável, assim, que o cenário político-institucional da época fosse deveras complexo, não sendo difícil cair em prejulgamentos simplistas em qualquer tentativa de análise.

Após serem apresentados os argumentos do debate, demonstrou-se alguns fatos acerca do pensamento dominante na academia moderna sobre a distribuição de renda e como este vê na modelagem econométrica de Langoni um marco neste tipo de estudo no Brasil. Não obstante, também pela possibilidade do olhar em retrospecto, as premissas e evidências sobre as correções automáticas de longo prazo, que Langoni destacava em seu livro de 1973, foram descartadas, não se falando mais em curva de Kuznets para os atuais países em desenvolvimento como o Brasil.

Destaca-se aqui, que esse era o maior ponto de contenção entre os lados do debate ocorrido na primeira metade da década de 70, basicamente o que geraria a controvérsia em si. Ficando explícito, assim, que as conclusões de Langoni realmente acabaram sendo otimistas demais. Deixado isto claro, partiu-se para identificação dos contextos gerais e específicos em torno dos envolvidos no debate.

A ditadura foi um corpo estatal tecnocrático bastante apoiado nas ideias econômicas de alguns indivíduos, principalmente provenientes da FGV e da USP, bem como outros economistas mais antigos, formados dentro do aparato estatal. Também foi um governo de autoritarismo e contradições, a qual repressão prendeu, exilou, e até matou e torturou, inúmeros pensadores, políticos, professores e estudantes, com o uso de suas instituições criadas para vigilância e terror.

Não obstante, também foram vários os casos de pessoas ou instituições que, em geral, poderiam ser enquadradas com “subversivas” óbvias, mas acabaram exercendo livre prática de suas ideias, seja pelas vias da cultura política do país, levando em conta conexões pessoais ou institucionais com o poder, seja pela ineficácia de cumprir-se a tarefa praticamente impossível de microgerenciar o pensamento das inúmeras instituições de uma ex-democracia.

Sendo o período tão complexo do ponto de vista do embate político e seus contextos institucionais, as especificidades contextuais dos autores e instituições envolvidas na controvérsia de 70 foram apresentadas, com destaque aos economistas

da USP, FGV e IPEA, bem como as universidades de Berkeley e Chicago, esta última com ampla literatura sobre sua metodologia e influência acadêmica no Brasil e no mundo. Nesta seção se encontram os pontos mais cruciais desta dissertação. Fica claro que, como Loureiro (1992, 1997b) coloca, o debate econômico extrapola os limites acadêmicos e delimita posicionamentos políticos (e vice-versa), principalmente no Brasil, um Estado propenso a tecnocracia, onde economistas se enquadraram, desde o surgimento desta carreira no país, entre as elites dirigentes do governo, criando e propagando redes sociais próprias dentro do aparato estatal.

Sugere-se que, também, as ideias neoclássicas e metodologia positiva representadas por Langoni, se mostravam compatíveis com os ideais nacionalistas da ditadura, pelo menos no tocante a identificação dos problemas sociais no Brasil, sem nem contar no simples fato de que esta análise isentava a culpabilidade governamental no caso da concentração de renda. De mesmo modo, existe a questão de sua instituição, a FGV e o EPGE, terem se transformado, ao longo dos anos 50 e 60, no corpo de carácter ortodoxo e politicamente conservador, via o próprio debate acadêmico.

É óbvio que os debates acadêmico e político, nos termos apresentados até aqui, se influenciam mutuamente. Surge, assim, na época, uma cisão óbvia entre economistas pró e antigoverno, em que o segundo caso, mais do que o primeiro, nem sempre representavam autores de ideologias compatíveis entre si, mas se assemelhavam simplesmente em sua contraposição política ao um regime ditatorial.

Vários aspectos da argumentação de Langoni demonstram, com primazia, o pensamento de Chicago da economia positiva, tendo a capacidade de previsão de seu modelo e a compatibilidade com dados verificados em sua época, em um primeiro momento, “confirmado” suas hipóteses, mas que o olhar histórico moderno confirma, apenas, a argumentação do autor como um empirismo, de certa forma, ingênuo.

Os argumentos contra o autor no debate certamente demonstravam maior pluralismo, mesmo entre autores mais ortodoxos que os estruturalistas da época, como Albert Fishlow e Pedro Malan, sendo parte das críticas ao trabalho de Langoni o fato que este ignorava modelos e possibilidades diferentes aos seus, tão consistentes em termos matemáticos, ou não. Este último fato também demonstra que o debate se enquadra entre os adeptos ou não adeptos da economia positiva comum em Chicago e entre muitos economistas do *mainstream* moderno.

Sendo a argumentação de Langoni tão compatível com o pensamento tecnocrático do governo e seu contexto institucional também tão próximo, não é de se espantar que a controvérsia tenha tomado os moldes que tomou entre governistas e não governistas. Enfim, espera-se que este trabalho tenha conseguido cumprir os objetivos de contextualização a que se propôs e que o leitor seja capaz de entender os argumentos do debate sob este cenário multifacetado da história do pensamento econômico brasileiro.

## REFERÊNCIAS

ALBERTI, V.; SARMENTO, C. E. e ROCHA, D. (org.). **Mario Henrique Simonsen: um homem e seu tempo**. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 2002

ALMEIDA, I. C. S. **Disseminação do pensamento marxista durante a ditadura civilmilitar: uma abordagem de história oral**. Dissertação em Desenvolvimento Econômico, Setor de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2015.

AZEVEDO, L. Albert Fishlow — Trajetória Intelectual em Busca das Raízes do Desenvolvimento, **IEPE – Textos para Discussão**, vol. 5, 2016.

BACHA, E. L. Memória Acadêmica. **Economia Aplicada**, vol. 2(1), p. 197-210, 1998.

\_\_\_\_\_. Hierarquia e Remuneração Gerencial. In TOLIPAN, Ricardo. & TINELLI, A.C. (Org.) **A Controvérsia da Distribuição de Renda no Brasil**, Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1975.

\_\_\_\_\_; TAYLOR, L. Brazilian income distribution in the 1960s: 'Facts', model results and the controversy, **Journal of Development Studies**, vol.14 (3), p. 271-297, 1978.

BAER, W. Inter-Office Memorandum, **Turn-Around Grants for Brazilian Economics: A Background Report**, to Stanley Nicholson, March 11, 1974; PA72-374, reel 6573, 1974

BALTAR, P. E.; SOUZA, P. R. Salário mínimo e taxa de salários no Brasil. **Revista Pesquisa e Planejamento Econômico**, vol. 9 (3), p. 629-650, 1979.

BARONE, R. S.; BASTOS P. P. Z.; MATTOS, F. A. M. A distribuição de renda durante o “milagre econômico” brasileiro: um balanço da controvérsia. **Texto para discussão nº 251**, Universidade Estadual de Campinas, 2015.

BARROS, R. P.; FRANCO, S.; MENDONÇA, R. A recente queda na desigualdade de renda e o acelerado progresso educacional brasileiro da última década. In: BARROS, R. P.; FOGUEL, M. N.; ULYSSEA, G. (Orgs.) **Desigualdade de Renda no Brasil: Uma análise da queda recente**, vol. I, Brasília: IPEA, 2006.

\_\_\_\_\_; HENRIQUES, R.; MENDONÇA, R. Desigualdade e Pobreza no Brasil: Retrato de uma estabilidade inaceitável. **Revista Brasileiro de Ciências Sociais**, São Paulo, vol. 15 (42), 2000.

\_\_\_\_\_; MENDONÇA, R. A evolução do bem-estar, pobreza e desigualdade no Brasil ao longo das últimas três décadas – 1960/90. **Revista Pesquisa e Planejamento Econômico**, Rio de Janeiro, vol. 25(1), p. 115-164, 1995.

\_\_\_\_\_; RAMOS, L. A note on the temporal evolution of the relationship between wages and education among Brazilian prime-age males: 1976-1989.

**Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada: Texto para discussão**, Rio de Janeiro, nº 279, 1992.

\_\_\_\_\_ ; REIS, J. G. A. Desigualdade salarial e distribuição de educação: a evolução das diferenças regionais no Brasil. **Revista Pesquisa e Planejamento Econômico**, vol. 20 (3), p. 415-478, 1990.

BELLUZZO, L. G. Distribuição de renda: Uma visão da controvérsia. In: TOLIPAN, R; TINELLI, A.C. (Org.) **A Controvérsia da Distribuição de Renda no Brasil**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1975.

BIDERMAN, C.; COZAC, L. P. L.; REGO, J. M. **Conversas com economistas brasileiros**. São Paulo: Editora 34, 1996.

BONELLI, R. Entrevista. In: D'ARAÚJO, M. C.; FARIAS, I. C. de; HIPPOLITO, L. (org.). **IPEA 40 anos apontando caminhos**. Brasília: IPEA, 2005.

\_\_\_\_\_ ; RAMOS, L. Distribuição de renda no Brasil: avaliação das tendências de longo prazo e mudanças na desigualdade desde meados dos anos 70. **Revista Brasileira de Economia**, vol. 49 (2), p. 353-373, 1995.

CALLICCHIO, V. ATOS INSTITUCIONAIS, **CPDOC (Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil)**, Fundação Getúlio Vargas, Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/atos-institucionais>>. Acessado em 20/11/2018.

CAMARGO, J. M.; NERI, M. Distributive Effects of Brazilian Structural Reforms, **Texto para discussão**, nº 406, Rio de Janeiro: PUC, 1999.

CAMPOS, R. O. Entrevista. In: BIDERMAN, C.; COZAC, L. P. L.; REGO, J. M. **Conversas com economistas brasileiros**. São Paulo: Editora 34, 1996.

CANO, W. Instituto de Economia da Unicamp: notas sobre sua origem e linhas gerais de sua evolução. **Ensaio de História do Pensamento Econômico no Brasil Contemporâneo**, São Paulo: editora Atlas, 2007.

CARDOSO, F. H. Prefácio. In: TOLIPAN, R. & TINELLI, A.C. (Org.) **A Controvérsia da Distribuição de Renda no Brasil**, Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1975.

CARNEIRO NETTO, D. D. Dionísio Dias Carneiro (depoimento, 2000). In: ALBERTI, V.; SARMENTO, C. E. **As faces do mago da economia: atuação e legado de Mario Henrique Simonsen**. Rio de Janeiro: CPDOC, 2003

CARNOY, M. Distribuição de Renda e Desenvolvimento Econômico no Brasil: um comentário, **Revista de Administração de Empresas**, Rio de Janeiro, vol. 14(4), p. 86-93, 1974.

CARVALHO, J. L. Entrevista. In: D'ARAÚJO, M. C. (org.) **Fundação Getúlio Vargas: concretização de um ideal**. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1999.

CARVALHO, E. P.; CIPPOLARI, P. DELFIM NETTO, A.; PASTORE, A. **Estudos ANPES 1: Alguns Aspectos da Inflação Brasileira**. São Paulo: Editora Piratininga, 1965.

COELHO, F. S. Antônio Delfim Netto: formação e influência de suas análises sobre o crescimento e o desenvolvimento. In: COELHO, F. S.; SMERECÁNYI, T. (orgs.). **Ensaio de História do Pensamento Econômico no Brasil Contemporâneo**, São Paulo: editora Atlas, 2007.

COELHO, A. M.; CORSEUIL, C. H. Diferenciais salariais no Brasil: um breve panorama. In: CORSEUIL, G. H. (Ed.). **Estrutura salarial: aspectos conceituais e novos resultados para o Brasil**. Rio de Janeiro: IPEA, 2002, p. 67-100, 2002.

COELHO, F. S.; SMERECÁNYI, T. (orgs.). **Ensaio de História do Pensamento Econômico no Brasil Contemporâneo**, São Paulo: editora Atlas, 2007.

CORSEUIL, C. H.; SERVO, L. M. S. Salário mínimo e bem-estar no Brasil: Uma resenha da literatura, **IPEA: Texto para discussão**, Rio de Janeiro, nº 880, 2002.

CORREIA, M. L.; LEMOS, R.; MAYER, J. M. A. Antônio Delfim Netto: Biografia. **CPDOC (Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil)**, Fundação Getúlio Vargas, disponível em: <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/antonio-delfim-neto>>, acessado em: 25/08/2018

CUNHA, J. D. **A Reforma Universitária de 1968 e o Processo de Reestruturação da UFRGS: uma análise da política educacional para o ensino superior durante a ditadura civil militar**. São Leopoldo/RS, Dissertação (Mestrado em Educação) – Escola de Humanidades, Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2009.

D'ARAÚJO, M. C.; FARIAS, I. C. de; HIPOLITO, L. (org.). **IPEA 40 anos apontando caminhos**. Brasília: IPEA, 2005.

\_\_\_\_\_ (org.) **Fundação Getúlio Vargas: concretização de um ideal**. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1999

DEDECCA, C. S. A redução da desigualdade no Brasil: Uma estratégia complexa. In: BARROS, R. P.; FOGUEL, M. N.; ULYSSEA, G. (Orgs.) **Desigualdade de Renda no Brasil: Uma análise da queda recente**, Brasília: IPEA, 2007.

DELFIM NETTO, A. Prefácio. In LANGONI, C. A. **Distribuição de Renda e Desenvolvimento Econômico no Brasil**, Editora Expressão e Cultura, Rio de Janeiro, 1973.

Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro, **CPDOC (Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil)**, Fundação Getúlio Vargas, 2018.

DROBNY, A.; WELLS, P. A distribuição da renda e o salário mínimo no Brasil: uma revisão crítica da literatura existente. **Revista Pesquisa e Planejamento Econômico**, vol. 12 (3), p. 893-914, 1982.

DUARTE, J. C.; HOFFMANN, R. A Distribuição de Renda no Brasil. **Revista de Administração de Empresas**, Fundação Getúlio Vargas, São Paulo, v.12, n.2, p. 46-66, 1972.

Encarte 1, In: BARROS, R. P.; FOGUEL, M. N.; ULYSSEA, G. (Orgs.) **Desigualdade de Renda no Brasil: Uma análise da queda recente**, Brasília: IPEA, 2006.

EMMET R. B. (org.) **The Elgar Companion to the Chicago School of Economics**, Cheltenham: Edward Elgar, 2010.

\_\_\_\_\_. Introduction. In: EMMET R. B. (org.) **The Elgar Companion to the Chicago School of Economics**, Cheltenham: Edward Elgar, 2010.

FERREIRA, F. H. G. Os Determinantes da Desigualdade de Renda no Brasil: Luta de Classes ou Heterogeneidade Educacional? **Departamento de Economia PUC-RIO: Texto para discussão**, Rio de Janeiro, nº 415, 2000.

FERNÁNDEZ, R. G.; SUPRINYAK, C. E. The ‘Vanderbilt Boys’ and the Modernization of Brazilian Economics, **CLAS Working Paper Series 2018.1**, Chicago, 2018.

\_\_\_\_\_. Manufacturing pluralism in Brazilian economics: the role of ANPEC as institutional mediator and stabilizer, **Textos para Discussão Cedeplar-UFMG**, nº 545, 2016.

\_\_\_\_\_. Funding policy research under “distasteful regimes: The Ford Foundation and the Social Sciences at the University of Brasília. **Textos para Discussão Cedeplar-UFMG**, nº 520, 2015a.

\_\_\_\_\_. Creating academic economics in Brazil: the ford foundation and the beginnings of ANPEC, **Textos para Discussão Cedeplar-UFMG**, nº 514, 2015b.

FIRPO, S.; REIS, M. C. O salário mínimo e a queda recente da desigualdade no Brasil. In: BARROS, R. P.; FOGUEL, M. N.; ULYSSEA, G. (Orgs.) **Desigualdade de Renda no Brasil: Uma análise da queda recente**, vol. II, Brasília: IPEA, 2007.

FISHLOW, A. Entrevista. In: D’ARAÚJO, M. C.; FARIAS, I. C. de; HIPPOLITO, L. (org.). **IPEA 40 anos apontando caminhos**. Brasília: IPEA, 2005

\_\_\_\_\_. A Distribuição de Renda no Brasil. In: TOLIPAN, R; TINELLI, A.C. (Org.) **A Controvérsia da Distribuição de Renda no Brasil**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1975.

\_\_\_\_\_. O grande debate da distribuição de renda: uma réplica mais completa. **Estudos Econômicos**, vol. 4(3), 1974.

\_\_\_\_\_. Distribuição da renda no Brasil: Um novo exame. **Dados**, vol. 11, p. 10-80, 1973.

\_\_\_\_\_. Brazilian Size Distribution. **The American Economic Review**, v.62, n.2, pp.391-402, 1972.

FRIEDMAN, M. **Capitalismo e Liberdade**. São Paulo: Nova Cultural, 1985.

FURTADO, C. Entrevista com funcionários do BNDE: Celso Furtado, In: LANARI, N.; CORONEL, A.; MODENESI, R.; BARBOSA, A.; RODRIGUES R. **Memórias do Desenvolvimento**, Centro Internacional Celso Furtado de Políticas para o Desenvolvimento, v. 3, n. 3, 2009.

GANDRA, R. M. O debate sobre a desigualdade de renda no Brasil: da controvérsia dos anos 70 ao pensamento hegemônico nos anos 90. **Revista de História Econômica & História de Empresas**, Rio de Janeiro, vol. 8(1), p. 139-162, 2005.

GARCIA, M. E.; MACEDO, R. Observações sobre a política brasileira de salário mínimo. **Texto para discussão**, nº 27, IPE/USP, 1978.

GARÓFALO, G. L.; RIZZIERI, J. A. B. O Departamento de Economia da FEA/USP e o Pensamento Econômico Brasileiro. In: COELHO, F. S.; SMERECSÁNYI, T. (orgs.). **Ensaio de História do Pensamento Econômico no Brasil Contemporâneo**, São Paulo: editora Atlas, 2007.

GASPARI, E. **A Ditadura Envergonhada**. São Paulo: Companhia da Letras, 2002.

GONZAGA, G.; NERI, M. Efeitos Informais do Salário Mínimo e Pobreza, **Texto para discussão**, nº 393, Rio de Janeiro: PUC, 1998.

GUIDO, M. C.; KELLER V. Mário Henrique Simonsen: Biografia. **CPDOC (Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil)**, Fundação Getúlio Vargas, disponível em: <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/simonsen-mario-henrique>>, acessado em: 25/08/2018

HARBERGER, A. Interview with Arnold C. Harberger by Catherine Mansell-Carstens. **Economía Mexicana: Nueva Época**, v. 12 (2), 2003

\_\_\_\_\_. **Commanding Heights: the battle for the world economy on PBS**. Arnold "Al" Harberger, 2000. Disponível em: <[http://www.pbs.org/wgbh/commandingheights/shared/miniextlo/int\\_alharberger.html](http://www.pbs.org/wgbh/commandingheights/shared/miniextlo/int_alharberger.html)>, acessado em: 30/09/2018.

HOFFMAN, R. Distribuição de Renda e Crescimento Econômico. In: SMRECSÁNYI, T.; COELHO, F. S. **Ensaio de história do pensamento econômico no Brasil contemporâneo**, São Paulo: Editora Atlas, 2007.

\_\_\_\_\_. Distribuição de Renda no Brasil: Um Adendo e uma Correção a um Artigo de Morley e Williamson, **Estudos Econômicos**, vol. 6(2), p. 21-40, 1976.

\_\_\_\_\_. Tendências da Distribuição da Renda no Brasil e suas Relações com o Desenvolvimento Econômico. In TOLIPAN, R; TINELLI, A. C. **A Controvérsia da Distribuição de Renda no Brasil**, Zahar Editores, Rio de Janeiro, 1975.

\_\_\_\_\_. Considerações sobre a Evolução Recente da Distribuição da Renda no Brasil. **Revista de Administração de Empresas**, vol. 13(4), p. 7-17, 1973.

IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), **Censo demográfico de 1970**, Rio de Janeiro, 1973.

KLEIN, N. **A doutrina do choque: a ascensão do capitalismo de desastre**, Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2008.

KLÜGER, E. **Meritocracia de Laços: gênese e reconfigurações do espaço dos economistas no Brasil**. Tese de Doutorado em Sociologia, Universidade de São Paulo, 2017.

KUZNETS, S. Economic Growth and Income Inequality. **American Economic Review**, vol. 65, p. 1–28, 1955.

LAMARÃO, F. Instituto de Pesquisas Econômicas e Sociais (IPÊS): Verbetes. **CPDOC (Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil)**, Fundação Getúlio Vargas, disponível em: <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/instituto-de-pesquisas-e-estudos-sociais-ipes>>, acessado em: 25/08/2018

LANGONI, C. G. Contracapa, In: BARROS, R. P.; FOGUEL, M. N.; ULYSSEA, G. (Orgs.) **Desigualdade de Renda no Brasil: Uma análise da queda recente**, Brasília: IPEA, 2006.

\_\_\_\_\_. Entrevista. In: D'ARAÚJO, M. C. (org.) **Fundação Getúlio Vargas: concretização de um ideal**. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1999.

\_\_\_\_\_. Distribuição da renda: uma versão para a minoria. **Revista Pesquisa e Planejamento Econômico**, vol.2 (5), p. 167-180, 1974a.

\_\_\_\_\_. Distribuição da renda: resumo da evidência. **Ensaio Econômicos da EPGE**, nº 17, 1974b.

\_\_\_\_\_. **As causas do crescimento econômico do Brasil**. Rio de Janeiro: APEC, 1974c.

\_\_\_\_\_. Distribuição de Renda e Desenvolvimento Econômico no Brasil: uma reafirmação. **Ensaio Econômicos da EPGE**, nº 14, 1973a.

\_\_\_\_\_. **Distribuição de Renda e Desenvolvimento Econômico no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora Expressão e Cultura, 1973b.

\_\_\_\_\_. Distribuição de Renda e Desenvolvimento Econômico no Brasil. **Estudos Econômicos**, vol.2 (5), p. 5-88, 1972.

LOPES, G. Carlos Geraldo Langoni: Biografia. **CPDOC (Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil)**, Fundação Getúlio Vargas, disponível em: < <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/langoni-carlos-geraldo>>, acessado em: 25/08/2018

LOUREIRO, M. R. The Professional and Political Impacts of the Professionalization of Economics in Brazil, **History of Political Economy**, vol. 28, p. 184–207, 1997a.

\_\_\_\_\_. **Os Economistas no Governo**. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1997b.

\_\_\_\_\_. Economistas e elites dirigentes no Brasil. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**. vol. 7(20), 1992.

MALAN, P. Entrevista. In: D'ARAÚJO, M. C.; FARIAS, I. C. de; HIPOLITO, L. (org.). **IPEA 40 anos apontando caminhos**. Brasília: IPEA, 2005.

\_\_\_\_\_; WELLS J. Distribuição de Renda e Desenvolvimento Econômico do Brasil (resenha). In: TOLIPAN, R; TINELLI, A. C. (Org.) **A Controvérsia da Distribuição de Renda no Brasil**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1975.

\_\_\_\_\_. Ainda sobre a distribuição de renda. **Revista de Administração de Empresas**, Rio de Janeiro, vol. 14(2), p. 116-123, 1974.

\_\_\_\_\_; WELLS J. Distribuição de Renda e Desenvolvimento Econômico do Brasil (resenha). **Revista Pesquisa e Planejamento Econômico**, vol. 3(4), p. 1103-1124, 1973.

MALTA, M. M. (org.). **Ecossistemas do desenvolvimento: Uma história do pensamento econômico brasileiro**, Rio de Janeiro, IPEA: Centro Internacional Celso Furtado de Políticas para o Desenvolvimento, 2011.

\_\_\_\_\_. Sensos do contraste: O debate distributivo no “milagre”, In: MALTA, M. M. (org.), **Ecossistemas do desenvolvimento: Uma história do pensamento econômico brasileiro**, Rio de Janeiro, IPEA: Centro Internacional Celso Furtado de Políticas para o Desenvolvimento, p. 193-222, 2011.

\_\_\_\_\_. A controvérsia da distribuição de renda no pensamento econômico brasileiro: A ampliação do debate teórico sob a conjuntura política dos anos 1970, **XXXVIII Encontro Nacional de Economia**, 2010.

MANSAN, J. M. Coerção e controle: a educação superior no Brasil durante a ditadura civil-militar. **CLIO – Revista de Pesquisa histórica**, Recife, vol. 30 (2), 2013.

MANTEGA, G.; REGO J. **Conversas com Economistas Brasileiros II**, São Paulo: Editora 34, 1999.

MATTOS, F. A. M. O debate sobre distribuição de renda ao longo do processo de desenvolvimento econômico do Brasil. **Revista da ABET**, vol. 16(1), 2017.

MELLO, J. P. C. de. Entrevista. In: MANTEGA, G.; REGO J. **Conversas com Economistas Brasileiros II**, São Paulo: Editora 34, 1999

MINCER, J. Investment in Human Capital and the Personal Distribution of Income, **Journal of Political Economy**, vol. 66(4), p. 281-302, 1958.

MOLINA, R. S. **Ditadura, agricultura e educação: a esalq/usp e a modernização conservadora do campo brasileiro (1964 A 1985)**, Tese de doutorado em Educação, Universidade Estadual de Campinas, 2016.

MOTTA, R. P. S. **As universidades e o regime militar**. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

MORELY, S. A.; WILLIAMSON, J. G. Growth, wage policy and inequality: Brazil during the sixties. **SSRI Workshop Series**, nº 7.519, Universidade de Wisconsin, July 1975.

NERI, M. Desigualdade, Estabilidade e Bem-estar Social. In: BARROS, R. P.; FOGUEL, M. N.; ULYSSEA, G. (Orgs.) **Desigualdade de Renda no Brasil: Uma análise da queda recente**, Brasília: IPEA, 2006.

\_\_\_\_\_. O reajuste do salário mínimo de maio de 1995. **IPEA: Boletim Conjuntural**, nº 37, 1997.

\_\_\_\_\_; SOUZA, P H. C. F. A Década Inclusiva (2001-2011): Desigualdade, Pobreza e Políticas. **Comunicados do Ipea**, Nº 155, Brasília: IPEA, 2012.

Nota Técnica. Sobre a Recente Queda da Desigualdade de Renda no Brasil, In: BARROS, R. P.; FOGUEL, M. N.; ULYSSEA, G. (Orgs.) **Desigualdade de Renda no Brasil: Uma análise da queda recente**, vol. 1, Brasília: IPEA, 2006.

PAUKERT F. Income distribution at different levels of development: a survey of evidence. **International Labour Review**, vol. 108, p. 97-125, 1973.

QUEIROZ, A. C. B. A memória institucional e os impactos da repressão na UFRJ (1964-1985), **XVIII Encontro de História da Anpuh-Rio: História e Parceria**, Rio de Janeiro, 2018.

RAMOS, L.; REIS, J. G. A. Distribuição da renda: Aspectos teóricos e o debate no Brasil. In: GIAMBIAGI, F.; CAMARGO, J. M. (Org.) **Distribuição de renda no Brasil**, São Paulo: Paz e Terra, 1991.

ROTHEN, J. C. Os bastidores da Reforma Universitária de 1968. **Educação & Sociedade**, v.29, n.103, p.453-475, 2008.

RORABAUGH, W. J. **Berkeley at War – The 1960s**. New York: Oxford University Press, 1990.

SABÓIA, J. O Salário Mínimo e seu Potencial para a Melhoria da Distribuição de Renda no Brasil. In: BARROS, R. P.; FOGUEL, M. N.; ULYSSEA, G. (Orgs.) **Desigualdade de Renda no Brasil: Uma análise da queda recente**, vol. II Brasília: IPEA, 2007.

\_\_\_\_\_. A controvérsia sobre o salário-mínimo e a taxa de salários na economia brasileira: novas evidências. **Revista de Economia Política**, vol. 5 (2), 1985.

SALM, C. Sobre a Recente Queda da Desigualdade de Renda no Brasil: uma leitura crítica. In: BARROS, R. P.; FOGUEL, M. N.; ULYSSEA, G. (Orgs.) **Desigualdade de Renda no Brasil: Uma análise da queda recente**, vol. I, Brasília: IPEA, 2006.

SANTIAGO, C. E. P. Desigualdade de Renda no Brasil: uma análise histórica e contemporânea dos principais determinantes. **Acta Científica XXIX Congreso de la Asociación Latinoamericana de Sociología**, Santiago, 2013.

SCHULTZ, T. W. **O capital humano – investimentos em educação e pesquisa**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1973.

SERRA, J. A Reconcentração da Renda: justificações, explicações e dúvidas. In: TOLIPAN, R; TINELLI, A. C. (Orgs.) **A Controvérsia da Distribuição de Renda no Brasil**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1975.

SCHLIESSER, E. Friedman, positive economics, and the Chicago Boys. In: EMMET R. B. (org.) **The Elgar Companion to the Chicago School of Economics**, Cheltenham: Edward Elgar, 2010.

SIMONSEN, M. H. Entrevista. In: BIDERMAN, C.; COZAC, L. P. L.; REGO, J. M. **Conversas com economistas brasileiros**. São Paulo: Editora 34, 1996.

SIMONSEN, M. H. **Brasil 2002**. Rio de Janeiro, APEC/Bloch, 1972.

SINGER, P. Desenvolvimento e repartição da renda no Brasil. In: TOLIPAN, R; TINELLI, A. C. **A Controvérsia da Distribuição de Renda no Brasil**, Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1975.

TAVARES, M. C. Distribuição de renda, acumulação e padrões de industrialização. In: TOLIPAN, R; TINELLI, A. C. (Org.) **A Controvérsia da Distribuição de Renda no Brasil**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1975.

TOLIPAN, R; TINELLI, A. (Orgs.) **A controvérsia sobre distribuição de renda e desenvolvimento**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1975.

VELLOSO, J. P. R. Entrevista. In: D'ARAÚJO, M. C.; FARIAS, I. C. de; HIPPOLITO, L. (org.). **IPEA 40 anos apontando caminhos**. Brasília: IPEA, 2005.

USP, Departamento de Economia. **Antônio Delfim Netto: Biografia**. Disponível em: <[http://www.fea.usp.br/feaecon/perfil\\_ex.php?i=&u=22&e=6](http://www.fea.usp.br/feaecon/perfil_ex.php?i=&u=22&e=6)>. Acessado em: 05/02/2015.

VERSIANI, F. R. Intercâmbio, verbas e pluralismo: a ANPEC na evolução do ensino e da pesquisa em economia no Brasil. In: SMRECSÁNYI, T.; COELHO, F. S. **Ensaio de história do pensamento econômico no Brasil contemporâneo**, São Paulo: Editora Atlas, 2007.

WASSERMAN, C. O golpe de 1964: Tudo o que se perdeu... In: PADRÓS, E. S. (Org.) **As Ditaduras de Segurança Nacional: Brasil e Cone Sul**. Porto Alegre: Comissão do Acervo Contra a Ditadura, 2006

WELLS, J. The Distribution of Personal Income in Brazil During the "Sixties": a Critical Note on a Recent Paper by Morley and Williamson, **Estudos Econômicos**, vol. 6(2), p. 21-40, 1976.

## LEIS

BRASIL. **Ato Complementar nº 38, de 13 de dezembro de 1968**. Decreta o recesso do Congresso Nacional. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/ACP/acp-39-68.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ACP/acp-39-68.htm)>. Acessado em 20/12/2018.

\_\_\_\_\_. **Ato Complementar nº 75, de 20 de outubro de 1969**. Dispõe sobre a proibição de lecionar em estabelecimentos de ensino do governo ou subvencionados pelo governo todos aqueles que, como professor, funcionário ou empregado de estabelecimento de ensino público incorreram ou venham a incorrer em faltas que resultaram ou venham a resultar em sanções com fundamento em Atos Institucionais a qualquer título, cargo, função, emprego ou atividades tanto da união como dos estados distrito federal territórios e municípios, bem como em instituições de ensino pesquisa e organizações de interesse da segurança nacional. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/ACP/acp-75-69.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ACP/acp-75-69.htm)>. Acessado em 20/12/2018.

\_\_\_\_\_. **Ato institucional nº 1, de 9 de abril de 1964**. Dispõe sobre a manutenção da Constituição Federal de 1946 e as Constituições Estaduais e respectivas Emendas, com as modificações introduzidas pelo Poder Constituinte originário da revolução Vitoriosa. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/AIT/ait-01-64.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/AIT/ait-01-64.htm)>. Acessado em 20/12/2018.

\_\_\_\_\_. **Ato institucional nº 5, de 13 de dezembro de 1968**. O Presidente da República poderá decretar a intervenção nos estados e municípios, sem as limitações previstas na Constituição, suspender os direitos políticos de quaisquer cidadãos pelo prazo de 10 anos e cassar mandatos eletivos federais, estaduais e municipais, e dá outras providências. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/AIT/ait-05-68.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/AIT/ait-05-68.htm)>. Acessado em 20/12/2018.

\_\_\_\_\_. **Decreto-Lei nº 53, de 18 de novembro de 1966**. Fixa princípios e normas de organização para as universidades federais e dá outras providências. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1960-1969/decreto-lei-53-18-novembro-1966-373396-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acessado em 26/12/2018.

\_\_\_\_\_. **Decreto-Lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967**. Dispõe sobre a organização da Administração Federal, estabelece diretrizes para a Reforma Administrativa e dá outras providências. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto-lei/del0200.html](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del0200.html)>. Acessado em 13/04/2019.

\_\_\_\_\_. **Decreto-Lei nº 252, de 28 de fevereiro de 1967.** Estabelece normas complementares ao Decreto-Lei nº 53, de 18 de novembro de 1966, e dá outras providências. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1960-1969/decreto-lei-252-28-fevereiro-1967-376151-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acessado em 26/12/2018

\_\_\_\_\_. **Decreto-Lei nº 477, de 26 de fevereiro de 1969.** Define infrações disciplinares praticadas por professores, alunos, funcionários ou empregados de estabelecimentos de ensino público ou particulares, e dá outras providências. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Decreto-Lei/1965-1988/Del0477.html](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Decreto-Lei/1965-1988/Del0477.html)>. Acessado em 20/12/2018.

\_\_\_\_\_. **Lei nº 5.540, de 28 de novembro de 1968.** Fixa normas de organização e funcionamento do ensino superior e sua articulação com a escola média, e dá outras providências. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l5540.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l5540.htm)>. Acessado em 26/12/2018.